

Késia dos Anjos Rocha

Mani FESTA

POR UMA EDUCAÇÃO **SEM JUÍZO**

ativismos das dissências sexuais e de
gêneros, censuras e educação



Késia dos Anjos Rocha

Mani FESTA

POR UMA EDUCAÇÃO **SEM JUÍZO**

ativismos das dissências sexuais
e de gêneros, censuras e educação



NOTA DO PUBLISHER

Publicar *ManiFESTA por uma educação sem juízo: ativismos das dissências sexuais e de gênero, censuras e educação* em formato digital é mais do que disponibilizar um conteúdo — é ampliar a circulação de uma escrita-corpo que convoca, provoca e transforma. Este e-book nasce como ferramenta de travessia e insurgência, atravessando fronteiras geográficas, normativas e editoriais.

Na Editora Ibero-Americana de Educação, entendemos que publicar também é um ato político e democrático. Por isso, este livro, em sua forma fluida e acessível, chega para afirmar o valor da arte, da educação e das dissidências como modos legítimos e necessários de existência e conhecimento. A publicação da *ManiFESTA* permite que sua potência chegue mais longe, chegue a mais gentes, e reverbere em corpos que sonham, que lutam, que reinventam o mundo.

Nós nos orgulhamos de acompanhar Késia dos Anjos Rocha neste gesto de coragem, escrita e partilha. Que este e-book seja espaço de afeto, incômodo e criação — uma reexistência em movimento.

Boa leitura!

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

Editor-chefe

Andressa Ciniciato

Gestão editorial



Capa com obra de Bento Leite “travesti da lambada e deusa das águas” (2013).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Rocha, Késia dos Anjos

ManiFESTA por uma educação sem juízo [livro eletrônico] : artivismos das dissências sexuais e de gêneros, censuras e educação / Késia dos Anjos Rocha. -- Bauru, SP : Editora Ibero-americana de Educação, 2025.

ePub

ISBN 978-65-86839-46-3

1. Educação - Finalidade e objetivos
2. Identidade de gênero na educação 3. Gênero e sexualidade I. Título.

25-264984

CDD-379

Índices para catálogo sistemático:

1. Gênero e sexualidade : Educação 379



Equipe Técnica
Editoração e organização

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz
Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva
Editor Adjunto Júnior

Déborah Crivellari
Editora e Revisora

Andressa Ciniciato
Assistente Editorial

André Luís Cordeiro Lopes
Designer, Capista e Diagramador

Jonathan Teixeira da Silva
Designer

Membros do Conselho Editorial

Editor

Dr. José Anderson Santos Cruz
FCLAr/Unesp

Editor Adjunto Jr.

Alexander Vinicius Leite da Silva
Unisagrado

Editores Associados

Arielly Kizzy Cunha
FAAC/Unesp

Carla Gorni
Centro Universitário UBM

Ivan Fortunato
Instituto Federal de São Paulo/Ufscar

Editora de Texto e Revisão

Déborah Crivellari
Unisagrado

Assistente Editorial

Andressa Ciniciato
Unisagrado

Comitê científico

Dra. Adriana Campani
UVA

Dr. Fabiano Santos
UFMS

Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
UFS

Dra. Fátima Elisabeth Denari
UFSCar

Dra. Ana Paula Santana
UFSC

Dra. Helen Silveira Jardim de Oliveira
UFRJ

Me. Anaisa Alves de Moura
INTA - UNINTA

Dra. Iracema Campos Cusati
UPE

Dr. Ari Raimann
UFG

Dra. Kellcia Rezende Souza
UFGD

Dr. Breyenner R. Oliveira
UFOP

Dra. Leonor Paniago Rocha
UFJ

Me. Caique Fernando da Silva Fistarol
FURB

Dra. Liliane Parreira Tannus Gontijo
UFU

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Unesp

Dra. Máira Darido da Cunha
FABE

Dra. Cyntia Bailer
FURB

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Maia Vinagre
Mocarzel
UCP

Dr. Eládio Sebastián Heredero
UFMS

Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
UCS

Dra. Elisabete Cerutti
URI

Dra. Maria Teresa Miceli Kerbaux
FCLAr (Unesp) – UFSCar

Dr. Emerson Augusto de Medeiros
UFERSA

Dra. Marta Furlan de Oliveira
UEL

Dra. Marta Silene Ferreira de Barros
UEL

Dra. Mirlene Ferreira Macedo Damázio
UFGD

Dr. Osmar Hélio Araújo
UFPB

Dra. Rosebelly Nunes Marques
Esalq (USP)

Dra. Sandra Pottmeier
UFSC

Dr. Sebastião de Souza Lemes
FCLAr (Unesp)

Dra. Shirlei de Souza Corrêa
Uniavan

Dr. Washington Cesar Shoite Nozu
UFGD

Comitê Internacional

Dr. Sidclay Bezerra de Souza
Universidad Católica del Maule

Dr. João Carlos Relvão Caetano
Universidade Aberta

Dr. Marc Marie Luc Philippe Jacquinet
Universidade Aberta





AGRADECIMENTOS

À Érika,

Amora parceirinha de todas as horas – pelo amor, pela amizade, pelo cuidado, pelos risos cotidianos, pelos cafés, cervejinhas, comidinhas incríveis (e também as estranhas, feitas no natal), palavras com S, reinvenções, parcerias teóricas, cia de mudanças de Estados que, certeza, me fizeram melhor e mais sabida.

Ao Alf (Prof. Alfrancio Ferreira Dias),

Pela acolhida, pela generosidade, pelas portas abertas sem restrições desde o primeiro encontro e pelo respeito e reconhecimento sempre afetuosos às minhas produções-criações de pensamentos.

Ao Bento Ben Leite, Janaína Leslão e Wagner Schwartz,

Minha admiração pelas trajetórias e agradecimentos afetuosos pelas conversas e trocas que tivemos.

À Renata Carvalho,

Minha admiração pela trajetória e agradecimentos pelas respostas várias e por tertentado se encontrar comigo. De alguma maneira a gente se encontrou e acho que nos encontramos todes aqui.

À Universidade Federal de Sergipe (UFS),

Por ter sido uma boa casa.

SUMÁRIO

Prefácio	12
Bastidores	16
ManiFESTA	17
X	19
Malinha de mão	24
Ficção I	29
Notas para uma educação sem juízo	46
Suturas de memórias [inspirações contracoloniais]	58
ROTAS CUIRatoriais	78
Aviso	79
Epistemologia é nóiz por nóiz	81
CUIRadoria	87
Catálogo.....	96
Cenas-obras CENSURADAS Seleccionadas	102
Ficção.....	128
Ficção II	129
Ficções Endemoniadas.....	141
I Bento Leite se encontra com Renata Carvalho	143
II Janaína Leslão se encontra com Wagner Schwartz	153
A paz não é uma opção	168
Inspirações sem juízo	174
Companhias [das referências]	179
Carta de agradecimentos [A Saideira].....	193
Anexos.....	198

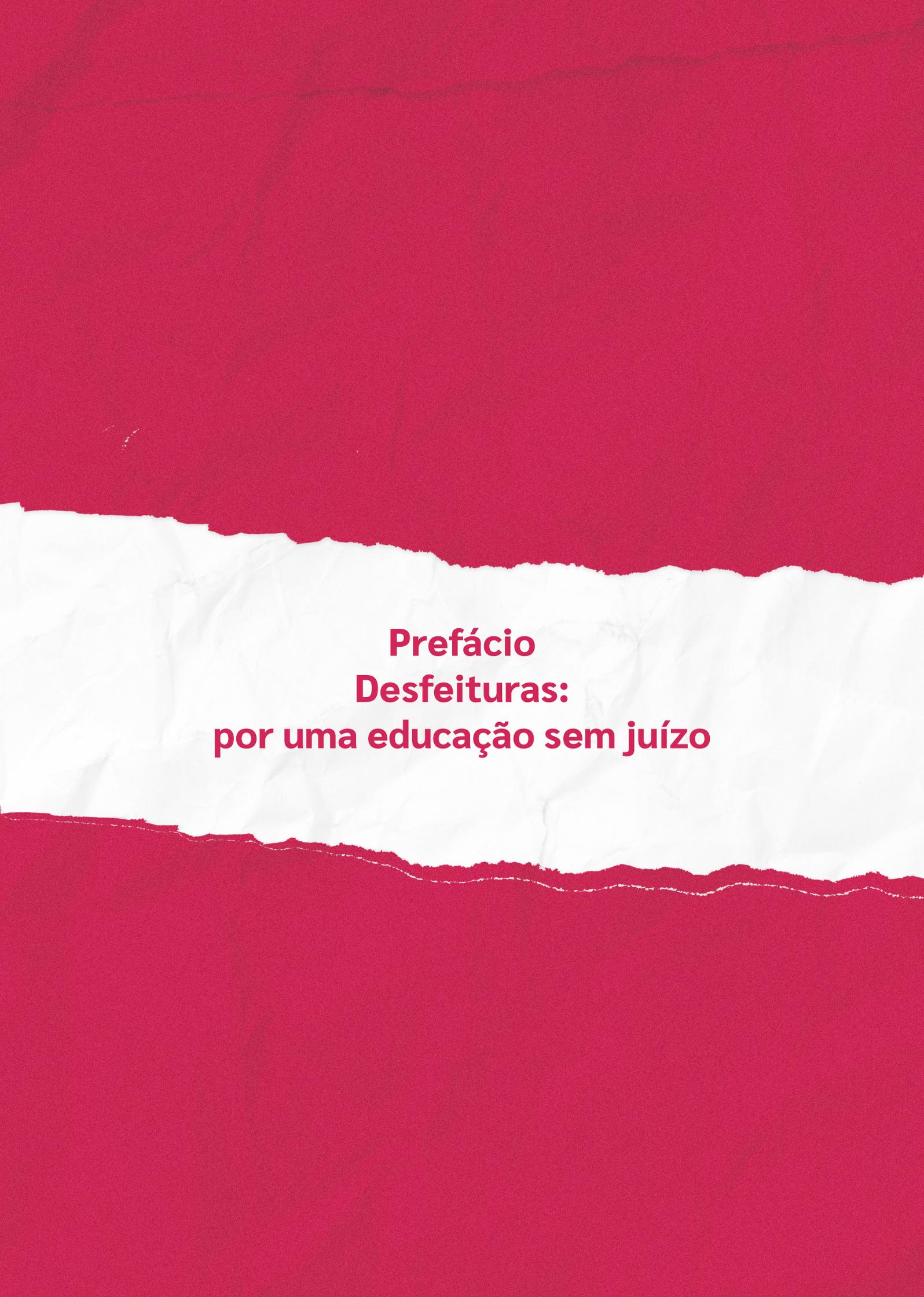
À memória e à presença das
crianças em dissidências,
Às crianças viadas; às
pretinhas, como jabuticabas e
amoras; às sapatas; às
endemoniadas...
Às sobreviventes
Às indomáveis
Às mal-ditas
Às sereias

Medo nós tem, mas não usa
Margarida Alves

Liberdade é não ter medo
Nina Simone

Eu...eu sou um operário da sensibilidade
Mateus Aleluia

A arte nos ajuda a sonhar a vida de outra maneira.
Paulina Chiziane



Prefácio
Desfeituas:
por uma educação sem juízo



Assim como Jup do Bairro nos provoca ao perguntar o que pode um corpo sem juízo, Késia, em sua Manifesta, nos convida a pensar no que pode uma educação sem juízo, principalmente nestes tempos em que assistimos a um recrudescimento do conservadorismo e de suas necropolíticas cada vez mais perversas e cruéis que esmagam “as estranhezas das gentes como gentes”. Se a educação é ferramenta primordial para que possamos construir mundos outros possíveis, como pensar uma educação capaz de fissurar a norma, de problematizar as ficções que sustentam o mundo que nos é dado a conhecer, de promover interrupções?

Para Késia, a arte emerge como um modo de fazer-nos sujeitas, um trabalho de invenção que, ao relacionar-se com a educação, torna-se espaço de confronto e de diálogo, permitindo desacomodar o que está solidificado, silenciado e invisibilizado. Como consequência, fissa o Sistema, promovendo poéticas insubmissas que perfuram o signo-sujeito, o signo-escola e o signo-educação a partir do ativismos das dissidências sexuais e de gêneros que inventam ferramentas onto-epistêmicas capazes de escapar aos instrumentais cisheteropatriarcais coloniais e construir “modulações do seu ser y transformam suas atmosferas existenciais em paisagens habitáveis, ainda que precárias”¹.

Ao habitar a falha, o fracasso, a desorientação, os ativismos das dissidências acentuam seu poder de ser produtivo, uma forma de criticar o mundo e de pensar possibilidades outras de ser e existir. Permitem repensar o mundo e a nós mesmas a partir de lugares outros, desencadeando processos educativos capazes de traçar linhas de fuga, de criar interrupções na norma, de fraturar os discursos que nos oprimem e que dão materialidade ao que chamamos realidade. E, ao fazê-lo, desvela a violência e a precariedade colonial que atravessam as corporalidades desertoras de gênero e sexualidade.

Eis as inquietações trazidas por esta Manifesta que agora chega a suas mãos. Nela, cartografa-se as cenas artivistas brasileiras ao mesmo tempo em que vai descortinando os jogos de poder que perpassam a arte no Brasil, principalmente, quando tratamos da produção artística dissidente e como isso reverbera no campo educacional, um território político, cenário de disputas, uma vez que a escola ainda funciona como um espartilho a reduzir ações e pensamentos à norma. Por isso, aqui, a arte da dissidência convoca a re/

¹ LEAL, Abigail Campos. *Ex/orbitâncias: os caminhos da deserção de gênero*. São Paulo: GLAC, 2021. p. 16.



fabular existências, a reinventar uma educação encarnada em ambiente-tempo-outro por meio da implantação de nossa estranheza tanto discursiva quanto corporal. Se como diz Jota Mombaça², o mundo é nosso trauma, é preciso re-elaborar estratégias de sobrevivência e ataque no interior deste Cistema racista e cisheterossexista colonial. Em sua Manifesta, Késia nos convida a fraturar a educação que vem nos fraturando.

Por fim, é preciso destacar, para quem lerá esta Manifesta, que Késia nos brinda com uma escrita visceral, uma escrita afet(o)ação que nasce de um corpo cuja carne é afetada pelos modos de ser e estar no mundo. Em sua Manifesta, ela “torna a escrita uma tecnologia política de subjetivação contrahegemônica e um ato de resistência na carne da palavra³”. Então, se lance em suas ficções endemoniadas, em suas rotas CUIRatoriais, entregue-se à força avassaladora desta Manifesta e descubra o que pode uma educação sem juízo...desejo-te um maravilhoso encontro...

Manuela Rodrigues Santos

um corpo-território travesti, filha, tia,
irmã, neta, amiga, ativista, feminista,
professora e pesquisadora

Primavera nordestina escaldante de 2024.

2 MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

3 flores, val. **Escrever contra si mesma: uma microtecnologia de subjetivação política**. Tradução: Ana Luíza Braga. 20 jul. 2023..

Foram me chamar
Eu estou aqui o que é que há Eu vim de
lá, eu vim de lá pequeninha...
Eu vim de lá pequeninha, alguém me avisou para pisar
nesse chão de devagarinho

Dá licença,

Bastidores

*["O mais importante do bordado é o
avesso, é o avesso
O mais importante em mim, é o que eu
não conheço..."]**



***Para ouvir:**

A mão do amor (Citação)

/O que eu não conheço

Cantante: Maria Bethânia



ManiFESTA

[Em um cenário imaginário, com clima imaginário, geografia imaginária, eu encontro Gloria Anzaldúa, val flores, Audre Lorde, bell hooks, Linn da Quebrada, Jup do Bairro, Lélia Gonzalez, Patrícia Hill Collins, Conceição Evaristo e Paul B. Preciado para uma prosa com café, depois disso outras gentes se achegam...]

Atenção! Isso não é uma Tese

A frase acima abria a primeira versão desta *ManiFesta* e foi apresentada à banca de qualificação anteriormente. À época, a frase foi interpretada por algumas das participantes como sendo uma manifestação deslegitimadora da importância do lugar da ciência e de assumirmos que fazemos ciência. Me disseram ser perigosa tal afirmação num contexto em que, muitas vezes, nossa legitimidade é questionada. De início, eu passei um traço nela e sai de cena. Segui. No entanto, quando produzimos ciência, precisamos deixar o tempo percorrer suas espirais e ajudar a gente a maturar as reflexões. Me vi emaranhada por algumas questões: uma tese só pode ser uma tese? Uma tese só é se não for outra coisa. Uma tese só é se tiver forma-norma? Imagino que a resposta seja negativa. Uma tese, um poema, um romance, podem, para além de qualquer protocolo ou roteiro binário, ser muita coisa, até remédio de cura para as dores d'alma. No meu caso, fazer ciência tem a ver com afetos, responsabilidades, compromissos, cuidados e imaginação. Imaginação. Imaginar mundos outros. E o processo alquímico desses elementos todos me conduzem a assumir um compromisso que é central no presente trabalho e na minha vida: o de não me conformar com a norma, independentemente de onde ela se aloje.

Essa escrita, portanto, é um manifesto político teórico feminista estranho (*cuir/queer*) endemoniado. Possuído. É uma *ManiFesta*. E é uma tese-*ManiFesta*. É um grande roteiro de *interruccion*es que abortam e, ao mesmo tempo, poderiam fazer emergir epistemes conviventes dia após dia. Não tenho a intenção de lhes ofertar minha identidade singular.

Não gostaria de ser singular. Não desse singular que chamamos “dona de algo”. Sonho com a possibilidade ambiciosa de *estar* plural. De me transformar em muitas. Essa *ManiFesta* é idealizada no intuito de celebrar nossas vidas, as vidas de gentes que ousam



corazonar sua passagem pelas bandas de cá e que, como talvez sonhe o Xamã Yanomami Davi Kopenawa, gentes que tentam se unir persistentemente como os cupins que habitam um móvel aqui de casa, para evitar ou adiar *a queda do céu*. Não busco, portanto, impor a quem me lê ou me dá um segundo de sua generosa atenção, nenhuma verdade, é mais um convite a lidar com as estranhezas das gentes como gentes. Não falo de identidade. Não falo da minha identidade. Mas darei a vocês pistas que possibilitarão me perceberem um pouco. Me enxergarem fluida, correnteza. Me sentirem presente aqui. A escrita tem sido para mim, ao longo desses anos de trabalho, um constante ato político, afetivo e performático sobre estar nua. Sobre a sensação desse nu público que inicialmente constrange. Que te coloca vulnerável. Que agrega desconfortos, desperta inseguranças, treme a base. Tem sido atravessada por adiamentos, ou talvez apenas por uma outra temporalidade. Não sei se sofri. Sei que me inquietei dia após dia sendo visitada por algumas tormentas. Escrevi o que apresento aqui a vocês como se estive mesmo pelada. Podem rir, pois foi isso mesmo. Se precisarem me imaginar, como exercício ficcional (ou não), sentada à mesa escrevendo esse trabalho, peço que me imaginem pelada. Imaginem meu corpo, meu sexo, minha pele, pensem na textura, deem cor a ela, projetem meus cabelos, rabisquem tatuagens e outros elementos que desejarem, escolham uma música ambiente e uma bebida para completar meu copo vazio. Me imaginem pelada. Coloquem pelos em meu corpo e podem até aproveitar para espalhá-los naqueles cantos em que ter pelos se mistura com ter vergonha. Espalhem o tanto de pelos que desejarem. Me imaginem também sem sexo, se quiserem e se assim for mais confortável a vocês. Me imaginem. Corpo. Sexo. Pelo. Textura. Cor. Cabelo. Música. Bebida. Corpo. Com sexo. Sem sexo. Corpo. Com sexo. Sem sexo. Pronto. Podemos começar.



X

[das intenções e possibilidades]

Contar histórias

Contar histórias para reinventar mundos

Contar e contar e contar e contar. Até ficar ofegante

Inventar

Criar

Quando se conta uma história reinventamos

a nós mesmas

Nos damos asas,

Quem dera pudéssemos reinventar as crianças que fomos. Reimaginar seus mundos. Deixá-las correr pelo quintal com a leveza de quem se sabe livre, bonita, segura, em paz com as possibilidades. Quando imaginei essa pesquisa, eu vinha embalada pelo meu encantamento por contar histórias. Mas não qualquer narrativa. Nas que eu contava, pegando nas mãos das escritoras, eu inventava crianças viadas, crianças pretinhas da cor das jabuticabas, princesas que soltavam muito pum, príncipes esquisitos e fracotes, meninos zoiudos que faziam chover, monstros artistas tocadores de flautas, meninas sapatas, marleninhas, fanchinhas, meninos *queer*, travequinhas¹. Era possível acreditar numa amplitude de imaginários. Acreditar em uma amplitude de imaginários requer abrir espaço para que as fantasias nos acompanhem na caminhada pedagógica. val flores (2022) nos pergunta, em um de seus textos, sobre qual seria o lugar da fantasia em nossos planos pedagógicos. Para a autora, “*La fantasía es parte de la articulación de lo posible. El trabajo de la fantasía modifica el lenguaje de la norma*”, permite, portanto, uma renovação de imaginários, inventividades de modos de viver.

¹ Algumas das experiências que tive como contadora de histórias estão narradas no capítulo de livro: Oliveira, Érika C. S.; Rocha, Késia A. Entre barricadas e flores: histórias feministas para reinventar o mundo. [Livro eletrônico]. In: Quixadá, Luciana M.; Menezes, Jaileila A. (org.). **Infâncias em territórios de (in)segurança**: narrativas compartilhadas com crianças. Fortaleza: Editora da UECE, 2022. p. 84-102.



Paul Preciado (2020) nos pergunta: “Quem defende a criança *queer*?” Eu me inquieto com a questão quando tento bater às portas de escolas para contar essas histórias. E mais do que achar que precisamos ou que temos o poder de definir as crianças, me pergunto: quem vai defender as crianças dissidentes, as crianças desobedientes, as crianças “sem juízo”?

Recentemente, comprei um livro infantil que há tempos desejava e que muito me emociona: *Julián é uma Sereia*, de Jéssica Love (2021). Tem uma coisa na literatura infanto-juvenil que me encanta e me toca demais: as ilustrações, as imagens. As ilustrações materializam um cenário cheio de possibilidades, de cores, brincam com as formas. Nesse livro, Julián, um menino negro que vive com a avó, tem seu mundo tomado pela magia colorida de sereias de todos os tipos. Julián as vê pela cidade, no metrô, nas aulas de natação que frequenta junto com a avó, por todos os lados. Receoso, ele anuncia sua descoberta à avó: ele é uma sereia. E, daí em diante, de mãos dadas com ela, suas possibilidades se expandem. Quem dera minha avó (e as avós de algunes de nós) tivesse me levado para ver as sereias.

Trabalhar na contramão da norma é, em alguma medida, fazer o que a pesquisadora Elizabeth Macedo (2019) chama de expor fraturas universais. “Mexer no que tá quieto”, diria minha mãe. Eu adoro mexer no que achamos que tá quieto. Acredito, assim como Macedo (2019, p. 41), que “ampliar a visibilidade dos antagonismos e complicar as hegemonias é sempre um bom caminho”. Em uma história escrita pelo espanhol Xerado Quintiá (2008), o escritor constrói uma narrativa sobre o enamorar-se de duas princesas, Titiritesa e Wendolina. Para além das mágicas aventuras que elas vivenciam até poderem ficar juntas, existe uma intervenção de um personagem que é interessante, o João Verbolete. Ele é um famoso inventor de palavras, é inventando uma palavra mágica capaz de fazer as pessoas rirem que ele ajuda as princesas a convencerem a rainha Mandolina a permitir que o casamento delas aconteça. *Trukulutru* é a palavra. Ao ouvi-la, a rainha se contorce às gargalhadas e o lance todo se ajeita. Com uma palavra mágica! Mas, vejamos só, essa história e a tentativa de contá-la para crianças de uma escola de educação infantil, marca também uma das vezes em que meu trabalho, enquanto educadora, que aborda as dissidências de gêneros e sexualidades, foi censurado. Então, mesmo com toda minha crença e aposta na sensibilidade e no afrente poderoso das artes no enfrentamento dos apagamentos de nossas corpos dissidentes, ainda se faz importante ecoarmos em múltiplos espaços, dos



bastidores aos palcos, da sala de casa às galerias, das escolas às universidades, nas ruas. Precisamos nos deslocar, nos mover.

Deslocamentos. Encantamentos. Reinvenções. Essas são algumas das palavras e ações que, no âmbito da presente pesquisa que se dá no campo da educação, me conduzem à tessitura da seguinte questão inicial: como as artes e os ativismos das dissidências sexuais e de gêneros podem inspirar a produção de insurgências no campo da educação? A seguir, apresento os objetivos da pesquisa:

Objetivo Geral:

Compreender os processos de regulações e controles que envolveram movimentos recentes de censura a manifestações artísticas que abordaram as dissidências sexuais e de gêneros no Brasil, buscando identificar as possíveis ressonâncias desses atos de censura no campo da educação.

Objetivos específicos:

- 1 Identificar episódios de controle e de censuras a produções artivistas que têm abordado as dissidências sexuais e de gêneros no Brasil na última década.
- 2 Refletir sobre as possíveis potencialidades das artes para a tessitura de outros modos de existências para além dos prescritos binários da cis-heteronorma patriarcal e colonial, com ênfase nas possibilidades de rotas de insurgências para o cenário da educação.
- 3 Problematizar, por meio de uma aposta política, poética e afetiva de escrita, os modos hegemônicos de escrita acadêmica e fazeres metodológicos.
- 4 Identificar as possíveis inspirações para pensarmos práticas educativas e curriculares sem juízo.

A corpa do presente trabalho foi pensada e organizada em módulos independentes. Portanto, não se faz necessário percorrer uma rota linear de leitura durante esse nosso encontro. Sintam-se à vontade para passear pelo texto da maneira que desejarem ou sentirem. Além disso, acompanha essa escrita uma lista de reprodução (*playlist*) com as canções e alguns vídeos trazidos ao longo do texto — fragmentos de algumas das performances artísticas, clipes, inspirações.



No módulo **Bastidores**, procuro apresentar alguns dos *avessos* do trabalho, um pouco da conjuntura, dos sentimentos e dos estudos que envolveram o processo de escrita e produção da pesquisa. Apresento algumas das *comunidades interpretativas* que, ao longo da trajetória, me auxiliaram a dar significados e entendimentos às experiências. Todas elas juntas, têm sido responsáveis pelos meus modos de sentipensar a vida. Ao apresentar minha comunidade a vocês, é possível que adentrem nessa caminhada comigo, na parceria com as pessoas que tenho lido e convidado para pensar junto. Apresentá-la também é uma forma de já agradecer a todes que me ensinam a aprender e a desaprender as coisas. Nesse módulo, apresento os objetivos que me mobilizaram nessa caminhada. Trago também dois outros textos: *Notas para uma educação sem juízo* e *Suturas de Memórias*. Com eles, começo a estabelecer algumas reflexões e os primeiros diálogos com o pensamento *queer* para aspirar a ideia de uma educação “sem juízo”, desobediente, que aponte brechas de existências e fazeres políticos fora das jaulas da cisheteronorma colonial. Us convido a um encontro com as artistas Rosana Paulino, Conceição Evaristo e Jup do Bairro e, junto com algumas pensadoras feministas, intenciono esboçar caminhos para um pesquisar *cuir/queer*, um fazer que se apresenta, sobretudo, comprometido com uma prática contracolonial. Saímos dos **Bastidores** com o texto *Ficção I*, uma escrita alinhavada com algumas das minhas experiências enquanto ativista, educadora, pesquisadora e vivente no mundo, falo um pouco sobre como a ideia de ideologia de gênero vai adentrando à cena brasileira e latino-americana para que seja mais possível refletirmos sobre os impactos de sua disseminação no cenário da educação.

No módulo **Rotas CUIRatoriais** compartilho, por meio de uma espécie de exercício coreográfico, as posturas metodológicas da pesquisa, os gestos instáveis de um pesquisar *cuir/queer* que se deu na prática daquilo que denominei *CUIRadoria* – ato de montagem, remontagem e criação de uma pequena série híbrida, as *Ficções Endemoniadas*.

O módulo **Ficção II**, apresenta, por meio de um ensaio ficcional, uma síntese do contexto de surgimento do sintagma ideologia de gênero no âmbito da Igreja Católica, em contexto transnacional, e expõe um pouco das relações e redes que favoreceram a disseminação de políticas antigênero na América Latina. Nesse texto, três papas se encontram na fila de um banheiro e conversam francamente sobre o que pensam.



O módulo **Ficções Endemoniadas** segue os passos do anterior. É composto por dois ensaios ficcionais nos quais mobilizo mais profundamente as conversas que vivenciei com algumas das artistas. No primeiro deles, Renata Carvalho se encontra com Bento Leite num café-bar, em Garanhuns/PE. No segundo, Janaína Leslão se encontra com Wagner Schwartz no Museu de Arte Moderna de São Paulo - MAM. Todas elas se encontram comigo e, juntas, vamos buscando inspirações desajuizadas para pensarmos a educação.

Nos despedimos, assim como nos conhecemos, com uma *ManiFesta*. Nessa despedida, um pequeno filme passa frente aos nossos olhos-cabeças e vamos juntando pedacinho por pedacinho de experiência vivida no caminhar da pesquisa. Chegamos à ideia de que uma educação sem juízo talvez seja uma feitura coletiva de uma comunidade de (des)aprendizagem sempre em movimento, uma educação baseada na liberdade, na imaginação, na abertura à fantasia, no afeto, no desejo, na curiosidade e na celebração da vida.



Malinha de mão¹

[das comunidades interpretativas]

Em 2020, fazendo a leitura de uma entrevista da pensadora Patrícia Hill Collins (2019, p. 229) cruzei caminho com uma reflexão da autora sobre o conceito de *comunidade interpretativa*. Comunidade que, segundo ela, seria “um *locus* específico onde ocorre a linguagem como um conjunto de ideias e de práticas comunicativas”. Enquanto local no qual acontece a linguagem, no qual as ideias conduzem as práticas comunicativas, é espaço permeado por relações e disputas de poder, cada comunidade interpretativa exerce seus próprios rituais de regulações sobre quem pode ou não falar, sobre quem é ouvida e quem é silenciada. Como exemplo disso, Collins (2019) traz o caso da comunidade interpretativa estadunidense, da qual ela é parte. No âmbito da comunidade estadunidense dominante, o fato de ser um falante da língua inglesa já traz à pessoa maior legitimidade e reconhecimento, e nós (“as outras”), sabemos bem disso. Para ser ouvida costuma ter “língua certa, cor certa, lugar certo”, tudo entre aspas mesmo. Mas, mesmo no âmbito desse espaço hegemônico, várias outras coexistem, a autora destaca que na cena estadunidense, há várias outras comunidades tecendo seus contradiscursos frente às normas, dentre elas as coletivas de pessoas negras, LGBTI+, indígenas, latinas, chicanas etc.

Na trajetória da autora, ela vem demonstrando o quanto as relações entre as diferentes comunidades interpretativas são atravessadas por sistemas de opressão como racismo e sexismo, por exemplo. A depender de qual delas (ou quais) você faz parte, você será reconhecida ou não. Enquanto mulher, negra e intelectual, apresenta seu trabalho como um desdobramento da interação entre as diversas comunidades pelas quais transitou e transita: a academia, sua formação em sociologia, as vivências junto à família, junto à igreja etc. Todas essas experiências, como um todo, foram responsáveis igualmente por quem ela é e pelo que produz de conhecimento. E isso se aproxima, em alguma medida, das reflexões de Gloria Anzaldúa (2021), que pensou seu processo de escrita, que envolve prosa, poesias e ensaios, como uma *auto-história*, e de Conceição Evaristo (2020), que, na

¹ Inspirada em uma expressão da canção *Zero* de Liniker.



feitura de suas obras, fez nascer as *escrevivências*. Conceitos teórico-práticos e metodológicos com singularidades, vidas próprias, cabe dizer. Essas autoras se conectam e dançam juntas quando as aproximamos do pensamento de bell hooks² (2013) e de sua aposta na produção de espaços de aprendizagens seguros. hooks nos diz que o ato de “erguer a voz” é um elemento fundamental quando intencionamos um espaço de aprendizagem que, seja de partilha, seja de trocas mais horizontais, ela vai chamar de *comunidade de aprendizagem*.

No momento de minha chegada no doutorado, eu trazia uma malinha de mão. Nessa minha pequena mala já havia algumas coisas: experiências vivenciadas em tempos de escola, da graduação em História, das relações e conflitos familiares, do mestrado em Educação, dos vários anos de militância no movimento LGBTI+³, do trabalho como arte-educadora com crianças e jovens, das paixões iniciais por meninos, depois das paixões pelas meninas, das relações, do casamento, das várias mudanças de cidades e Estados, das muitas coisas que gostava e já não gosto mais, e daquelas pelas quais estou apaixonada. Enfim, digamos que já era uma malinha com bastante coisa. No entanto, depois da chegada no doutorado, tenho tido que fazer aquele esforço na hora de fechar a malinha. Tenho aprendido muito. E obviamente que isso é coletivo.

Falar sobre como vem se compondo essa minha comunidade interpretativa é parte de um posicionamento e comprometimento também com nosso campo de estudos, a educação. Mas, sobretudo, demarca, uma perspectiva de pensar as produções de conhecimentos, refletir sobre o que seria ciência, sobre quem é legitimado enquanto produtor de conhecimento. Faz cair algumas visões que podem se ancorar em uma concepção de ciência e de educação como produções/espços neutros, descorporificados, sem afetos, lineares, brancos, machocêntricos etc. Faz balançar também a ideia de que há uma hierarquia que qualifica e desqualifica o que se produz de conhecimento a depender de sua posição geopolítica. Marca o meu lugar, de uma pesquisadora que tece seu trabalho em comunidade no contexto de uma universidade federal da região nordeste, mais especificamente, do

2 Ao longo do texto o nome da autora estará escrito em letras minúsculas, como ela preferia.

3 Utilizo a sigla LGBTI+ para me referir às pessoas dissidentes de gêneros e sexualidades - lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexo, pessoas assexuais, pansexuais dentre outras denominações possíveis.



estado de Sergipe, que é pequenino de tamanho como eu, mas se expande quando ampliamos nossas maneiras de cosmoperceber o mundo.

A socióloga nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2017) é quem nos oferta esse conceito de *cosmopercepção*. Para a autora, o termo *cosmovisão*, bastante utilizado para definir a forma ocidental de organização e compreensão do mundo, é bastante restrito, uma vez que exclui dessa definição povos e culturas que se pautam e se organizam para além de um sentido único: a visão. A autora aborda especificamente a cultura iorubá, que está organizada com base numa combinação de sentidos, como diz a autora “o olhar é um convite a diferenciar”, e não que isso seja em si um problema, mas a forma como nos encerramos no sistema da diferença sexual e em seus preceitos binários, muitas vezes nos tranca em jaulas, como sugere Paul B. Preciado (2020).

Acho significativo apresentar brevemente alguns desses trânsitos que venho fazendo por diferentes comunidades, até mesmo porque entendo o espaço da universidade como esse local das possibilidades de costurar resistências. Por mais que possamos ter críticas ao modo como a academia vem abordando e assumindo o debate epistemológico e ontológico sobre questões como gêneros, sexualidades e raça, se estamos aqui, juntas, é porque acreditamos que há chances de fazermos uma universidade (ou várias) que acolha mais viventes, que tenha mais cores e mais modos de ser e estar na vida.

Logo na minha chegada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe - PPGED-UFS, tive a possibilidade de cursar a disciplina *Educação, pensamento decolonial e educação da relações étnico-raciais*, ministrada pela Prof^ª Marizete Lucini na parceria com outras três docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com as professoras Maria Aparecida Bergamaschi, Magali Mendes de Menezes e Carla Meinerz. Foi uma bela forma de chegar. Em um dos encontros que tivemos, a Prof^ª Magali mencionou uma expressão/conceito: “corazonar a ciência”, ela dizia que era uma discussão feita por Patrício Guerrero Árias, pesquisador equatoriano. Aquilo ficou saltando em mim. *Corazonar*. Coraçonar. Co-razonar. Enfim, como fazer uma ciência corazonada. Atravessada por essa dimensão. Seria possível? Tinha a ver? Nessa mesma disciplina, lembro-me de que tivemos dois encontros muito *corazonados*: o primeiro se deu em uma aula no terreiro de candomblé Abassá São Jorge, em Aracajú/SE, e o segundo se deu



junto à Rede Solidária de Mulheres, do povoado Queimada Grande, em Pirambu/SE⁴. Da casa de Mãe Marizete, ao som do tambor e com cheiro e sabor de arroz doce às trilhas das mulheres catadoras de mangaba de Queimada Grande/SE, com seus saberes da terra, eu vivia um dos primeiros exercícios contracoloniais dessa fase de minha jornada.

Outro encontro muito potente ocorreu em minha passagem pela disciplina *Descolonização e epistemologias feministas*, ministrada por docentes do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Nessa disciplina, a Prof^ª Érika Oliveira e o Prof. Saulo Fernandes nos lançaram convites a experimentações. De trânsitos e *locus* epistemológicos. De escritas e políticas de escritas. Desses encontros, meu desejo pela escrita foi se intensificando e buscando encontrar calma, prazer. Foi no contexto dessas aulas que conheci Davi Kopenawa, Silvia Rivera Cusicanqui, foi lá que cheguei mais junto de val flores, de Patrícia Hill Collins, de Carolina Maria de Jesus⁵. Ali, naquela sala de aula, com estudantes da psicologia, vivenciei pela primeira vez uma oficina de *Slam*⁶, e foi muito empolgante, aliás, eu quase mudei essa pesquisa todinha por causa disso (risos).

Anos atrás, em casa, proseando com minha companheira, ela me fez um convite para escrever um artigo, ela já tinha duas professoras juntas na empreitada, eu seria mais uma para somar. Falaríamos de políticas de escrita. Nos devaneios sobre o que escrever, sobre o que falar ela me disse: “você podia contar um pouco a história da tua mãe”. Falaríamos, portanto, sobre a dimensão da experiência, da gente se colocar na escrita, trazer nossas histórias, nossas memórias. Saquei. Então o jeito que fazemos, aquilo que achamos que podemos ou não dizer num texto acadêmico, a própria divisão binária acadêmico/não acadêmico, fazem parte de uma economia política de produção do texto, como sugere Pa-

4 Dessa experiência nasceu um capítulo de livro: Oliveira, Érika. C. S.; Rocha, Késia. A. Ações pedagógicas decoloniais e feministas ou notas sobre Exu nas escolas. In: Mattioli, Olga C; Araújo, Maria de Fátima (org.). **Violência nos contextos institucional, social e econômico**. Curitiba: CRV, 2019, p. 171-184.

5 Das experimentações de escrita na disciplina, nasceu a ideia da *performance narrativa* do artigo: Oliveira, Rosemary Rodrigues de; Rocha, Késia dos Anjos; Oliveira, Érika Cecília Soares. “Contraescritas feministas: educação das meninas de pedra”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, e77563, 2022.

6 Oficina ministrada por Ticiane Simões. *Poetry Slam* é uma competição de poesia falada, que surge nos Estados Unidos na década de 1980; nas batalhas, as poetas disputam por meio da apresentação de poesias autorais.



trícia Hill Collins (2019, p. 231). E não é que minha mãe, com sua bicicleta e todas as casas de família pelas quais trabalhou a vida toda, desde os 11 anos de idade, foi parar em revista científica, pois é. Se quiserem espiar está logo ali no rodapé⁷.

Nessa coisa da vida *online*, em 2021 ainda tive a chance de xeretar as aulas da disciplina *Vertigens Pós-Críticas no Campo dos Estudos de Gênero e Sexualidade em Educação*, ministrada pelo docente Gregory da Silva Balthazar (UNIT/SE) e pela docente Livia de Rezende Cardoso (UFS). Foi dessas minhas aparições nessas aulas que, a cada encontro trazia uma docente diferente, comecei a alargar um pouco mais meu interesse por pensar em metodologias, epistemologias, práticas/feituas metodológicas. Nesses encontros com debates bastante interseccionais, muito do que venho pensando foi ficando mais bem compreendido.

Só para fechar esse momento, quero trazer uma última coisinha. A experiência que tive durante dois semestres de estágio docência na disciplina de *Gêneros, sexualidades e educação: perspectivas interseccionais na formação de educadores*. A disciplina é parte da oferta acadêmica obrigatória de atividades de estudantes do curso de pedagogia da Universidade Federal Fluminense – UFF, e foram nesses encontros com as alunas da pedagogia, compartilhando e tentando tecer na prática a comunidade de aprendizagem, sugerida pela bell hooks (2013), que eu pude ter ainda mais tranquilidade e segurança sobre porque estamos aqui. Tem uma frase de uma das estudantes que fica martelando aqui na mente até agora, a gente discutia um texto de Paul Preciado, um capítulo do livro *Testo Junkie* (2018), falávamos sobre programações de gênero e, no exercício de cada uma pensar como vinha sendo “programada” desde pequena, saltou a frase “pra ficar bonita tem que sofrer”. Muitas das demais estudantes passaram a usar a frase nos seus trabalhos e nas conversas durante as aulas, fez sentido para elas essa premissa de que “para ser bonita era necessário algum sofrimento”. Sofrimento gerado pela imposição de adequação no sistema da diferença sexual com seus rituais de reiteração binária, racista, capacitistas, sexista, patriarcal. Mulher é isso. Homem é aquilo. Encolhe a barriga. Chapa/alisa cabelo. Tira pelo. Respira. Encolhe mais um tiquinho a barriga. Fecha as pernas. Mas, às vezes abre as pernas.

Tanta coisa minha gente...

⁷ Oliveira, Érika C. S.; Rocha, Késia A.; Moreira, Lisandra E.; Hüning, Simone M. “Meu lugar é no cascalho”: políticas de escrita e resistências. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, n. esp., 179184, 2019.



Ficção I

[sobre queimar bruxas, vetar “kit gay”, inventar monstros e proteger criancinhas]

Cinco pequenas cenas compõem esse momento da discussão. De “vetar kit gay” a combater “ideologia de gênero”. Penso que se tivesse que apresentar a vocês uma janela temporal que contemplasse e localizasse essa pesquisa, eu diria que essa seria uma possibilidade. Mas não caminemos por aí. Foquemos em alguns dos acontecimentos e nos estilhaços que deles emergem (Mombaça, 2021). Em meio aos estilhaços, existem minha corpa, minhas memórias, vivências, cicatrizes, sorrisos, ranhuras e teorias. Memórias daquilo que li, assisti, vivi e senti enquanto ativista, educadora, pesquisadora, vivente. Ficções talvez. Mini ficções da realidade. A partir dessas cenas é possível compreendermos alguns dos principais movimentos que alavancaram uma cruzada conservadora no Brasil. Se mirarmos as entrelinhas de cada uma delas, talvez enxerguemos uma relação bastante direta com a educação. Queimar a Bruxa. Saudar torturadores. Vetar “kit gay”. Produzir notícias falsas.

Inventar monstros. Proteger criancinhas. Combater os monstros inventados. Ficções. Realidades.

“Meu governo não faz propaganda de opções sexuais”

Assis, interior de São Paulo. 2011. Asicineiras preparam a sala para uma tarde de reflexões e debates sobre gênero, sobre dissidências sexuais e de gêneros, sobre educação. *Projeto Diadorim*¹. Ali propúnhamos uma intervenção ativista na qual teatro do oprimido, dispositivos audiovisuais, rodas de conversas, corpas, textos, convidavam a desobedecer, a bagunçar algumas das hegemonias da cisheteronormatividade. Asicineiras decidem começar com um pequeno trecho de uma entrevista da atual presidenta. A fala é sobre o

¹ O Projeto Diadorim foi um projeto selecionado pelo edital ProAC – Programa de ação cultural do Estado de São Paulo, edital específico de promoção de cultura com temática LGBT. Foi idealizado e ministrado por mim e Érika Oliveira em quatro cidades do interior de São Paulo e em espaços educativos diversos (escolas estaduais, universidades, escolas técnicas).



veto ao Kit Escola sem Homofobia²: — “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propagandas de opções sexuais; de nenhuma forma, nós não poderemos interferir na vida privada das pessoas” disse a presidenta. Indagada sobre possíveis abordagens futuras, ela se despedia sorridente dizendo: — “O futuro? A Deus pertence”. No auditório de uma escola estadual, éramos 80 pessoas, a atividade era fruto de uma parceria entre nosso projeto e a Diretoria Regional de Ensino. A coordenadora pedagógica regional, após perceber que nosso próximo passo seria compartilhar um dos vídeos do Kit, rapidamente se levanta e nos pede para pararmos a exposição. *Aquilo não era o combinado*, ela dizia. Aquilo não estava em pauta naquele encontro. Nós não podíamos falar sobre. Para dar desfecho ao momento ela dizia: — *Se a presidente vetou, ta vetado*.

“Lá vem a Marlene e a Marleninha...”

[o fazer político, as políticas antigênero,
o gênero nas políticas, a educação]

Faz um tempinho que comecei a pensar em compor este texto em alinhavo com algumas das minhas experiências na vida, trabalho, pesquisa e militância. A ideia era tentar desenhar uma narrativa que tivesse pele, textura, carne, saliva, isso me ajudaria a entender como meu trabalho e interesse pela temática estão fundidos com minha história de vida e minha corpa toda. Passei a fazer pequenos exercícios de visitação das minhas memórias, por exemplo mergulhar naquele baú imaginário que cada uma de nós deve ter. Fui parar no ano de 2004, à época meus pés caminhavam e pedalavam pelos terreiros da Universidade Estadual Paulista, no Campus de Assis. Esse foi o ano em que comecei a me aproximar do movimento social LGBT. Eu já tinha alguma vivência no movimento estudantil, mas as questões de gêneros e sexualidades me chamavam de um jeito que me enredava todinha. Era uma experiência corporificada, encarnada. Eu sabia, pelo sentir do próprio corpo e das pulsações da vida, que não podia existir somente aquilo que eu tinha aprendido até então como possibilidade de performar feminilidades, masculinidades, de (de)compor identida-

² O Kit Escola sem homofobia foi uma das ações elaboradas pelo Programa Brasil sem Homofobia em parceria com organizações da sociedade civil para a promoção do debate sobre gêneros e sexualidades nas escolas. O material educativo seria distribuído nas escolas para fundamentar o trabalho de educador·is. Mais informações e acesso aos vídeos do material em: <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelogoverno-federal-em-2011>



des, de sentir, de desejar etc. Eu sentia que podia mais e que talvez esse poder mais pudesse ser infinito. Isso me leva a pensar que aquele pensamento binário que nos “aconchega” na vida, deixava de fazer sentido por volta desse período. Mas o processo é lento. Só sei que daí em diante, convidada por uma amiga, comecei a trabalhar em uma Organização Não governamental (ONG) que discutia gêneros, sexualidades, políticas e saúde LGBTI+.

Lembro que o primeiro projeto no qual atuei implicava em fazer um trabalho de campo que me levava a realizar intervenções em espaços de prostituição da cidade e região. Eu era uma espécie de “agente de saúde”. Em síntese, eu rodava a cidade de mototáxi, indo a bares, postos de gasolina, boates, já que eu era responsável pela distribuição de insumos de prevenção (preservativos masculinos, preservativos femininos e gel lubrificante) e participava de um trabalho educativo com foco em promoção de saúde e acesso a direitos. Nessa época, eu começava a deixar a corpa solta para viver as primeiras histórias afetivo-sexual-desejantes por/com mulheres, as da vida adulta, cabe dizer. Quando eu e Márcia chegávamos nos bares, as mulheres, muitas delas lésbicas, diziam: — Chegaram as duas, a Marlene e a Marleninha.

Eu passava a ser lida pelas pessoas de uma forma diferente. Eu nem sabia, mas esse era um dos nomes pelos quais as lésbicas da região eram chamadas, tratava-se de uma referência à Marlene Mattos, produtora da Xuxa. Vivendo e aprendendo. Nesse tempo, portanto, conheci gentes e realidades muito diferentes da minha. Eu uma pobre caipirinha do fim do mundo, via meu mundo todo rodopiar. Isso faz a gente dissolver a ideia de universo que podíamos ter, a gente passa a pensar é em pluriversos mesmo. E acho que foi nesse tempo que me “descobri” como uma pessoa dissidente de gênero, uma pessoa bissexual de início, depois uma Marleninha e sigo assim nesse fluxo por vir.

Depois de dois anos nesse projeto, tive a possibilidade de trabalhar em outros. Fui para a área da educação, trabalhando com oficinas formativas em gêneros e sexualidades com docentes de escolas públicas da cidade. Esse foi outro giro. Embora eu estivesse na graduação em História, a minha experiência com a corpa na escola se resumia aos tempos de formação no ensino básico e estágios da graduação. Junta com parcerias bastante dedicadas e com as quais aprendi imensamente, comecei a ler, estudar, observar para aprender, sentir para desaprender e reaprender. Foram alguns anos nessa relação entre pensar uma



educação sobre gêneros e sexualidades e tentar praticar atos de resistência às normatividades. É importante localizar que, nesse momento, de 2004 a 2011, muita coisa rolou no âmbito das políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero no Brasil. Em 2004, ano em que essa breve história começa, foi o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia. Nesse recorte temporal também tivemos um investimento considerável em recursos que foram direcionados ao terceiro setor para ações em políticas públicas, principalmente àquelas voltadas para a prevenção de IST e HIV. Então, faço um breve parêntese para dizer que, embora todos esses projetos tenham contribuído muito para pensar uma sociedade menos violenta e desigual, eles também desnudavam a realidade frágil das políticas públicas voltadas para igualdade de gênero e para a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos no nosso país. Desnudavam o avanço das políticas neoliberais no Brasil (Coutinho, 2006). No lugar de Políticas de Estado, tivemos uma espécie de terceirização das políticas, sem garantia de permanência e, portanto, sem garantia de acesso à justiça para muita gente até hoje.

Nesse sopro da vida rumo à educação vieram mais duas experiências: a primeira foi com o *Projeto Capitu*, que tinha como principal atividade a realização de oficinas sobre educação para as sexualidades e prevenção às IST/HIV, era um projeto voltado apenas para meninas e acontecia em algumas escolas estaduais no contraturno das aulas. Ali, diferente da experiência com docentes, eu tinha a possibilidade de estar próxima das adolescentes, de dialogar com as questões trazidas por elas e a partir das experiências delas. Foi bastante desafiador, lembro que tive que fazer algumas visitas às casas de algumas das meninas, tive que conversar com as responsáveis sobre as oficinas e negociar a autorização para que elas pudessem participar. Isso foi lá nos anos 2008.

Depois disso, do início de 2009 aos finais de 2010, pude coordenar um Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia, cuja parceria era mediada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Na dinâmica do Centro, tínhamos uma pequena equipe com profissionais do serviço social, psicologia e direito, e eu fazia a coordenação. Oferecíamos atendimento e acolhimento à população LGBTI+ em situação de vulnerabilidade, apoio às instituições que desejassem abordar temas envolvendo gêneros e sexualidades, fazíamos ciclos de cinema etc. Fazer parte de um espaço de convivência



LGBTI+ numa pequena cidade de interior é uma experiência bastante intensa, de alguma forma, uma espécie de identidade se forma ali, só sei que eu me tornei um pouco aquele lugar ou a Késia daquele lugar, a gente se afeta na dor e no amor do outro nesse exercício do “nós”. Eu amo café desde a adolescência e partilhei essa paixão com tanta gente, algumas passavam por lá de tarde apenas para partilhar o ritual do cafezinho, vez ou outra Maria Bethânia cantava um “Negue” de fundo. Algumas dessas pessoas nem estão mais entre nós.

Do café vinha a prosa, a partilha, do café se fazia política, política do afeto mesmo, da sobrevivência também. Não pensem que se trata de uma narrativa romântica sobre como fazer política ou sobre a atuação das ONG, nada disso. Na real, teve muito B.O., processo contra estabelecimento homofóbico, briga contra a transfobia dos espaços públicos, disputa contra a família tradicional regada a muita lesbofobia, morte, misoginia, gordofobia, criança viada sem ninguém pra defender. E teve brigas entre nós, várias tretas, porque gentes brigam demais. Eu poderia passar muitas páginas contando para vocês. Mas o foco não é esse.

A cena que abre esse módulo simboliza o início e o final de um ciclo da minha vida pessoal e profissional. Naquela cena, eu disse que estava ministrando uma formação para educadoras e que era justamente o ano de 2011. Pois é, depois desses anos todos na ONG, eu encerrei esse ciclo e fiz uma pausa para me dedicar ao mestrado em Educação. Retornei à vida acadêmica e fui pesquisar gêneros e sexualidades no currículo da educação básica de São Paulo. Mas paralelo a isso, eu e minha companheira ganhamos um edital de promoção de cultura LGBT da Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo e do Programa de Ação Cultural – ProAC e fomos trabalhar com gêneros, sexualidades, diversidade sexual e teatro do oprimido. Depois de vários anos com os projetos e oficinas, parece que me faltava alguma coisa. Eu tinha conhecido Érika recentemente, ela trabalhava com teatro do oprimido e a ideia de trazer as artes mais pra perto foi nascendo. E esse movimento de unir a prática ativista com a arte era algo que abria uma perspectiva outra, a do encanto, da imaginação, da poesia, era um sopro. E foi isso. No projeto, a gente fazia oficinas a partir do repertório do teatro do oprimido. Foi uma jornada na qual passamos por escolas, associações, faculdades privadas e a experiência que eu trouxe foi a de um desses encontros realizado com coordenadoras pedagógicas e docentes de escolas estaduais do município. Enquanto muita coisa se



dava em nível bem macro no campo das políticas públicas e educacionais, lá naquela cidade pequena de interior, essas mesmas políticas reverberavam e aconteciam.

“Pela memória do coronel Carlos Brilhante Ustra, o terror de Dilma Rousseff”

Jair Bolsonaro, 31 de agosto de 2016

Brasília. 2016. 31 de agosto. É Golpe! É Golpe? Não! É *Impeachment*. Mas é golpe. Processo democrático em curso? Misoginia? Machismo? Votação. No país do futebol placar 61 a 20. Mas não se iludam, não era um bate-bola, pelada, campeonato. O Senador Jair Bolsonaro, também chamado Messias no sobrenome, começa seu discurso: — “Perderam em 64, perderam em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula [...] contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...] meu voto é sim”. E seguimos assim. “Brasil acima de tudo”. “Deus acima de todos”. Tá okay?

Eleições 2018

Brasil. 2018. Ano eleitoral. Notícias falsas. *Fake News*. Combustível para as eleições. Kit Gay. Mamadeiras de piroca. Jesus é travesti. Ideologia de gênero. Pânico Moral. O processo eleitoral de 2018 tem gênero. Traz o gênero como algo a ser combatido. Uma ameaça. *WhatsApp*. Memes. Figurinhas. Grupos de família. Brigas de família. Fim da amizade.

“Qualquer coisa, menos o PT”. Qualquer coisa. Q u a l q u e r C O I S A.

Enquanto eu vivenciava tudo aquilo que compartilhei agorinha no início desta escrita, o termo *ideologia de gênero* adentrava à cena brasileira. Era o ano de 2007 e, inicialmente, ele circulava pelas instituições ligadas a Igreja Católica. Em 2008, enquanto eu conversava com as meninas sobre saúde sexual e reprodutiva, o livro *Agenda de Gênero*, de Dale O’Leary, era traduzido no Brasil pela editora católica da Canção Nova e marcava uma investida também no campo da literatura especializada e da difusão das ideias. Pouco depois, também tivemos a tradução do livro do argentino Jorge Scala, *Ideologia de Gênero, neototalitarismo e morte da família*. O livro de Scala se converte em material importante



para a fundamentação daquelas pessoas que se colocam à frente da difusão das políticas e discursos antigênero. Todo esse material bibliográfico passa a ser difundido e compartilhado pelos meios digitais, passam a ser discutidos e popularizados por *youtubers* e inflam um movimento em prol de uma agenda antigênero no Brasil.

Demarquei o ano 2007, ano de lançamento do Documento de Aparecida, sobre o qual falarei mais a frente, mas se a gente olhar para trás veremos que isso tudo não é novo. Desde os finais do Estado Novo, os eclesiásticos católicos questionavam artigos sobre o aborto no código penal de 1940. Nos anos 1960, a Igreja Católica atuou no sentido de proibir o acesso das mulheres aos anticoncepcionais. O incômodo com as homossexualidades ocupa a cena mais a partir da década de 1980, após o advento do HIV. No contexto dos anos 1990, a pauta antiaborto reuniu um grupo diverso de conservadores (católicos, protestantes, seculares, kardecistas etc.). As tentativas de conter a autonomia reprodutiva das mulheres e as liberdades de exercícios das sexualidades e diferentes performances de gêneros fazem a base para o que os pesquisadores denominam cruzada antigênero. Assim, gênero, sexualidades e aborto se tornam elementos de disputas no âmbito das políticas públicas de educação, saúde e direitos humanos (Corrêa; Kalil, 2020; Junqueira, 2018).

Sônia Corrêa e Isabella Kalil (2020, p. 10, tradução minha), ao analisarem as ofensivas antigênero no contexto brasileiro, compreendem-nas como “dispositivos de acumulação de poder político que se nutrem de resistências às transformações das ordens de gênero e sexualidades”. As autoras também nos apresentam as conferências da ONU, em especial as Conferências do Cairo (1994) e Pequim (1995), como cenários nos quais ocorreram os primeiros ataques ao gênero proferidos pelo Vaticano e outros aliados conservadores. Rememoram alguns posicionamentos do Brasil no cenário das conferências internacionais destacando que, em Durban (2000-2001), o país apresentava uma pauta em relação a direitos humanos que era bastante inédita e sugeria avanços. Entre 2003 e 2016, momento que compreende a gestão dos governos de esquerda, cabe destacar a grande participação dos movimentos sociais no controle social das políticas públicas. Lembrem que eu falei disso lá no início quando contei dos projetos nos quais trabalhei. É no contexto dessas gestões que temos também a ocorrência das I Conferência Nacional LGBT (2008), Conferência de Políticas para as Mulheres (2004), criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabe-



tização e Diversidade - SECAD³ (2004), lançamento do Programa Brasil sem Homofobia (Brasil, 2004) e aprovação da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006).

Paralelamente a isso, de 1998 a 2014, temos um crescimento da bancada evangélica no poder – de 44 para 90 membros - e um avanço da frente parlamentar pela vida e contra o aborto. O veto do Kit Escola sem Homofobia (2011) e aquela fala quase profética da presidenta: “o futuro a Deus pertence”, reverberam como nunca nos dias atuais. O veto ao Kit sempre passeia pelas minhas memórias quando tento organizar as ideias para compor este texto. Essa cena me ajuda a pensar sobre a relação conflituosa entre políticas de gênero, sexualidades e educação, ou poderíamos sintetizar: sobre gênero e políticas públicas. Naquela ocasião, a então presidenta da república Dilma Rousseff, ao ser interpelada pela mídia num momento de bastante tensão e disputas em torno do lançamento e veto do Kit, tentava se justificar, em meio aos desconfortos gerados por todas as alianças políticas que envolviam seu governo, sobre o porquê do veto: “meu governo não faz propaganda de opções sexuais”.

Os bastidores das eleições de 2010 foram marcados pelo crescimento de um “ativismo conservador” reativo a alguns avanços de pautas feministas e LGBTI+ e, olhar mais de perto para esse momento, nos auxilia a compreender melhor o posicionamento da presidenta frente ao Kit. Depois de dois ciclos de um governo mais progressista houve, por parte desses atores religiosos, um empenho no sentido de recuperar uma espécie de política institucional de base cristã e, conquistar o voto religioso, se tornou algo decisivo para quem desejasse vencer as eleições de 2010 (Machado, 2012, p. 26). Ainda no primeiro turno das eleições, Dilma visitou templos, se reuniu com líderes religiosos e teceu alianças. A candidata publicou dois documentos importantes nos períodos de campanha que antecederam o primeiro e segundo turnos das eleições presidenciais: a *Carta aberta ao Povo de Deus* no qual reconheceu o papel social das igrejas evangélicas no país e, pouco antes do segundo turno publicou *A mensagem de Dilma*, no qual apresentava uma sequência de com-

³ A SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade Inclusão foi criada em 2004, foi a partir de 2011 que o eixo Inclusão passou a integrar as competências da Secretaria. No ano de 2019, o Ministério da Educação – MEC, sob gestão de Ricardo Vélez Rodrigues, extinguiu a Secretaria. Em janeiro de 2023, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, a secretaria acaba de ser reativada.



promissos de seu governo, principalmente no que se referia a temática do aborto e outros pontos centrais nessa disputa:

2. Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto; 3. Eleita presidente da República, não tomarei a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no país; 4. O PNDH é uma ampla carta de intenções, que incorporou itens do programa anterior. Está sendo revisto e, se eleita, não pretendo promover nenhuma iniciativa que afronte a família (Rousseff, 2010).

O entendimento dos movimentos políticos e alianças firmados pela gestão de Rousseff, embora importante, não é capaz de justificar sozinho os impasses que envolvem as formulações de políticas públicas LGBTI+ no Brasil. De modo geral, é possível dizer, em diálogo com a pesquisadora Bruna Irineu (2021), que o poder legislativo das duas primeiras gestões de Lula e Dilma (2003-2016) não absorveram as pautas LGBTI+, nem tampouco questões como a descriminalização do aborto. Algumas garantias de acesso a direitos por parte dessa população como a união estável e casamento civil, por exemplo, vieram por meio de decisões do Judiciário. Na análise da pesquisadora sobre as políticas públicas LGBTI+ nesse período, ela aponta que uma espécie de paternalismo, próprio do modo de gestão “Lulista”, poderia ser responsável por essa baixa institucionalização das políticas. A ideia de “paternalismo” aparece na análise que a autora faz da relação entre as gestões de Lula (2003-2010) e movimento social LGBT. Intensificando a crítica sobre o tema, Irineu (2021) caracteriza o modo como as políticas LGBTI+ foram pautadas por esses governos como parte de um pacote de “cidadania de consolação”, algo que, na concepção dela, estaria fundamentado em uma “homofobia cordial” (Irineu, 2021, p. 581). Essa ideia de homofobia cordial pode ser melhor compreendida quando observamos que, embora o Brasil apareça na cena internacional como um país avançado em termos de direitos LGBTI+, na prática, a pasta não possuía orçamento específico e as políticas não tiveram continuidade após as transições de um governo para o outro; o veto ao Kit é um ótimo exemplo disso.

Com o veto ao Kit, vai-se desenhando e se fortalecendo os traçados de uma ideia de criança sob ameaça, de infância em perigo. Para os grupos conservadores, afirmarem-se contrários aos direitos LGBTI+ e favoráveis à violência parecia complicado, mais fácil e estratégico foi se apresentarem como defensores das crianças (Balieiro, 2018). Cria-se,



portanto, um inimigo comum, que estaria ameaçando a integridade de crianças inocentes, expondo-as aos perigos de um empreendimento pela “morte da família”, como traz o título traduzido da obra de Jorge Scala. A partir daí um grande apelo público se intensifica na sociedade; pais, mães, responsáveis pelas crianças, docentes de ensino básico, igrejas, são convocados a se posicionarem diante dessa ameaça e a consequência tem sido uma série de investidas no sentido de barrar políticas públicas e/ou vetar e editar políticas que promovam o respeito à diversidade/diferença e/ou a igualdade de gênero.

Existiram condições políticas que possibilitaram o desenho dessa ofensiva antigênero. Em 2013, combater a ideologia de gênero já era uma pauta consolidada dos movimentos mais conservadores e se pulverizava pelo país. Para Miskolci (2018) foi em meio às discussões sobre os planos de educação que essa cruzada moral se disseminou ainda mais. Uma política do medo foi instaurada nos espaços escolares. Docentes e estudantes vigiados. A educação passa a ser personagem central dos conflitos e no âmbito dos debates sobre o Plano Nacional de Educação - PNE, desabrocha o encontro e sela-se a parceria ecumênica entre forças católicas, evangélicas e movimentos seculares como o movimento Escola sem Partido - ESP.

Quando olhamos para a cena que oficializa o Golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, o momento da votação pelo *impeachment*, chama bastante a atenção as narrativas dos parlamentares durante seus votos, no fragmento que trouxe para este texto, destaco a saudação e reverência de Jair Bolsonaro a um torturador, saudação e anunciação do seu modo de pensar e fazer política, pautado no autoritarismo e na instigação a um golpe militar. Gaudêncio Frigotto (2017) nos lembra bem que, durante a votação pela instauração do processo de *impeachment*, que o autor chama de “golpe jurídico, parlamentar, policial e midiático”, mais de 90% dos parlamentares ali presentes utilizaram como justificativa de seus votos a defesa da tríade Deus, Pátria, Família. O autor também nos conduz a um *flashback* e nos relembra que, nos idos de 1964, quando sofríamos um golpe civil militar, essa era a base do pensamento que o ancorava: Deus, Pátria, Família *versus* Comunismo.

A cena das prévias da eleição presidencial de 2018 mostrou o desfecho desse Golpe. Anunciou o que estaria por vir: “qualquer coisa, menos o PT” é uma expressão que traduz essa investida promovida pelo ESP na qual partidos de esquerda passam a ser renomeados



de comunistas, gayzistas, abortistas, ameaças à família e às crianças. Há uma redução dos espaços de diálogos dissonantes e a abertura de uma arena de aceite de violências: mães amamentando em público, pessoas negras, gays afeminadas, pessoas trans, pessoas não binárias, sapatonas – corpos sob ameaças cotidianas. Como disse Bolsonaro à época: “perderam em 1964, perderam em 2016”, “Deus acima de todos”.

Eu mencionei o movimento Escola sem Partido, mas é importante contextualizar que o movimento vinha atuando desde 2004 a partir da pauta de uma educação neutra ou, como eles mesmos se apresentavam, contra o avanço de uma possível doutrinação comunista. Nos anos mais recentes, eles abraçaram a pauta moral de combate à ideologia de gênero e passaram a incentivar as denúncias contra docentes que viessem a abordar as questões de gêneros na sala de aula. Foram disponibilizados modelos de notificações extrajudiciais, bem como modelos de projetos de leis para proibição da abordagem de gênero e sexualidades nas escolas. Para a pesquisadora Elisabeth Macedo (2017, p. 519), “[...] o ESP veio explicitar, pelo viés da intolerância ao outro, a inadequação do político na escola”, o movimento se tornou um empreendedor moral importante nessa cruzada antigênero e um dos principais agentes responsáveis pela associação dos governos de esquerda à ideia de incentivo a desvios morais (Balieiro, 2018; Moura; Salles, 2018; Penna, 2017).

Corrêa e Kalil (2020, p. 70) acreditam que é nesse momento que “germina um consenso ecumênico” que vai caracterizar essas ofensivas no contexto brasileiro. Conforme analisa Almeida (2019, p. 209):

[...] o conservadorismo religioso oscila entre resistir às mudanças (só existem famílias heterossexuais, por exemplo), provocar mudanças regressivas (o aborto é criminalizado em qualquer situação, o que retroage à legislação de 1943) e aderir a certos valores deste mundo (ética empreendedora e o aumento da violência de Estado).

A partir dessas parcerias, os grupos se dividem na missão de retirar a pauta de gênero dos planos de educação – nacional, estaduais e municipais. Começa uma caçada ao gênero. Mais de 40 projetos apresentados em câmaras municipais, que mesmo inconstitucionais e não aprovados, mexeram com a cultura escolar e com a sociedade. Ainda conforme destacam Corrêa e Kalil (2020, p. 70) “As cruzadas antigênero vêm atacando as diretrizes pedagógicas sobre gênero e sexualidades na educação básica, média-superior, superior, no Brasil, América Latina e Europa”.



“Queimem a Bruxa!”

São Paulo. 2017. Novembro. Manifestantes se reúnem em frente a uma das unidades do Serviço Social do Comércio - SESC. Cruzes. Terços. Bíblias. Bandeiras do Brasil. Esses são os principais estandartes utilizados pelas pessoas manifestantes. Fora isso: *FOGO!*

“Pedofilia Não”. “Não à zoofilia”. “Escola sem Partido já! ”. “Menos Butler, mais família”. “Não à ideologia de gênero nas escolas”. “Não ensinem perversão às nossas crianças”. “Fora aberração de gênero – go home! ”. “Homem é homem, mulher é mulher, aqui no Brasil, você não faz o que quer”. “Menos bruxas, mais príncipes e princesas”. “Viva às princesas do Brasil”. *QUEIMEM A BRUXA! E fogo!* [Ao fundo é possível ouvir em coro suave: “Pai nosso que estais no céu, santificado seja o vosso nome...”]. *QUEIMEM A BRUXA! E FOGO!* Sim, atearam fogo. A boneca Butler-bruxa era queimada ali mesmo, na rua. E isso não é a apresentação de nenhum roteiro de filme medieval. Eu juro.

Nos anos de 2014 e 2015, a expressão ideologia de gênero já estava na boca do povo. Já estava posta uma cruzada moral contra a palavra gênero. E é um pouco depois disso, no ano de 2017, que acontecem as manifestações contra a filósofa Judith Butler narrada na cena acima. Temos um elemento novo, gênero e ideologia de gênero passam a ser relacionados, pelos movimentos antigênero, à imagem e produção teórica de Butler (Cyfer, 2018; Luna, 2017; Miskolci, 2018). A tal ideologia estaria, portanto, ameaçando crianças e jovens e expondo-as aos perigos de uma indução às expressões de gêneros e identidades de gêneros dissidentes, à pedofilia, a zoofilia, a experientiação do sexo precocemente, a uma adesão ao comunismo, dentre outras coisas e tudo misturado.



“Meninos vestem azul e meninas vestem rosa”: uma verdade sacrossanta?

Brasil. Início de 2019. Nos bastidores da posse da nova ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, ouvimos seu brado festivo: “Atenção, atenção! É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”. Os apoiadores saúdam e vibram ao redor da ministra. Sua atuação no ministério divide espaço com as ações que desempenha enquanto pastora evangélica. Defende, em seus discursos na internet, que é o momento da Igreja governar o país: “O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”.

Se tem uma coisa que me parece impossível é deixar as sexualidades e os gêneros guardados em casa e irmos para a escola ou à missa, ou ao culto, ou ao terreiro, sem eles. O máximo que se faz é tentar trancafiar num armário ou outro, mas sabemos que isso é complexo. Assim, talvez pudéssemos partir de um ponto quase consensual de que gêneros e sexualidades estão aqui, juntinhos da gente, por onde quer que caminhemos. Quando penso na escola, especificamente, sempre me lembro que passei longos anos da minha infância e juventude nela, foi lá que vivenciei muitas das experimentações afetivas, foi lá que passei a tomar algum tipo de consciência sobre como me via/sentia enquanto menina/mulher, atravessada também por outros eixos de poder como raça, classe, sexualidades, geração etc. Pois é, é tempo demais num espaço para achar que a gente o ocupa sendo somente metade ou parte daquilo que somos. A gente está lá inteira, com nossos medos, anseios, expectativas, contradições.

Pensando no campo da educação que, como já mencionei, está no centro das disputas que envolvem as campanhas contra as discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas, é possível dizer, provocada pelo diálogo com Cristiana Chiaradia e Luan Cassal (2019, p. 238) que tivemos uma espécie de “virada conservadora das políticas públicas de educação”. Nós migramos da inclusão de uma determinada perspectiva de gênero e sexualidade, como temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (Brasil, 1998), que era datada lá de 1997, para a supressão total no Plano Nacional de Educação - PNE, em



2014, e também na Base Nacional Comum Curricular – BNCC aprovada em 2017. A versão aprovada do PNE excluiu as menções a palavra gênero e apresentou em sua versão final apenas o genérico “combater às desigualdades educacionais” (Vianna; Bortolini, 2020) e a versão aprovada da BNCC varreu de seu texto as menções a gênero e orientação sexual.

Retomando um pouco o episódio de Butler, nesse mesmo ano da sua passagem pelo país, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017) teve sua terceira e última versão aprovada sem menções a gênero e orientação sexual, censurados do documento. A temática da sexualidade aparece apenas nas diretrizes para o ensino de ciências e indicadas somente para os conteúdos do oitavo ano do ensino fundamental. A abordagem da sexualidade centra-se ainda em uma perspectiva biologizante, ou seja, relacionada a conteúdos como infecções sexualmente transmissíveis - IST, gravidez e reprodução (Silva; Brancaleoni; Oliveira, 2019). Para contextualizar um pouco a importância do presente documento, retomo brevemente os finais dos anos 1990, momento bastante importante para as políticas de educação, principalmente no que compreende a ampliação dos debates sobre direitos humanos e respeito às diferenças. Datam deste momento a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996) que viria a estabelecer a autonomia na organização e gestão da educação por parte dos estados da federação. Na sequência, tivemos a instituição, em 1997, dos PCN (Brasil, 1997), que já foi bastante analisado por muitos pesquisadores que reconhecem a sua importância para o campo das políticas de igualdade de gênero, uma vez que, foi o documento que oficializou a educação sexual como algo importante nos currículos e nas escolas. Relembro que os PCN traziam a indicação de que docentes trabalhassem, de maneira transversal, com o tema “orientação sexual” (Cardoso *et al.*, 2019; Macedo, 2017; Silva; Brancaleoni; Oliveira, 2019).

Os impactos dessa virada conservadora das políticas ressoam também nos currículos das escolas. Marlucy Paraíso (2016) entende o currículo como território, espaço de governo e de resistências, que envolve múltiplas forças, atravessado por investidas normalizadoras e também criadoras de possibilidades inventivas. Sobretudo, ela nos apresenta o currículo como cenário incontrolável, conforme a autora “[...] exatamente por ser incontrolável, o currículo é escolhido por grupos reacionários para se fazer a coibição, o impedimento, a proibição e controle dos temas gênero e sexualidades” (Paraíso, 2016, p. 390). Segundo a



autora, são usadas estratégias de “tradução, multiplicação, distorção e amedrontamento” (Paraíso, 2016, p. 390) como recursos de controle dos currículos. Esse jogo de inclusão e exclusão de termos nos documentos oficiais é traduzido pela autora como uma ciranda entre currículo, gênero, poder e resistência.

Falar sobre políticas públicas e políticas de educação, no presente texto, se faz importante porque as discussões apresentadas ao longo do trabalho reverberam justamente nas políticas, nos currículos, no cotidiano dos espaços educativos. É no contexto das cenas e espaços do cotidiano que observamos os impactos da existência ou não dessas políticas. Cada momento histórico e político é permeado por diferentes relações e disputas de poder e isso também se traduz na materialização das políticas. Questões como acesso e permanência à educação se apresentam como fundamentais nessa cena cotidiana e é um dos principais pontos desse debate. Compreender um pouco melhor os caminhos e cruzos das normativas, parâmetros, diretrizes que embasam as ações do dia a dia dos espaços educativos nos permite repensar nossas práticas e compreender os retrocessos e possíveis avanços que poderíamos vir a esperar.

Além dos pontos já apresentados, é importante situarmos que as transformações no campo das políticas públicas de educação, e não somente, se inserem num contexto político, social e econômico maior. Flavia Biroli, Juan Vaggione e Maria das Dores Machado (2020) enfatizam em seu estudo sobre a relação entre gênero, democracia e neoconservadorismo na América Latina que, para compreendermos melhor esse fenômeno, precisamos identificar a relação entre as religiões, as democracias atuais e o neoliberalismo. Os chamados fatores morais devem ser pensados juntamente com os econômicos, uma vez que, um dos aspectos novos dessa onda é justamente a aliança que se formou entre católicos conservadores, segmentos evangélicos conservadores e neoliberalismo em torno do sentido de família. Para as autoras, o principal ponto dessa aliança entre neoconservadorismo e neoliberalismo é que eles “[...] convergem ao posicionar a família no centro de sua concepção mais ampla de sociedade”, sobretudo “na perspectiva da responsabilização das famílias em meio a processos amplos de mercantilização e privatização” (Biroli; Vaggione; Machado, 2020, n.p). As chamadas questões morais, portanto, ocupam lugar central nas



lógicas e dinâmicas das sociedades capitalistas e neoliberais, já que a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso “individuais” cairiam justamente sobre a família (Fassin, 2021).

Não foi pretensão deste módulo apresentar análises sobre como são abordados os conceitos de gêneros e sexualidades nos documentos mencionados, mas apenas destacar suas inserções, exclusões, menções nas normativas, diretrizes e parâmetros, reconhecendo alguns marcos importantes, como por exemplo, os PCN. No entanto o diálogo com a literatura aqui presente e a retomada de leituras do passado, como minha própria pesquisa de mestrado (Rocha, 2012) que abordou gênero e diversidade sexual no currículo e nas políticas de educação, me fazem sugerir que ainda não chegamos próximas de uma abordagem das questões de gênero e sexualidades que caminhe para além do modelo cis-heteropatriarcal binário, com raízes em concepções biologizantes de corpo, sexualidades e desejos. Acompanhando o balanço reflexivo, feito por Cardoso *et al.* (2019), é possível dizer que transitamos de um conjunto de políticas que apontavam para a ideia de tolerância e respeito à diversidade como estratégias de ampliação do acesso e permanência na educação, para políticas que tinham como proposta minimizar desigualdades considerando eixos de poder como gênero, orientação sexual e raça. No cenário das políticas de educação, pensar a desconstrução dos modos de amar, desejar, performar nossas sexualidades e expressões de gênero ainda se apresenta como uma proposta por vir.

A “nova era” de Damares, bem como todas as ações do governo de Jair Bolsonaro, deixou marcas bastante profundas nas instituições democráticas brasileiras. No âmbito das políticas de educação temos um cenário de estreitamento das políticas voltadas para as questões de gêneros e sexualidades, direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos. As reduções orçamentárias da Educação Superior, bem como os últimos cortes dos investimentos nas ciências e, em especial, nas Ciências Humanas, representam alguns dos desafios que enfrentamos e teremos de enfrentar nos próximos anos. A “nova era” na qual tivemos o presidente da república vetando a distribuição de absorventes higiênicos para estudantes do ensino fundamental e médio e para pessoas em situação de vulnerabilidade social, defendendo intervenção militar e saudando torturadores impactou profundamente a nossa democracia.



Ameaça às subjetividades infantis. Política do medo e ameaça à liberdade direcionadas a educadoras e artistas (Balieiro, 2018; Chiaradia; Cassal, 2019; Miskolci, 2018); associação das homossexualidades à pedofilia apresentada como argumento para justificar movimentos de censuras a ativistas pelos direitos humanos e, em especial, pelos direitos sexuais e reprodutivos; censura à livros de literatura, performances e obras de arte em geral (Lionço *et al.*, 2018). Esses foram alguns dos elementos centrais dessa “era” na qual os episódios mobilizados ao longo da pesquisa se inserem. As eleições presidenciais de 2022, no entanto, anunciam a possibilidade de outro cenário social, político e econômico para as nossas instituições democráticas. O primeiro e segundo turno da última eleição elegeram novamente um partido e uma representação de esquerda, ou de centro-esquerda, se considerarmos todas as alianças que compuseram esse processo eleitoral. O sentimento de retomada das bases democráticas a partir das ações iniciais de reorganização de ministérios, de ampliação das representações de sujeitos dissidentes sexuais, de gêneros e de raça na participação política que se iniciou em janeiro de 2023, nos fazem novamente esperar.

Notas para uma educação sem juízo

Para ouvir:

Corpo sem Juízo

Cantante: Jup do Bairro



*Paz é corpo
Afinal, o que pode um corpo?
O juízo judaico-cristão me silencia
Mas é que eu falo demais
Se eu to com fome, falo que eu to com fome
Se eu to com frio, falo que eu to com frio
E caio
Caio, mas me levanto
Mesmo sem me mover, ainda danço [...]*

Jup do Bairro

Este breve ensaio se apresenta como um mini manifesto em defesa de uma educação sem juízo. Ou uma *ManiFesta*. É um ensaio. Ensaio para (não se sabe onde). Me permito perceber a cena dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros e relacioná-la com o campo da educação e suas práticas de permanências e resistências. Neste ensaio, a artista Jup do Bairro¹ cruza caminhos com a poética da escritora Conceição Evaristo² e,

¹ Jup do Bairro é uma multiartista brasileira nascida no bairro do Capão Redondo, zona sul de São Paulo. Iniciou sua carreira em 2007 e nesse percurso foi co-criadora do álbum *Pajubá* da artista Linn da Quebrada. Entre muitos trabalhos lançou no ano de 2020 seu primeiro álbum “Corpo sem juízo”, com o qual dialogo no presente escrito. Jup do Bairro é referência importante para as reflexões sobre as dissidências de gêneros, sexualidades e raça no campo das artes.

² Conceição Evaristo nasceu em Belo Horizonte em 1946, é escritora, educadora, Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense. Sua poesia, ficção, ensaios são importantes referências para o pensamento negro e feminista negro brasileiros. É autora do livro *Olhos D’água*, com



juntas, me auxiliam a pensar em estratégias de vida, de pensar mundos, de pensar a educação. Compreendendo a cisnormatividade como um projeto colonial de gênero (Vergueiro, 2015) que, fundamentado em bases epistemológicas e ontológicas coloniais, concebe gênero e sexualidades como dispositivos naturais/biológicos, essencialistas e binários, me indago se seria possível, no exercício quase que proposital de perder o juízo, tecermos possibilidades para uma prática educativa que nos levasse para bem longe das binariedades desse mundo tal e qual o conhecemos. Seria possível vivermos sem esse juízo que nos coloca como prisioneiras da norma cis-heteropatriarcal e colonial? Emparedadas. Ensaiai um modo outro de pensar sobre questões de gêneros e sexualidades na educação, pela via torta do ato desajuizado. Talvez as artes, de modo geral, possam nos ajudar neste intento. Talvez a radicalidade das performances narrativas, literárias, dançantes, visuais, das corpas insurgentes rodopiando pelos corredores do mundo, possam nos apontar essas rotas possíveis. Sem um pouco de utopia a gente não pulsa, então, a intenção é tecer uma relação tão íntima com elas que, quando percebermos, já teremos em mãos algumas possibilidades de fugas da norma, de fugas de determinada formatação ontológica e epistêmica que nos violenta e nos resume a tão pouco.

Úteros

Não costuma haver festa sem ensaio. A gente ensaia para as grandes ocasiões desde o antes da barriga das mães (e demais pessoas que gestam). Para aquelas que têm uma posição social no possível do dinheiro, os ensaios para as festas têm início desde o ventre. O útero fica em festa. Lá fora, as famílias decoram seus quintais, salas, salões, quatinhos. Elas “brincam” de adivinhar. Elas “brincam” de juízas atribuindo e tentando designar caminhos para pessoas ainda habitantes do quentinho dos úteros. Úteros multicolores. Úteros racializados. Úteros que nem sempre são ancorados por corpas em situação de afeto e segurança. É isso. Às vezes habitam um útero em risco. Ameaçado. Em recusa. Um útero destituído de direitos. Na corda bamba. Em fuga. Ofegantes que estamos na luta pela sobrevivência.

Nos debates e disputas sobre as dissidências de gêneros e sexualidades no contexto brasileiro, o útero vem aparecendo como órgão central dos embates. Ele é multidiscipli-

o qual venceu o Prêmio Jabuti no ano de 2015.



nar. Aparece nas passarelas do Planalto, nas reuniões do Senado, nas reuniões pedagógicas, nas salas de artes, museus, redes sociais, até nas tretas dos grupos de família. Ele está presente até nos parquinhos das instituições de educação da primeira infância. Como nos provoca Paul Preciado (2020, p. 98): “Cavidade potencialmente gestacional, o útero não é um órgão privado, mas um espaço biopolítico de exceção, ao qual não se aplicam as normas que regulam o resto das cavidades anatômicas”, o autor sugere que “[...] como um espaço de exceção, o útero se parece mais com um campo de refugiados ou com uma prisão do que com o fígado ou o pulmão” (Preciado, 2020, p. 98). Como um campo de refugiados ou uma prisão, ele se apresenta governado pelo Estado e pelos interesses econômicos, religiosos, médicos etc. Se seu corpo hospeda um útero, ele está sujeito às leis que regulam esse órgão de exceção. Questionar essas leis implica afrontar a estrutura social, política e econômica que alicerça a sociedade cis-heteropatriarcal e colonial.

Afrontar. Esse é um verbo interessante para pensarmos nas movimentações do campo das políticas públicas e educacionais no contexto brasileiro. É um verbo que também contribui para o ensaio de relacionar as artes ativistas com a educação. No limite dos afrontamentos, alguns artistas, vêm questionando o regime da diferença sexual sob o qual nós, enquanto sociedade, assentamos nossas existências. Como aponta Preciado (2020b), o regime da diferença sexual é um regime epistêmico e político, ele é patriarcal-hetero-colonial, binário, reprodutivo. O regime da diferença sexual impõe suas normas, suas jaulas sexuais e de gênero, códigos sociais que buscam assegurar seu conforto ontológico, como sugere Jota Mombaça (2021).

Retomando um pouco a discussão inicial a respeito do útero como órgão de exceção e conectando a mesma como o campo das políticas educacionais, poderíamos arriscar dizer, como o fizeram algumas autoras e autores (Corrêa; Parternotte; Kuhar, 2018; Junqueira, 2018), que falamos de políticas uterinas. Ele é o órgão central. A igreja, o Estado, as pessoas, as instituições se unem para defender o direito de fincar bandeiras em seu solo (Preciado, 2020b). Cada qual a seu modo, segue buscando um pedacinho desse chão viscoso, tão poderoso. Conectam o órgão a princípios que alegam ser fundamentais na garantia e proteção do que denominam família. Trazem para esse solo viscoso as crianças, supostos seres sob ameaça que, no desamparo em que viveriam, exigiram da



sociedade e do Estado medidas de proteção. Desta maneira, nos últimos anos, acompanhamos um recrudescimento das políticas educacionais de promoção e reconhecimento das diferenças. Falar sobre gêneros, sobre sexualidades, sobre direitos sexuais e reprodutivos, foi convertido em campo ideológico que precisaria ser combatido pela sociedade e “pessoas de bem” (Miguel, 2016; Junqueira, 2018; Balieiro, 2018).

Falamos especificamente de atos de censura aos currículos escolares, sobre as censuras às menções de gêneros, sexualidades, dentre outras terminologias importantes na luta pela ampliação de direitos. Richard Miskolci (2018) fala de um pânico moral que começou a aparecer de maneira mais recorrente a partir de 2011, ano em que as uniões entre pessoas do mesmo sexo foram reconhecidas no país. Esse pânico moral foi motivador da criação de projetos de leis que propunham a criminalização de práticas e pessoas que abordassem gênero nos espaços formais de educação. A partir daí, tivemos uma série de episódios que marcam essa corrida antigênero. Essa corrida atingiu diretamente as políticas educacionais, quando da aprovação do Plano Nacional de Educação em 2014, momento em que as menções ao gênero foram retiradas do documento. Além disso, os planos municipais e estaduais também sofreram edições e muitos retiraram toda e qualquer sugestão ou indicação de abordagem das questões de gêneros e sexualidades. Dessa maneira, o campo da educação, longe de ser um território de consensos e estabilidades, tem sido mais um espaço de disputas, fissuras e tensões (Vianna; Bortolini, 2020).

Se há disputas, talvez isso signifique que temos aí uma questão crucial para a luta por uma sociedade que se pensa com e a partir das diferenças e não contra elas. Como bem coloca Fernando Seffner (2017, p. 23) “a tarefa escolar e a função docente se debatem eternamente entre inserir os alunos na tradição e contribuir no sentido de auxiliar a modificar essa mesma tradição, abrindo espaço para a novidade [...]”. E uma coisa importante e vital é termos em mente que existem vidas para além das normas de gênero, para além das violências e regulações de nossas corpas e subjetividades. O desafio mora no modo como faremos para reinventar outros mapas de circulação pela vida. Como nos diz Preciado (2020b, n.p):

Não é fácil inventar uma nova linguagem, inventar todos os termos de uma nova gramática. É uma tarefa enorme e coletiva. Mas mesmo que uma única vida possa parecer insignificante, ninguém ousará dizer que o esforço não valeu a pena.



Se para as pessoas dissidentes de gêneros, performar outros modos de ser, a partir de uma gramática ainda por fazer, é um desafio enorme, seria ainda maior se não o fizéssemos conjuntamente. Nosso desafio pode vir a ser o de fazer da escola e dos espaços educativos outros, tecnologias sociais de transformação, de desajustes da norma. Espaços de produções coletivas de subjetividades outras.

Jup do Bairro encontra Conceição Evaristo

Nossas festas são também atravessadas pelo luto. Luto que é pranto. Luto que é verbo. Luto que é luta. Luto que manifesta. “Minha filha continua me escrevendo, me afirmou que vai voltar, que vem me ver por esses dias. Pediu-me perdão dizendo que havia transformado seu corpo em outro corpo e que eu teria dificuldade de reconhecê-la” (Evaristo, 2018, p. 38); a mãe conta sua história e a narrativa muito se assemelha a de várias outras que ouvimos, vemos, sabemos, tapamos ouvidos. A mãe responde à filha que não há problemas nisso, o corpo era dela. A mãe responde que, independentemente de qualquer coisa, “o meu coração estaria sempre do lado dela, qualquer que fosse a forma que esse corpo tivesse” (Evaristo, 2018, p. 38). O corpo está no chão, é uma mulher jovem, tem tranças nos cabelos, parece trazer à memória da mulher-mãe algo de familiar. “Essa silhueta não me é estranha [...] quem será essa mulher?”, “Alguém sussurra ao lado que foi crime de homofobia”. A mulher-mãe pensa imediatamente na filha. Ela espera a visita da filha por esses dias, com ansiedade. Ela avista um pequeno detalhe ao lado do corpo. Uma bolsa, bolsa igual a sua, algo que ela teria dado à filha sem que o pai soubesse. Lembrou do filho, que era filha. Coração acelerado. “Dá licença, dá licença [...] Vejo-me empurrando todos. Dá licença [...]”, “Conheço esse corpo, saiu de mim [...] essa é minha menina! Tenho dor. Meu peito explode. Quem matou minha menina? O pai? Eu? Vocês?” (Evaristo, 2018, p. 39).

Os fragmentos acima são do conto *Do lado do corpo, um coração caído*, de Conceição Evaristo (2018). Parte do texto abre introdução para a música “Corpo sem Juízo” da multiartista Jup do Bairro. A artista compõe o que estou chamando, em diálogo com as pesquisas de Leandro Colling (2019; 2022), de cena dos ativismos das dissidências sexuais, raciais e de gêneros. Compreendo por ativismos, aquelas produções artísticas que, explicitamente, apresentam um engajamento político e cuja poética e estética questio-



nam as desigualdades e violências produzidas pela norma hegemônica, aquelas cuja “[...] natureza estética e simbólica amplifica, sensibiliza, reflete e interroga temas e situações num dado contexto histórico e social, visando a mudança ou a resistência” (Raposo, 2015, p. 5). No entanto, mais do que buscar uma definição que almeje precisão, a intenção é dialogar com aquilo que me afeta, que me move, que consegue deslocar algo em nós e de tão intenso, exige que a gente partilhe, leve com a gente na pasta, na mala, jogue nas redes sociais, carregue para as salas de aulas.

Jup do Bairro utiliza seu corpo como tela, como cenário para a materialização de sua obra, de sua arte. “Um corpo sem juízo, que não quer saber do paraíso, mas sabe que mudar o destino é o seu compromisso” diz a letra da música que compôs aos treze anos de idade. Naquela época, seu corpo, um corpo afeminado, um corpo que já se via existindo fora da jaula da heteronormatividade, era confrontado pela sociedade sobre ser um corpo sem juízo.

“Toma juízo menino”, diziam a ela. No entanto, para ela, seu corpo só poderia ser na medida em que entrava em atrito com as normas, seu corpo ia se convertendo e se transformando num ciborgue de várias existências acopladas. No atrito com as normas de gênero, seu corpo travesti se materializava. Ela abria brechas para a criação e ampliação de imaginários. Está aí a potencialidade revolucionária das artes. Criar atritos. Afrontar. A canção “O corre” traz fragmentos da vida escolar da artista:

Na escola, pensei que era o meu momento/ Mas foi só Dó, Ré, Mi, Fá só o lamento/
Eu era CDF, sentava lá na frente/ Era bichinha e era crente, se entende?
/Mas já cancelava toda a situação/Se eu moscasse ia me fuder na mão dos leke ou da direção [...]. Esse foi meu corre/ O que não me matou, me deixou mais forte/
Hoje eu sou o corre/ Depois de dois ou três reais faço meu malote.

Se, como sugere Preciado (2020b), estamos sempre habitando algum tipo de jaula formatadora de nossas subjetividades, e pensemos que a escola pode atuar como mais uma dessas jaulas, talvez precisemos pensar em estratégias para mantermos as portas das jaulas sempre entreabertas. Atualmente Preciado se diz habitando a jaula de um homem trans, ontem habitou a de uma mulher, e assim vamos vivendo nossos processos migratórios das subjetividades. Somos/estamos muita coisa. Habitamos muitas casas. Poderíamos imaginar a instituição escolar como um complexo de jaulas, nela veríamos jaulas



mulheres, jaulas homens, jaulas sapatonas, jaulas viadas, jaulas assexuais, jaulas incógnitas. O **cistema**³, prevendo que cada jaulinha deve se manter em seu posto, fechadinha, à espera do alimento e de um ou outro visitante que, do lado de fora lhe acene, sorria ou lhe jogue uma banana. No contexto de cada jaula desempenhamos nossos papéis, vivenciamos nossas guerras, tecemos nossos ímpetos de resistência, esboçamos esperanças ou, como disse *Jup*: “o que não me matou, me deixou mais forte”.

O corpo sem juízo de *Jup do Bairro* encontra a narrativa de Evaristo. Ele corre. Ele faz seu corre. Ele rouba o tempo para poder ser. Mombaça (2021, p. 17), em seu livro publicado no Brasil, apresenta suas palavras como sendo uma barricada. Uma “barricada” instaurada no intuito de “roubar o tempo”, algo que se dá num percurso não sem espinhos, liso, reto, mas “armadilhado”, esburacado. Roubar e não ganhar tempo é o ponto. *Jup do Bairro* faz barricada com sua poética. Diferente da cena do conto de Evaristo, suas palavras explodem, sem controle, desordenadas, como pedacinhos de vidro em quebra. Cacos soltos.

Como diz Mombaça (2021, p. 28) “[...] uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos”. É nessa quebra, nesse espalhamento de pedaços que a arte amplia imaginários, que ela (des)educa.

No exercício de ficcionalizar a realidade, a vida, feito por Conceição Evaristo, a escritora poetiza os limites dos corpos sem juízo na sociedade cis-heteropatriarcal racista, a mãe chora a morte da filha, já não há mais tempo, mais horizontes, tudo lhe foi roubado. Mas para além da dor, o choro da mãe fala e se faz rio junto do pranto de outras muitas mães que choram a morte de seus entes. Pela via do sensível que a arte narrativa da autora produz, é possível adentrarmos na cena, pisarmos naquelas ruas, vemos a bolsa, os cabelos, o coração caído da mãe. E mesmo que metaforicamente, esse coração caído nos convida a ampliar percepções de mundo. A arte nos afronta. Como sugere Érika Oliveira (2020, p. 4), “a escrita é uma performance, uma política” e, como ato polí-

³ O termo **cisgênero** é utilizado para nomear aquelas pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no momento do nascimento. Utilizo o termo “**Cistema**” com a intenção de problematizar o quanto o contexto no qual estamos inseridos é centrado nos preceitos impostos por padrões sociais hegemônicos baseados numa lógica cisgênero, patriarcal-colonial e heterossexual – cisheteropatriarcal.



tico, produz fissuras, brechas. A mãe que chora é real, ela mora ali ao lado, ela pode ser a minha, a sua, a de todes nós. A experiência das corpos dissidentes, neste momento, nos expõe o que Pedro Paulo Pereira (2018, n.p) chama de arquitetura da norma de *operações de violências ontológicas e epistemológicas* e, como sugere o autor, indicam possibilidades de ruptura, de mudanças.

Uma educação sem juízo seria aquela que busca “desmontar o imperativo do ser” (Mombaça, 2021, p. 60), aquela que causa desconforto ontológico. A pergunta central do livro de Jota Mombaça é “como desfazer o que me tornam?”, essa talvez seja uma questão que atravessa a poética de Conceição Evaristo e de Jup do Bairro. Sem tanta certeza, apenas como palpite, eu diria que essa pergunta também pode atravessar as inquietações da filosofia de Paul Preciado. O pensamento *queer*, em alguma medida, parte desse questionamento. De acordo com Mombaça (2021, p. 23) é “[...] na multidão de estilhaços que se produz a possibilidade de um outro modo de existência em conjunto”. Essa educação sem juízo prevê a existência da guerra; já estamos no conflito, às vezes é necessário fazermos a guerra, mas importante também é não a amar incondicionalmente. É possível aprender com as cenas dos artivismos dissidentes de gêneros e sexualidades estratégias de autodefesa, nas palavras de Mombaça (2021, p. 80) “É também sobre aprender a ler as coreografias da violência e estudar modos de intervir nelas. É sobre furar o medo e lidar com a condição incontornável de não ter a paz como opção”.

O contrário disso é o silêncio. *Aos catorze anos, médicos, a menstruação que não vinha, o silêncio da mãe, os sussurros secretos dos médicos no diálogo também secreto com a mãe. A jovem imersa em silêncios buscando respostas em livros secretos e proibidos. Os livros traziam as palavras secretas: vagina, ovulação, menstruação, sexo. E em meio as inúmeras camadas de silêncios e sussurros, o abuso. Foi numa ida ao telhado, aos dez anos de idade. Ela e o menino mais velho no telhado. Depois o medo. Depois mais silêncio. E os médicos e as pernas abertas e a boca fechada. E entre a aspereza e alguma pitada de doçura de um breve e calado olhar da mãe, um chá quente. E o silêncio.*

O trecho acima é uma pequena ressonância que produzi a partir da leitura do texto *O pilão de minha mãe*, da poeta Audre Lorde (2020), escrito em 1977. Nele, Lorde compartilha um pouco das descobertas e experiências das vivências da sexualidade na



infância. Na narrativa da autora, é possível sentir as implicações da ausência do diálogo sobre sexualidades nos espaços familiar e escolar, ou seja, as primeiras experiências com a sexualidade vivenciadas por meio do abuso sexual, da violência, enfim, presenciamos um pouco dos poderes que têm os silêncios quando optamos por não falar sobre algo num determinado momento. *Gêneros, sexualidades, raça, saúde sexual, saúde reprodutiva, menstruação, pobreza menstrual, afetos, padrões, normatividades, corpos dissidentes*. Todos esses temas pulsantes nos corredores, nas salas de aula, nas casas, nos quintais, embaixo da cama, no banheiro. Estranho seria acreditar que não devemos falar sobre isso na escola. Estranho seria nos exirmos de tal compromisso ético e político.

Trazer o fragmento que remete à experiência de infância de Audre Lorde pode parecer sem sentido, mas na verdade não é. É o relato de uma história de abuso sexual na infância, vivenciado na década de 1970, nos Estados Unidos, a vivência de uma corpa preta submersa na cultura do silêncio da sociedade cis-heteropatriarcal colonial. Outros tempos, poderíamos dizer. E fim de papo. No entanto, essa história de Lorde nos atravessa todos os dias, rompe os limites das fronteiras geopolíticas, bate à nossa porta, mora atrás das nossas portas. Numa breve leitura do documento Cartilha Maio Laranja lançado em 2021, é possível entrarmos em contato com números bastante assustadores sobre casos e denúncias de abusos sexuais contra crianças e adolescentes no Brasil. No recorte temporal que vai de 2011 a 2019, mais de 200 mil denúncias foram registradas através do Disque 100, desses casos, cerca de 72% acontecem nas casas das vítimas ou dos agressores (Brasil, 2021). Essas histórias batem à nossa porta todos os dias, várias vezes ao dia.

Por uma educação sem juízo

A arte nos ajuda a sonhar a vida de outra maneira

Paulina Chiziane

Perder o juízo. Quando perdemos algo é comum que nos coloquemos à procura, num constante investimento “em busca de”. A gente vasculha a casa, revira as gavetas, vira o mundo de cabeça para baixo. Sacode. O mesmo acontece com as ideias, com as lembranças. Reviramos por dentro da gente, cada pequeno fio solto de memória, tentando insistentemente ver onde começa e onde termina, buscando achar a morada das his-



tórias. Mas nesses momentos de partilha que tivemos juntas neste ensaio, a intenção era apontar algumas possibilidades para essa performance desajuizada, a ideia era incentivar essa perda. Talvez não se tratasse necessariamente de perder, mas esquecer, desaprender, renunciar a algumas regras, burlar algumas normas. Acredito que muitas pessoas têm conseguido tecer e entretecer fios nesse sentido, Jup do Bairro nos dá uma pista em uma de suas canções:

E é isso!/ Eu decidi que vou explorar as potências do meu corpo

Por isso, unha, cabelo, e tal, tal, tal/ Explorando as potências do meu corpo, eu fiz esse trabalho/ De acordo com toda a violência que eu sofri/ Relacionada a minha mão à gesticular /Em ser viado mesmo/ É isso! /É sobre bichice/ É sobre ser quem eu quero ser/ É sobre liberdade/ É sobre ser uma referência de bicha/ As minhas referências são bichas. (Bairro, 2019).

Professoris e estudantes não deixam suas sexualidades e identidades de gêneros guardadas em casa, em seus armários, e partem para a sala de aula sem elas. Estudantes e professoris adentram aos espaços escolares e aos espaços educativos externos ao contexto formal de ensino, com a inteireza de quem são. Desfilam suas corpos dissidentes pelos “recreios”, quadras, salas, exposições de arte, metrô, cinemas, pelas quebradas e ruelas de seus bairros, sejam eles centrais, periféricos, pretos, brancos, multicolores. E docentes, assim como estudantes, fazem o mesmo. Por mais que tentem se descorporificar, dessexualizar corpos docentes, elas também carregam essa multiplicidade, são desejadas, também performam feminilidades, masculinidades etc.

Érika Oliveira (2020) em seu texto *A docência como performance feminista* nos oferta, a partir de um relato de sua experiência como docente no ensino superior, alguns lampejos para esse caminho sem juízo. A experiência de uma docência e de uma escrita docente que caminha para além das cosmopercepções eurocêntricas, binárias, coloniais. Adentrar a sala de aula de mãos dadas com Carolina Maria de Jesus, Anastácia, Gloria Anzaldúa, Tia Marcelina e outras mulheres e pensadoras não brancas, foi a estratégia desajuizada que ela adotou para convidar estudantes a performarem uma prática anticolonial, feminista, transformadora. Ao chegar à sala de aula de mãos dadas com essas pensadoras, partilhar suas histórias, as lutas sociais que tiveram de enfrentar, os embates da cor, da sexualidade, do gênero fora da norma, ela fez seu afrontamento. Sem que se desse conta, a roda se ampliou e ela se viu numa roda gigante, nas ruas, de



mãos dadas com discentes agora também feministas que performam outros fazeres políticos. A pensadora feminista María Galindo (Cultura en Directo, 2021) fala de uma política das ruas, ela entende a rua como um lugar político e teórico no qual o conhecimento é produzido o tempo todo. Isso nos leva a pensar que esses exercícios que, muitas vezes, começam dentro das salas de aulas, podem extravasar e resultar numa grande política rueira, indisciplinada.

Outra experiência bastante interessante do ponto de vista das práticas desajuizadas, foram as vivenciadas também por mim durante o estágio de docência realizado no contexto de uma disciplina obrigatória de “gêneros e sexualidades” em uma universidade federal. Durante dois semestres ministrando a disciplina juntamente com a docente responsável, foi possível dialogar e trocar com estudantes da graduação em Pedagogia. Apesar do modo remoto que nos impediu de estarmos juntas habitando sala e corredores, conseguimos trabalhar no sentido do que sugere bell hooks (2013), criando uma comunidade pedagógica bastante dialógica. Num corpo discente composto por muitas alunas religiosas, problematizar questões de gêneros e sexualidades era um desafio que nos deixava ansiosas. Foi aliando artigos, livros, literatura, poesia, literatura infantojuvenil, artes visuais, filmes, documentários, que conseguimos costurar temáticas e problematizar questões, como o avanço neoconservador pelo qual passa a sociedade brasileira e o espaço da escola. Em alguma medida, todas as corpos ali presentes, em algum instante da vida, foram rotuladas de “sem juízo”, de fora da norma; várias delas, já haviam sido atravessadas pela violência que resulta dessas desobediências. E, em meio a muitos dissensos, em alguma esquina, nossos desejos de uma educação menos desigual, menos violenta, se encontravam e podiam ser.

Também é nessa linha do afrontamento que caminhou Audre Lorde quando pensou e poetizou sobre a prática do ensino, sobre o que seria para ela a arte de ensinar. Para a autora:

[...] todo poema que escrevo é, além de tudo, uma ferramenta de aprendizagem. Existe algo a ser aprendido ao compartilhar um sentimento verdadeiro entre duas ou mais pessoas; comunicar é ensinar – tocar – realmente tocar outro ser humano é ensinar – escrever poemas de verdade é ensinar. Sinto que o único estado humano em que não se ensina é no sono [...] (Lorde, 2020, p. 104).



Lorde costumava dizer que ela não ensinava ninguém a fazer poesia, que não era possível. Ela, no máximo, podia ensinar as pessoas a encontrarem, aceitarem, a se sentirem conectadas e seguras com sua poesia, com sua escrita e, fazendo uma relação com a educação, talvez pudéssemos pensar que nosso papel, enquanto docentes, é tentar criar esse lugar seguro, essa comunidade de aprendizagem (hooks, 2013), esse recanto no qual é possível que sejamos quem somos, quem sentimos ser, onde possamos compartilhar nossas vozes. Mais do que ensinar sobre gêneros e sexualidades a estudantes, temos a possibilidade de criar esses minutos, horas, se não for possível criar um lugar, seguros, para que cada um/uma/ume possa ser/estar inteira/e/o.





Suturas de memórias [inspirações contracoloniais]

Alinhavos iniciais

Esta é uma prosa-texto tecida no alinhavo de muitos sentidos. Eu escrevo e meus dedos pressionam cada tecla-letra que faz nascer a palavra. Antes disso, eu sinto a palavra. Eu a vejo. Ela dança diante dos meus olhos e, conforme imageticamente bordo cada letra, vejo emergir sentidos no que estou pensando. É uma prosa-texto coletiva, comunitária. Digo isto porque não estou só. Mesmo quando teço/teclo cada letra-desenho com minhas linhas coloridas imaginárias, eu as imagino comigo. A inspiração para compor esse módulo da escrita vem do encontro com as obras da artista Rosana Paulino. Esse encontro me inspira e faz com que eu sinta vontade de compartilhar essas afetações com vocês para que a gente se expanda juntas. É comunitário. É coletivo. Eu bordo-escrevo cada palavra. Vocês leem, sentem e escutam cada uma delas. Damos sentido a elas, coletivamente. Todas elas fazem diante de nós, um ensaio teórico dançante, falante, ouvinte. Essas palavras, juntas, são linhas coloridas dançantes que encantam, cavoucam emoções, gotejam sangue, abrem *grietas* para a esperança.

Por que desconhecemos nossa própria história? Por que algumas memórias se tornam história e outras voam com o vento e, muitas vezes, pairam no lugar do invisível? Esquecidas. Assentadas em algum canto oculto. Essas questões nos guiam na presente reflexão e abrem caminho para nossa prosa. Faço-lhes um convite para que adentremos ao universo das artes visuais e, mais especificamente, para que façamos um passeio pelo ateliê-vida da artista Rosana Paulino (São Paulo, 1967) e, assim, busquemos imaginar como seu trabalho poderia contribuir para os traçados dos caminhos teóricos e metodológico do presente livro.

Não é intenção desta prosa, convidá-las a fincarem os pés, junto comigo, em um novo solo de verdade, de uma verdade melhor que a anterior. Penso que a partir das inquietações advindas de minhas leituras de estudioses que, nos finais dos anos 1990 e início de 2000, se uniram em torno da problematização do eixo conceitual de poder moderni-



dade/colonialidade¹, meus sentidos se ampliaram no intuito de compreender o porquê de algumas verdades terem navegado de tão longe para fincarem suas bandeiras e monumentos em nossos solos/corpos, nos solos da América Latina especificamente, a ponto de lançarem nossas memórias ancestrais para os bastidores. No momento em que escrevo esta parte do texto, miro ao meu redor duas imagens que estão em cima da escrivaninha à espera de uma morada na minha parede. Me refiro aos retratos emoldurados de Dandara dos Palmares e Tereza de Benguela. Me recordo de imediato dos cordeis escritos por Jarid Arraes (2017); sobre Dandara, eis um trechinho: *“Liderava os palmarinos. Lado a lado com Zumbi. Entre espadas e outras armas. Escutava-se o zunir. Dos seus golpes tão certos. Que aplicava tão ligeiros. Pra ferir ou confundir”* (Arraes, 2017, p. 50); sobre Tereza de Benguela:

No estado do Mato Grosso. Havia o Quariterê. Um quilombo importante. Pra livre se viver. Cooperando em coletivo. Guerreando pra vencer. Zé Piolho seu marido. Acabou por falecer. E Tereza de Benguela. Veio pois, rainha a ser. Liderando com firmeza. Na certeza de crescer (Arraes, 2017, p. 138).

Alagoas. Século XVII. Dandara dos Palmares foi líder do Quilombo dos Palmares e lutou ao lado de Zumbi. Dizem que lutava capoeira e participava ativamente da vida política do quilombo. Do alto de uma pedreira teria se lançado. Morrer em liberdade foi seu último ato. Mato Grosso. Século XVIII. Quilombo de Quariterê. Tereza de Benguela comandava as ações políticas do Quilombo. Negociava com os brancos. Navegava impo- nente pelo Pantanal. Do pouco que se sabe, sob sua liderança, indígenas e negres resistiram por duas décadas à escravidão.

Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p.17) apresentam a decolonialidade como um projeto de intervenção que teria nascido “[...] no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492”. Esses autores (Bernardino-Costa, Grosfoguel, 2016; Dussel, 1993) ques- tionam a verdade eurocêntrica de que a modernidade teria sido um fenômeno que nasce a partir do Renascimento Italiano, Reforma, Revolução Francesa e Revolução Industrial;

¹ Me refiro ao Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) formado por intelectuais latino-americanos que vêm apresentando uma crítica ao sistema-mundo-colonial e às concepções hegemônicas de ciência, sujeito, sociedade. Para maior aprofundamento sugiro a leitura do artigo “A América Latina e o giro decolonial” (Ballestrin, 2013). Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>.



conforme aponta Dussel (1993, p. 77) “*La modernidade como nuevo paradigma de vida cotidiana, de comprensión de la historia, de la ciência, de la religión, surge al final del siglo XV y con el dominio del Atlántico*”. Significa dizer que modernidade e colonialismo atuam juntos, que um não existe sem o outro e que sua ação conjunta, vêm justificando invasões, explorações e muita violência. O imaginário moderno/colonial vem criando a ideia de que existe um outro e que esse outro não teria história, cultura, voz, religião, conhecimentos. Rememorar Dandara e Tereza de Benguela pela poética de Jarid Arraes (2017) nos ajuda a compreender o porquê de tais histórias/conhecimentos terem ficado por tanto tempo fora dos nossos livros de História.

Rememorar Dandara e Tereza de Benguela também nos conecta com os pensamentos germinantes do mestre quilombola, poeta, lavrador e escritor Antônio Bispo dos Santos, mais conhecido como Nego Bispo. Bispo viveu na Comunidade Quilombola Saco-Cortume, em São João do Piauí/PI, e costumava se apresentar como um relator de saberes. Ele dizia que seus escritos são como roças nas quais planta palavras. Se cada letra é semente que germina em palavras, ele nos convidava a plantarmos palavras vivas para que tenhamos florestas. É a partir desse pensamento que gostaria que compreendêssemos o sentido dado por Bispo a palavra viva contracolonial (Santos, 2015).

Contracolonial é uma prática, é a ação de provocar perguntas, nos diz o mestre. Bispo também produziu reflexões acerca dos impactos e violências gerados pelas invasões coloniais, pela colonização euro-cristã-monoteísta, pelo processo de extermínio de populações indígenas, pela escravização e pela imposição de modos de viver chamados de “desenvolvidos”. No entanto diferentemente de correntes teóricas como a decolonial, produzidas em solos institucionais do Norte global ou Europa, Bispo entendeu que a contracolonialidade seria esse ato permanente de resistência, presente nas ações e modos de vidas cotidianos das comunidades indígenas, quilombolas, das comunidades periféricas e favelas (Dorneles, 2021). Quando questionado sobre as diferenças entre o conceito decolonialidade e a contracolonialidade, Bispo costumava responder que contracolonial é justamente a trajetória dessas comunidades, que não se deixam colonizar, que seguem resistindo e se reeditando. Como ressalta José Jorge de Carvalho, no prefácio do livro Bispo: “[...] a visão quilombola [...] traz a memória e a atitude de quem resistiu a assimilação for-



çada dos negros escravizados na Colônia e no Império e dos negros libertos na República racista” (Santos, 2015, p. 11).

Esse momento da escrita tem como objetivo arriscar um alinhavar de ideias e proposições a partir dos *Bastidores*, é um convite para que nos deixemos afetar pela obra da artista visual Rosana Paulino e, a partir desse encontro, possamos ensaiar movimentos de desaprendizagens. Num plano afetivo e até ancestral, as memórias de Paulino se cruzam, em alguma medida, com as histórias de Dandara e de Tereza de Benguela e se fazem companhia. O convite é para que pensemos como o encontro com a obra da artista nos ajuda a ensaiar movimentos insurgentes e a pensar uma prática pedagógica contracolonial.

Sutura de memórias e assentamentos

Estou, neste momento, muito interessada no que as africanas trouxeram para cá, o que “assentaram” nesta terra. Além da fixação forçada a um ambiente estranho e, superando isto, nossas ascendentes assentaram por aqui cheiros, sabores, gostos, costumes, religião... e tudo sob o jugo da escravidão! Foram para lá de heroínas!

Rosana Paulino

De criança corria, pulava, brincava subindo em árvores. Amassava o barro às beiras de um braço do Rio Tietê que cruzava o bairro da Freguesia do Ó, zona norte de São Paulo. A lama mole, fácil de mexer, na medida em que era manuseada, se mutava em brinquedos; nasciam animais, bonecas, personagens; depois de secos e apreciados pelas escultoras, ganhavam cor, sopro de vida. Desde criança, a mãe sempre a incentivava a fazer os próprios brinquedos; nas feituças do dia a dia, a mãe transformava caixas de sabão em pó em pequenas mobílias para as bonecas. Rosana e as irmãs aprenderam com as tarefas diárias da mulher-mãe, que bordava, costurava e criava, que a arte era ferramenta potente para impulsionar movimentos de insurgências ante as opressões coloniais (Reina, 2018).

Desde criança, a menina artista ousava pensar que nos bastidores, vida, história e memória aconteciam. E foi em uma tarde nublada de andanças pela cidade de São Paulo que Rosana Paulino, agora mulher adulta, artista visual, cruzou meu caminho. A artista foi a primeira mulher negra a ter uma exposição exclusiva na Pinacoteca de São Paulo no ano



de 2018². Desenhos, bordados, cerâmica, fotografias, colagens e outras técnicas, ocupavam as salas da Pinacoteca e nos convidavam a ampliar nossos sentidos; sua obra e sua poética nos falam sobre raça, racismo, representatividade, história, memória, deslocamentos, vida. Seu trabalho é costurado pelo sentido de trajetória, o mesmo sobre o qual fala Nego Bispo (Dorneles, 2021; Santos, 2015) ao definir a ideia de contracolonial como um movimento de reedição, de resistência daquelas que não se deixam colonizar. O desafio abraçado pela artista foi o de suturar as memórias ancestrais rasgadas pelos feitos coloniais na tentativa de reeditá-las, de reencontrar os gostos, as gingas, as crenças, os saberes.

Exposições geralmente trazem recortes, de momentos históricos, de acontecimentos, de histórias de vida; no entanto, em algumas ocasiões, algumas personagens são recordadas e eliminadas do catálogo. Rosana Paulino revira esses recortes, joga com os sentidos dos objetos, abre as caixas de memórias de família, vasculha os álbuns de fotografias, resgata os bordados da infância, remexe o enxoval. Com 11 fotografias de entes queridos replicadas até virarem mais de mil, ela compõe um jogo da memória, uma parede de memórias, a primeira obra sobre a qual falaremos. Na obra *Parede da Memória (1994-2015)*, a artista constrói, ao longo de vários anos, pequenos patuás. Neles estão estampadas as imagens de mulheres e homens negros que fizeram parte de sua história, que compõem sua ancestralidade; não se trata apenas de uma forma diferente de se fazer álbum de família, a obra nos provoca a refletir sobre diferentes cosmopercepções (Oyewùmí, 2002). É um convite para que muitos de nós possamos conhecer e nos reconhecer naquela representação. A artista faz isso trazendo a técnica da costura e do bordado, algo que aprendeu ainda criança com sua mãe; a técnica, que a priori pode parecer comum, coisa do “universo feminino”, aparece como uma escolha técnica política; essa prática de artesanato, feita por mulheres, é tomada como ferramenta que descoloniza métodos hegemônicos e nos desafia a olhar a ciência (e a arte) e pensá-las como práticas artesanais, como práticas contracoloniais.

Para Etienne Samain (2012), as imagens nos provocam e nos desafiam a pensar, uma imagem trará sempre algo do objeto representado, mas trará também algo que parte da relação e do pensamento das espectadoras daquela imagem, são os processos de interação. Elas seriam espécies de “[...] poços de memórias e focos de emoções, de sensações, isto é, lugares

² Informações disponíveis em: <https://www.cenpec.org.br/acervo/dialogos-entre-arte-contemporanea-educacao>.



carregados precisamente de humanidade” (Samain, 2012, p. 22). Para o autor, o trabalho de memória se assemelha ao trabalho do mar, o vem e o vai das ondas, dos ventos, dos barcos, fazem uma espécie de “varredura constante do tempo e do espaço”. O mar guarda segredos, silêncios, histórias. O mar, talvez seja dos maiores guardiões de nossas histórias e memórias ancestrais, assim: “[...] toda imagem é uma memória de memórias, um grande jardim de arquivos declaradamente vivos. Mais do que isso: uma sobrevivência, uma supervivência” (Samain, 2012, p. 23). O autor nos provoca com a ideia de que as imagens teriam um pensamento próprio ao se associarem a outras imagens. Assim como uma frase verbal, que se transforma e muda de sentido ao se conectar com outras famílias gramaticais e pontuações, assim como uma música, que nasce a partir do encontro e relação com as diferentes notas musicais; ele chama de “imagens cruzadas”, é como se a imagem fosse uma viajante, uma “cigana e misteriosa” (Samain, 2012, p. 24). De certa maneira “[...] sem chegar a ser um sujeito, a imagem é bem mais que um objeto: ela é o lugar de um processo vivo, ela participa de um sistema de pensamento. A imagem é pensante” (Samain, 2012, p. 31).

A artista trabalha com esse pensamento em lacunas, cuja temporalidade não pode ser reduzida aos efeitos aligeirados de uma ampulheta. Ela vai além. Persiste. Nas palavras de Samain (2012), as imagens, mesmo que aparentemente adormecidas e aparentemente habitando lacunas de esquecimentos, um belo dia,

[...] como a borboleta que rompe sua crisálida -, a imagem estoura, cintila por um breve instante, antes de levantar voo, de desaparecer momentaneamente. Ela parte. Ela se dissolverá talvez ou será esquecida, dentro de seu tempo histórico. Nunca, todavia, se perderá (Samain, 2012, p. 33).

Ao erguer sua Parede da Memória e ao suturar retalhos de imagens e compor a série *Assentamentos*, Rosana Paulino mexe com o tempo de origem das imagens e dá a elas novas formas e significados. Nas palavras de Samain (2012, p.34), “[...] o tempo das imagens é um pouco como o tempo dos rios e das nuvens: rola, corre, murmura, quando não se cala”. Paulino desdobra, revira as imagens e não deixa que elas se calem.



Figura 1 - Rosana Paulino. *Parede da Memória*, 1994-2015



Fonte: Catálogo da Exposição Rosana Paulino: a costura da memória, Pinacoteca de São Paulo (2018).

Sobre a arte produzida por mulheres e sobre o uso de objetos atribuídos ao feminino no universo das artes, Simioni (2010) destaca que a partir da década de 1970, nasce um campo de disputas no universo das artes e, aqueles objetos e práticas artesanais que eram menosprezados por conta de seu caráter feminino, se convertem em recursos potentes na crítica aos discursos de poder hegemônicos e às produções dominantes. Como sugere Walter Mignolo (2008, p. 291):

[...] uma das realizações da razão imperial foi a de afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e de expeli-los para fora da esfera normativa do real.

Esse movimento de ser expelido para fora faz nascer muitas exterioridades que também podem ser lidas como fraturas e conhecimentos de fronteira, como nomeou Gloria Anzaldúa (2005). A modernidade, compreendida como processo civilizatório universalizante,



que é lançado ao mundo no intuito de “civilizá-lo”/domesticá-lo, é responsável pela colonização de territórios, pessoas, conhecimentos, corporeidades e subjetividades. Ela cria um sistema mundo moderno dentro do qual habitam conceitos, tais como ciência, democracia, civilização, liberdade, capitalismo. Mignolo (2008) diferencia conceitos como colonialismo e colonialidade. Para ele, o colonialismo se refere aos processos políticos e militares de exploração dos territórios e sujeitos na relação colonizador/colonizado; já a colonialidade se refere aos efeitos do colonialismo, ou seja, é uma matriz de poder que estrutura o sistema mundo moderno naturalizando hierarquias sociais, raciais, culturais e epistêmicas.

A arte é um elemento importante na constituição de memórias e na escrita da História das Nações; em geral, muito ou pouco do que sabemos sobre nós mesmas e que chegaram aos livros didáticos que tivemos acesso, foi decorrente de leituras e traduções de artes construídas por viajantes e/ou retratistas que imprimiam, por meio do recurso visual que tinham disponível, a sua visão do mundo, das pessoas e da natureza. O trabalho da artista Rosana Paulino (São Paulo, 1967) se propõe a fazer o que Anzaldúa (2000, p. 232) fez com sua escrita: “[...] escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você”. A artista nos auxilia a tecer um diálogo entre a arte e a educação, considerando espaços como museus, galerias, intervenções artísticas, exposições de fotografias como espaços de aprendizagem e difusão de conhecimentos. O foco de seu trabalho está centrado na presença de pessoas negras na formação, escrita e reescrita de nossa história.

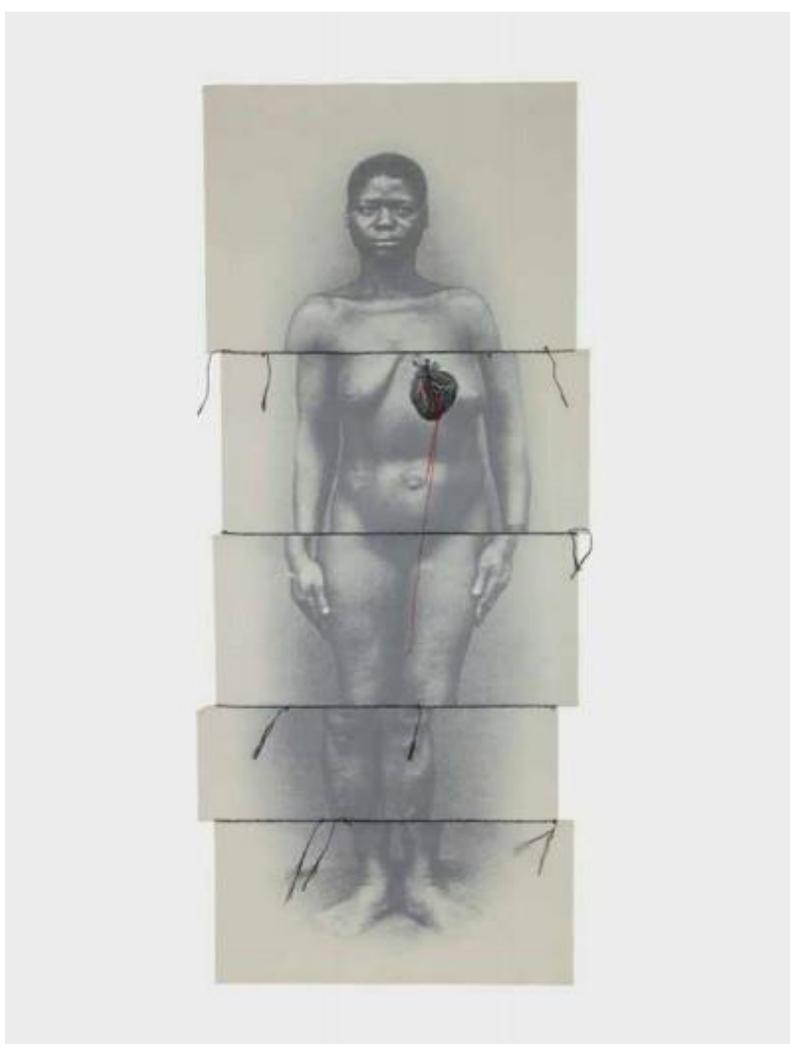
Selecionar uma imagem. Cortar a imagem. Suturar grosseiramente seus recortes. Uma ação de refazimento. Um refazer. Esse é o caminho pelo qual segue a artista para criação da série *Assentamento* (2013). É importante considerarmos que a arte é um artefato significativo nos processos de produção de sentidos, ela atua política e culturalmente e está situada social e historicamente. A obra *Assentamento* (2013) nos traz a dimensão da colonização como processo justificado cientificamente a partir do argumento de inferiorização das raças. A exposição e as obras de Rosana Paulino podem ser lidas como movimentos de descolonização de acervos e, portanto, de memórias, um movimento de insurgência no sentido de criar espaços para o reconhecimento de saberes outros.



Para compor essa série, a artista utilizou fotografias de africanas datadas do século XIX; as fotos de autoria do fotógrafo suíço Augusto Athal foram encomendadas pelo zoólogo Louis Agassiz e tinham como objetivo contribuir para sua tese sobre a superioridade da etnia branca sobre as demais. Na feitura da obra, Rosana Paulino mexe com os sentidos e significados da experiência fotográfica, ela esboça um movimento pós-fotográfico; como sugerem Alves e Silveira (2019, p. 8):

Numa lógica de produção pós-fotográfica, o artista não é mais quem produz a imagem, mas quem prescreve sentido a elas; ele se funde com o curador, o historiador, o docente, o teórico. Nesse sentido, cabe ao artista a responsabilidade de fazer uma ecologia do visual.

Figura 2 - Rosana Paulino. *Assentamento*, 2013



Fonte: Catálogo da Exposição Rosana Paulino: a costura da memória, Pinacoteca de São Paulo (2018)





Para além de mobilizar processos de descolonização de acervos, acompanhar a narrativa sobre a trajetória de feitura das obras nos permite imaginar caminhos possíveis para aquilo que tenho chamado de práticas pedagógicas contracoloniais. Não tenho a intenção de apresentar a vocês nenhuma “nova pedagogia” ou instituir um conceito. Nego Bispo nos inquieta quando nos diz que nos Quilombos não se educa, mas se inspira (Dorneles, 2021). Então me pego pensando: a arte inspira, provoca, inquieta, movimenta imaginários. Um movimento educativo comprometido com um possível projeto contracolonial, precisaria ser mais “inspirativo”, se seguirmos pelos terreiros das ideias dos Quilombos. Se, como aponta Bispo, contracolonial é aquilo que não se deixou colonizar, o que fazer quando já fomos apartadas de nossas ancestralidades, de nossas memórias e de nossa história? O que fazer quando não lembramos dos traços, do cheiro, do rosto de nossas antigas? O que fazer quando não sabemos dos mistérios das roças? O que fazer em salas de aulas e demais espaços de concreto?

As respostas para todas essas perguntas talvez sejam mais e mais questionamentos. Mas, o diálogo com a obra da artista nos dá algumas pistas. Uma prática pedagógica contracolonial acontece quando encontramos o fio rompido da trajetória. E para que fique ainda mais evidente, retomemos a obra *Assentamento*. Fotos, recortes, refazimento. Imagens/mulheres negras recortadas e refeitas por costuras grosseiras. Imagens que ganham feto, raízes, coração. Imagens/mulheres que ganham afetos, que geram vidas. *Assentamento*. A palavra pode nos levar a muitos entendimentos; poderíamos pensar, por exemplo, nas bases de um edifício de concreto, mas a obra nos reconecta com o fio rompido da trajetória. *Assentamento* – pode ser a força mágica que sustenta os terreiros de Candomblé, ou o suor dos povos pretos e indígenas que assentaram as bases do país, ou as sabedorias das matriarcas africanas sobreviventes de tumbeiros. Trajetórias. Encontramos no percurso da obra gostos, sabores, história, religião. E nesse encontro, a historiografia oficial é posta em questionamento. Práticas pedagógicas contracoloniais são essas que, mesmo nas idas e vindas da memória fraturada, não deixam de buscar pelas trajetórias e de arriscar processos de reedição.



Nos Bastidores ou nas *grietas*

Eu sou um operário da sensibilidade

Matheus Aleluia

Comunidade. Corpos plurais. Emoções. Experiências. Encanto. Educação como prática de liberdade. Espaço seguro para a aprendizagem. Venho aprendendo com bell hooks (2013, 2020) sobre a importância das comunidades de aprendizagens ou comunidades pedagógicas. Inspirada no pensamento de Paulo Freire, hooks (2013, 2020) vem nos convidando a estarmos juntas numa frente por uma educação como prática da liberdade, por uma pedagogia engajada, transformadora. A sala de aula, comunidade sugerida por ela, seria esse lugar seguro. Nesse lugar haveria respeito por todas as vozes que o compõem. Nessa sala de aula segura, mente e corpo não estão cindidos, professoras e alunes não estão dispostos em prateleiras distintas como se fossem peças estáticas de uma estante qualquer. Nesse espaço seguro, a fronteira que supostamente separaria quem ensina e quem aprende se torna uma passarela que é o tempo todo ocupada, cruzada. A fronteira é habitada e nela aprendemos juntas o tempo todo. A professora não vai à escola ou à universidade sem corpo. Alunas e alunes não chegam vazias. hooks acredita que educar para a liberdade requer mudanças nos nossos modos de estarmos, pensarmos e percebermos o mundo, requer mudarmos o modo que pensamos os processos pedagógicos (hooks, 2013).

A autora abordou em sua obra a importância das experiências no contexto das salas de aulas. Para ela, o cruzamento das múltiplas vozes e vivências compartilhadas por alunes e professoras promove um questionamento direto das hierarquias que ali se institucionalizaram. No contexto de uma comunidade segura para a aprendizagem, assumimos o risco e o desconforto da exposição de nós mesmos. Nas palavras de hooks (2020, p. 49), “A pedagogia engajada enfatiza a participação mútua, porque é o movimento de ideias, trocadas entre as pessoas, que constrói um relacionamento de trabalho relevante entre todas e todos na sala de aula”. Assumir os riscos da exposição de si significa “descobrirmos juntos que podemos ser vulneráveis no espaço de aprendizado compartilhado, que podemos arriscar” (hooks, 2020, p. 49). Significa que estamos inteiras no processo.



Retomando o exercício de reflexão sobre nosso sistema educacional, rapidamente conseguimos constatar que ainda temos uma porcentagem pequena da população que acessa o ensino superior, e isso está atrelado não somente a fatores econômicos, mas também a questões que envolvem interseccionalmente as desigualdades de gênero, classe, raça, geração e os efeitos da colonialidade. A partir de um olhar para os últimos dados de pesquisa sobre o quadro de docentes do ensino superior público e privado no Brasil, produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no ano de 2016, a pesquisadora Renata Gonçalves (2018) nos aponta que vivemos uma espécie de *apartheid* racial no cenário educacional do país. A pesquisa demonstra que, de um total de 383.683 docentes dessas instituições, apenas 1,34% de declararam negros ou pardos.

O diálogo com as ideias de Mignolo (2008) nos auxilia a buscar caminhos para a compreensão dessa realidade. Para o autor, a modernidade precisou definir e criar *o outro* para que ela se colocasse como verdadeira e isso se deu, em grande parte, a partir dos processos de exploração/invasão/colonização de outras nações (como a América Latina, por exemplo) – dos processos de colonialidade do ser, do saber e do poder. O que Rosana Paulino nos oferta com sua arte é uma opção de rota desobediente, ela nos convida a trilharmos essas rotas e, a partir do encontro com pessoas, personagens, memórias e histórias esquecidas, mal contadas e apagadas, ela nos chama a encararmos os efeitos das feridas coloniais.

Das conversas corriqueiras com a irmã assistente social, vinham muitos relatos sobre casos de violência doméstica contra mulheres, nessas narrativas era bastante comum que objetos domésticos desse universo tido como feminino se convertessem em instrumentos de tortura, de morte. Um objeto pode ter muitas utilidades e significados, ou várias camadas de leituras. Sobre a série intitulada *Bastidores* (1997), a artista costuma dizer que é um trabalho que se lê em camadas. Ela move esses objetos associados ao feminino, os realoca do lugar de objetos menores, quase irrelevantes a partir do olhar masculinista hegemônico das artes e das relações sociais, e os reposiciona. São imagens de mulheres negras, mulheres que fazem parte da conexão ancestral da artista. A série é composta por seis fotografias impressas em tecido e emolduradas por bastidores de bordados, em cada imagem, o cenário de violência vai ganhando uma forma diferente. Bocas. Olhos. Testa. Pescoço. Silenciados. Mas não somente encerrados nesse único sentido, nessa ótica



única. Olhos. Boca, Testa. Pescoço. Subvertidos. As linhas dos bordados tradicionais que fazem nascer formas emolduradas por bastidores, que outrora bordavam flores e frutos em lenços, colchas, toalhas, aqui, na obra criada pela autora, tomam outra forma, expressam a violência, o silenciamento, os efeitos do colonialismo atravessados pelas opressões de gênero e raça, costuradas, suturadas agressivamente. Da delicadeza à aspereza. Outras formas de ler, ver, sentir o mundo. A arte. A dor. Ver poesia na dor. Desses bastidores se abrem atalhos de memórias. Se abrem fissuras/grietas no campo da história. Como sugere a autora Ana Paula Simioni (2010), a obra atua como uma intervenção política na arte.

Figura 3 – Rosana Paulino. *Bastidores*, 1997



Fonte: Catálogo da Exposição *Rosana Paulino: a costura da memória*, Pinacoteca de São Paulo (2018)

Figura 4 – Rosana Paulino. *Bastidores*, 1997



Fonte: Catálogo da Exposição *Rosana Paulino: a costura da memória*, Pinacoteca de São Paulo (2018)



Como analisam Bruno Alves e Luciana Silveira:

[...] a escolha dos bastidores no trabalho de Rosana Paulino é muito potente, pois, ao adotar tais objetos, a artista recupera as relações constitutivas e significados originais, amplificando-os para discutir de modo crítico. Num sentido estrito, o bastidor tem uma função: esticar o tecido e possibilitar o acesso da frente e do verso enquanto se borda (Alves; Silveira, 2019, p. 4).

Os bastidores esticam o tecido e facilitam o acesso aos dois lados do bordado. Escancaram os bastidores. No movimento de esticar metaforicamente o tecido social sobre o qual nos assentamos historicamente, a artista problematiza o silenciamento, a morte, as memórias; as bocas e línguas sendo domadas para não se tornarem desbocadas/selvagens, como sugere Anzaldúa (2005). Paulino nos ensina a desaprender e isso é o que Mignolo sugere como exercício de desobediência epistêmica: “[...] aprender a desaprender, e aprender a reaprender a cada passo” (Mignolo, 2008, p. 305).

Para Grada Kilomba (2019, p. 69), “[...] é o entendimento e o estudo da própria marginalidade que cria a possibilidade de devir como um novo sujeito”. Essa posição de marginalidade, esse foco no verso, nos bastidores, exige que a gente aprenda a ver a realidade tanto de fora para dentro, como de dentro para fora, é como se, sobreviver exigisse ver o mundo por várias lentes. Esse olhar multifocal nos permite criar rotas outras, nos permite girar o mapa de ponta cabeça e criar significados e verdades. É exatamente esse movimento que Paulino nos leva a fazer com sua obra.

Questões centrais como a ideia de universalização do ensino/escola, uma promessa da modernidade que visava contribuir para construção de uma sociedade voltada para o trabalho e para um determinado conceito de progresso, tem permeado nossas existências como alunes, como educadoras, como sujeitas sociais de modo geral. Quando pensamos em modelos e perspectivas de Educação, Pedagogia e Didática, o que notamos de diferente nas reflexões de outras abordagens como a educação popular ou a abordagem decolonial, é que esses três conceitos, saem um pouco do território da escola, que é entendida como espaço também com limitações e se desloca para o mundo. Walsh (2009) acredita que é a partir da crítica às racionalidades hegemônicas ocidentais e coloniais, que poderemos criar ações que nos levem ao que ela chama de pedagogia decolonial, ou seja, a um processo educativo e a



uma epistemologia educacional que tenha como objetivo reconhecer os epistemicídios e ampliar nosso acesso a outras formas de percebermos o mundo – outras cosmopercepções.

Como caminho para pensarmos um projeto decolonial para a educação, a sugestão da autora é que habitemos *las grietas*, as brechas, as fendas, as rachaduras. Nas *grietas*, o pedagógico encontraria o decolonial. Das *grietas*, nasceriam um punhado de pequenas esperanças que, juntas, seriam capazes de estremecer o sistema hegemônico. A autora não acredita que apenas um projeto de Esperança Grande, com maiúsculo, seja capaz de mudar o mundo. Em suas palavras:

Pienso en la flor que apareció de un día al otro en una pequeña rendija de las gradas exteriores de piedra y cemento de mi casa, o en las dos hojas verdes que brotaron ante mis ojos desde el asfalto de una vereda en plena ciudad. Las grietas que pienso revelan la irrupción, el comienzo, la emergencia, la posibilidad y también la existencia de lo muy otro que hace vida a pesar de —y agrietando— las condiciones mismas de su negación (Walsh, 2017, p. 83).

“O melhor lugar de guardar peixes é nos rios, onde eles continuam crescendo e se reproduzindo” (Santos, 2015, p. 82). Essa frase de Nego Bispo nos mostra a concepção de educar, ou melhor, de inspirar os *Quilombos*. Um projeto contracolonial parte dessa inspiração. Nesse nosso breve encontro com a obra e a trajetória de Rosana Paulino, eu coloquei em diálogo problematizações e interpretações de mundo advindas do pensamento decolonial e do pensamento quilombola pela voz do mestre Bispo, modos diferentes de compreender o aparato moderno-colonial, mas que podem nos ajudar a seguir o caminho. As pequenas esperanças vivas de Walsh (2017) podem estar em uma obra de arte, em uma canção, nos versos de um poema, no reaprender a pisar em chão de barro e, quando reencontradas com suas trajetórias, podem suturar nossos vínculos ancestrais.

Dessa forma, se nosso modelo educacional tem suas bases nos ideais e preceitos das luzes do Iluminismo, Paulino nos lança o desafio de pensarmos uma educação a partir dos *Bastidores/de las grietas*, de memórias costuradas, remendadas, cerzidas, mas vivas. Como coloca Fontes Filho (2020, p. 348) há “[...] uma agulha do real nas mãos da artista; com capacidade de expor o avesso, desnudar estruturas de uma sociedade, recoser seu cotidiano”. Essa agulha do real perfura o tecido social e vai *agrietando*, rachando e fazendo brotar pequenos musgos, flores, pequenas esperanças, pedagogias vivas.



Entre teorias-caravela e teorias-tumbeiro

[...] recordar é preciso

O movimento vaiivém nas águas-lembranças dos meus marejados olhos transborda-me a vida, salgando-me o rosto e o gosto sou eternamente náufraga, mas os fundos oceanos não me amedrontam e nem me imobilizam

Conceição Evaristo

Teorias educacionais viajantes. A bordo de caravelas, tumbeiros, em alto mar. Algumas delas, as que chamo de caravelas, avançaram, cumpriram todo seu percurso e chegaram ao local de destino. Invadiram. Adentraram. Rasgaram. Passaram por aqui como tufões que, por onde passam, levam quase tudo: nossa língua, nossa casa, nossa liberdade, nossa sabedoria. Foram se tornando referência a tal ponto que quase não sabíamos mais de nós, de nossas origens, de nossas ancestralidades. Teorias viajam. Também “viajam” a bordo de tumbeiros, espremidas, usurpadas, forçadas, ofegantes, violentadas. E adentram. As teorias-tumbeiro são aquelas que sobrevivem nas *grietas*, nos bastidores, que apesar do sangue que goteja e da língua que se perde no desencontro com as irmãs de fala comum, se (re)criam nesse (des)encontro. Teorias-tumbeiro sobrevivem ou, como sugerem Simas e Rufino (2020), supravivem. São supraviventes. Na fala, nos modos de dançarmos, de sentirmos, de comermos, de pensarmos, de percebermos, de amarmos. Teorias-tumbeiro são aquelas institucionalizadas no corpo, nos terreiros, nas senzalas, nos quilombos, nas periferias, nas cozinhas. Teorias-tumbeiro é o que fazemos no dia a dia da sobrevivência cotidiana, nas ruas, no trabalho, no autodidatismo de quem aprende a fazer conta com caroço de feijão. Ou no equilibrar daqueles corpos que leem/estudam nas várias horas no ônibus a caminho do trabalho ou da faculdade. Teorias-tumbeiro são aquelas que adentram na disputa pelo encantamento do mundo, (Simas, Rufino, 2020) e como serpentes, dançam. Esse encantamento é o que Simas e Rufino (2020, p. 5) entendem como “[...] ato de desobediência, transgressão, invenção e reconexão”, como “afirmação da vida”.

Se considerarmos que os modelos educacionais institucionais são pensados a partir e para um determinado tipo de país/sociedade/indivíduo e está fundamentado em algum projeto de mundo, isso faz com que a educação seja entendida como um espaço de assu-



jeitamento e de mobilização de pessoas. Ela nunca é uma coisa só. É importante olharmos para a trajetória da educação brasileira e buscarmos compreender como ela se estrutura e a partir de quais influências. Esse é um exercício constante de aprender e desaprender. A formação do pensamento educacional brasileiro, ancorada em referenciais hegemonicamente eurocêntricos, em teorias-caravela ou coloniais, foi se estruturando atravessada pela exclusão de algumas pessoas tidas como subalternas ou como não cidadãs. Pobres, mulheres, negras, negros, indígenas, pessoas LGBTI+ foram colocades à margem desse processo, tanto no que se refere ao direito à educação quanto ao aspecto filosófico e epistemológico.

Severino (2006) faz uma reflexão sobre os fundamentos ético-políticos da educação a partir de três horizontes: em sua dimensão antropológica, como ação historicizada de sujeitos, que exige uma dimensão ético-política, uma vez que gera impacto na subjetivação dos indivíduos; em segundo, considera seu caráter histórico, que tem com ponto significativo o fato de que, ao longo da história, a educação sempre esteve atravessada por diversas subjetivações ideológicas e, em terceiro, seu caráter político-pedagógico, que seria compreendê-la como uma prática mediadora do processo de cidadania. Para o autor, a escola se configura como um território ambivalente, como o lugar da ambiguidade; nos espaços educativos temos um campo de disputa que envolve dimensões subjetivas e objetivas, ou seja, ela envolve os projetos maiores de sociedade e os projetos pessoais e existenciais dos sujeitos. Essa ambiguidade permite que um mesmo território atue, de um lado, como agente reprodutor ideológico do Estado e, de outro, como agente de formação contra ideológico. Metaforicamente, poderíamos pensá-la não como uma ponte (para o progresso - manutenção do *status quo* - ou para emancipação), mas como uma encruzilhada que bifurca e dá acesso a rotas múltiplas. Para Severino (2006) a educação se configura como uma prática intencionalizada que é social, histórica e cultural, nas palavras do autor: “[...] é como prática cultural que a educação se faz mediadora da prática produtiva e da prática política, ao mesmo tempo que responde também pela produção cultural” (Severino, 2006, p. 292).

Enquanto uma prática intencional, a educação também contribuiu e contribui nos processos de apagamentos de histórias e memórias de sujeitas entendidas como subalternas. Nos bastidores, foram relegadas as histórias e memórias de nossas ancestrais. Nos bastidores, se aguçarmos os sentidos, é possível ouvirmos a sonoridade esquecida de suas



vozes em múltiplas línguas praticamente extintas, é possível avistarmos os contornos esculpido de suas artes, a tessitura de suas vestes, a engenharia das comunidades, a cantoria de seus ritos, a sabedoria, os pensamentos. É possível vermos Dandara e Tereza de Benguela, sorrindo, juntas das suas mais velhas. Se o contexto educacional brasileiro ainda assenta suas bases em teorias caravelas, eurocêntricas e coloniais, que orientaram e ainda orientam os nossos modelos de escola, de universidades e de ensino, nos caberia o papel de reinventarmos essa história, de contarmos outras versões.

Da forma escolar às diretrizes que orientam as práticas educativas, vemos o predomínio de relações de poder hierarquizadas, de seleções nada naturais de cidadanias que podem ou não ocupar os espaços educativos, sejam os bancos escolares, universitários, sejam os museus, as galerias de artes etc. Contar outras versões implica reorganizarmos as nossas próprias curadorias educativas (Martins, 2011), o modo como selecionamos os materiais e as referências que irão para a sala de aula conosco e a maneira como nos relacionamos com nossos colegas e estudantes. Em algumas situações de aprendizagem em sala de aula, ou oficinas culturais, tenho feito esse exercício de curadoria educativa que significa levar em conta o que Mirian Martins (2011) chama de “nutrição estética”, ou seja, o movimento que fazemos de escolha, montagem e remontagem dos materiais que criam um clima de aprendizagem, provocam nossos olhares, nossas percepções e sensações. Uma imagem, uma música, um texto, um filme, uma performance, são alguns dos elementos que possibilitam essa nutrição estética. E os passos de seleção desses elementos têm intencionalidade política – quais autoras e autores levamos, quais músicas, quais obras de arte, quais filmes, quais memórias, tudo isso é escolha. Uma curadoria educativa que se move no sentido de uma prática pedagógica contracolonial, monta e remonta sua caixa de ferramentas pedagógicas o tempo todo. E nesse exercício, mais do que “favorecer a voz oficial da história da arte” (Martins, 2011, p. 315) ou da educação, precisamos considerar a produção de novos agenciamentos a partir de uma ampliação das vozes e corpas que contam essas histórias.

Esses movimentos que fazemos ou podemos fazer são exercícios de desaprendizagens, caminhos possíveis para uma prática pedagógica contracolonial. Contamos outras versões, falamos de outras sujeitas, outras corporeidades, outras referências, outros conhecimentos, outras estéticas. O belo muda de cor ou ganha um arco íris de possibilidades.



Rosana Paulino nos conta outras versões, traz a história que muitos livros de História não contam. Jarid Arraes faz o mesmo quando decide escrever cordéis que narram as histórias de heroínas negras. Conceição Evaristo o faz quando compõe suas poesias e narrativas a partir de memórias e lacunas - suas escrevivências. E eu poderia ficar mais algum tempo por aqui mencionando muitas outras artistas, escritoras e pesquisadoras que também o fazem, mas, a intenção foi apenas convidá-las a coreografar num movimento coletivo, outros mapas cognitivos e outras gramáticas de compreensão das relações de poder que organizam nosso mundo, a abraçar os conflitos cognitivos que emergem quando questionamos o *status quo* da modernidade colonial (Costa, 2021).

A presente reflexão buscou alinhar alguns pontos importantes do debate sobre epistemologias tradicionais e epistemologias outras se atentando para as potencialidades das artes nos processos de aprendizagens e desaprendizagens de formas de pensar, ver, sentir, aprender e desaprender o mundo ou, como sugere Nego Bispo, aprender a “intensificar mais as nossas defesas diante do sistema colonialista” (Dorneles, 2021, p. 16). Recordemos os dizeres de Bispo: “[...] nos quilombos não se educa, se inspira. Nosso modo é de inspiração, mesma coisa reedição” (Dorneles, 2021, p. 23); para Bispo, contracolônizar é uma ação de defesa e de luta constante contra as dominações coloniais, é uma ação que tem trajetória, como bem mostra a epígrafe que abriu essa escrita. A trajetória contracolônial é: “Palmares, Canudos, Caldeirões, Pau de Colher, Balaiada, favelas, terreiros, capoeira” (Dorneles, 2021, p. 22), e muitos outros movimentos de insurgências que se recriam todos os dias.

Arremate

Uma imagem pode ser uma vivência. Pode ser também uma sobrevivência. A presente reflexão buscou alinhar alguns pontos importantes do debate educacional no que se refere à reflexão sobre epistemologias tradicionais e epistemologias outras, sobre formas outras de pensar. Dialogar com a arte e, especificamente, com a obra de Rosana Paulino, foi uma forma de convidá-las a um olhar multifocal ou até mesmo um olhar desfocado sobre o mundo. Quando desfocamos o olhar, outras formas nascem, outras maneiras de criar, pensar, ver e sentir se materializam. O trabalho de Rosana Paulino pode ser compreendido, do ponto de vista epistemológico, a partir daquilo que Mignolo (2008) denomina desobediência epistêmica. Falar e fazer existir (se fazer existir) aquelas que foram alijadas



do direito à suas próprias histórias é um ato de insurgência. O fazer da artista é um ato poeticamente insurgente. Como disse a própria artista em entrevista ao Jornal da USP “[...] com a dor do outro, aprendemos História” (Oliveira, 2019, n.p).

Do breve encontro com Rosana Paulino pelos corredores repletos de memórias costuradas da Pinacoteca de São Paulo, seguimos *agrietando*, semeando, botando olhos nas pequeninas esperanças vivas, nas ranhuras dos muros, no *entre pedras*, nos tecidos sociais.

A artista faz aquilo que a escritora Conceição Evaristo poeticamente fez ao tecer sua escrevivência. Ela ficcionaliza a realidade, a memória, a história. Ela é também uma contadora de histórias. Recentemente, em um evento que tinha como foco abordar o conceito de escrevivência de Evaristo, a escritora nos disse que a arte é uma louvação, e como tal, em alguma medida, nos conecta a alguma dimensão do sagrado (Evaristo, 2020). Nós agradecemos. Nesse mesmo evento, Rosane Borges (2020) nos lembrou que aquelas que estão nas bordas da sociedade, nas exterioridades, acabam por ver as coisas antes das outras, acabam por conseguir enxergar coisas inimagináveis, nos oferecem uma chance de reescrever o mundo. As escrevivências de Evaristo nos oferecem essa chance. Jurema Werneck diz que a escrita de Evaristo anuncia outras possibilidades de vidas, pois aponta outros caminhos de transformação, caminhos que se fazem no caminhar pé a pé, mas também no pintar, no desenhar, no costurar e até mesmo no suturar de Rosana. Nas palavras de Jurema Werneck (2020), a escrita de Conceição Evaristo, e eu acrescentaria, a arte de Rosana Paulino, nos ensinam que “a vida dói sim, mas que não deve continuar doendo”. A pensadora Denise Carrascosa (2020, n.p) nomeia a escrevivência de Conceição Evaristo de “escrita hidrográfica, uma escrita que é dos fluxos das águas”, aqui, peço licença para apresentar a arte de Rosana Paulino como uma arte dos fluxos, desse vai e vem das ondas, que é de profundidade, que é de fundo, que é de beira e de marés. *Que cura.*



ROTAS CUIRatoriais



Aviso

[sobre a linguagem]

Tem sido muito recorrente entre nós, pesquisadoras das dissidências sexuais e de gêneros, bem como em trânsitos por espaços feministas, *cuir/queer*, dentre outros, que sejamos questionadas sobre a linguagem. Especificamente sobre o uso de uma linguagem não sexista, não binária. Como escrever? A gente segue na linha do binário o/a; a gente traz um x ou um @, o que a gente faz? Nesse movimento por cambiar a linguagem no sentido de ampliar as possibilidades de representatividades que ela poderia trazer, a gente vem experimentando alguns caminhos. Vivi a experiência recente de composição do artigo *Vai que a universidade se Trans*Forma: experiências e epistemologias trans* (Rocha; Brito; Dias, 2022) no qual a escrita foi toda grafada com uma das possibilidades de uma linguagem não sexista: o uso de outras vogais – **e**, **u**, **i**, por exemplo. Caminhos outros. Quando ouço dos incômodos que essa grafia poderia trazer, sempre me lembro de quando começamos a escrever **o/a** – muitos diziam que o texto ficava poluído, que era estranho, feio etc. Passou. Ao menos nos nossos circuitos. A gente fala presidenta já faz um tempinho, né? Enfim, eu costumo acionar essa memória quando eu mesma sou confrontada por sentimentos de incômodo. Talvez seja necessário celebrarmos mais os incômodos. Então, sobre essa questão da linguagem eu não tenho resposta não, só perguntas e possibilidades. Ando exercitando. Para os diferentes módulos desta escrita, vocês viram/verão o uso daquilo que é entendido com feminino genérico – “**a**” – e também das *vogais outras*, como **e**, **u**, **i**. E é certo que eu esquecerei, em alguns momentos, mas estarei atenta nas revisões seguintes. Enquanto for possível editar.

Gloria Anzaldúa (2009), quando problematiza os processos de dominação e colonização da língua inglesa sobre o espanhol chicano, fala duas coisas que fazem muito sentido: 1. “Línguas selvagens não podem ser domadas, elas podem apenas ser decepadas” (Anzaldúa, 2009, p. 306); 2. “Para uma língua se manter viva precisa ser usada” (2009, p. 311). O espanhol chicano é apresentado pela autora como uma língua viva, e não incorreta, ele é mais uma língua fronteira. Quem sabe não seriam as *vogais outras*, essas letrinhas de fronteira?



As palavras escritas por Anzaldúa (2009, p. 312, grifo meu) me impulsionam nessa reflexão, vejamos:

Eu não vou mais sentir vergonha de existir. Eu vou ter minha voz: indígena, espanhola, branca. Eu vou ter minha língua de serpente – minha voz de mulher, minha voz sexual, minha voz de poeta. Eu vou superar a tradição do silêncio.

Superar a tradição do silêncio. Tá aí uma luta constante, a mesma luta assumida por Rosana Paulino na feitura de suas obras de arte e por Jup do Bairro em suas composições, como vimos anteriormente. val flores (2021) diz que o espaço da linguagem é um território de combate e, como tal, poderíamos pensá-lo a partir de uma inspiração *cuir/queer* e feminista, como um ecossistema cambiante, uma policultura da linguagem. Se, como sugere flores (2021, p. 141) “[...] *con el reconocimiento viene la aceptación, con la aceptación viene el poder, con el poder viene la regulación*”, nos restaria então o caminho da fuga ou, como ela dá a dica, nos restaria buscar constantemente por teorias, línguas e linguagens fugidias. Assumir um questionamento constante da linguagem. Bancar os desconfortos. Assumir os riscos. E acolher a memória dessa trajetória.

Essa ideia de pensar a memória da língua e da linguagem me veio também por meio da conversa com val flores. Ela nos pergunta: “¿Cómo sostiene la “e” de “todes” una memoria residual de la perversión gramatical que han ensayado las disidencias sexuales?” (flores, 2021, p. 141). Eu diria que o uso dessas vogais, se forem capturados como norma, podem de fato abdicar dessa memória e de sua importância. Quando fala dessa memória, flores menciona, por exemplo, a importância política do uso do “o” para algumas pessoas transmasculinas, ou então a adoção da vogal “a” por sapatonas masculinas, dentre outros trânsitos que nos convidam a esse estado de fuga das normas binárias. Dessa maneira, “[...] *el desafío, más que universalizar una estrategia lingüística, tal vez se trate de mantener e encarar esa tensión*” (flores, 2021, p. 142).

Epistemologia é nóiz por nóiz¹

*Para ouvir:

Principia – Emicida,
part. Pastor Henrique Vieira,
Fabiana Cozza, Pastoras do Rosário



*Tudo, tudo, tudo, tudo
Que nóiz tem é nóiz
Tudo, tudo, tudo
Que nóiz tem é
Tudo, tudo, tudo
Que nóiz tem é nóiz
Tudo, tudo, tudo
Que nóiz tem é
Tudo, tudo, tudo, tudo**
...

Emicida

Não faz muito tempo que comecei a entender o que é epistemologia. Sabe aquele entender que faz você conseguir falar quando alguém pergunta no bar (eu sei que é uó, mas às vezes te perguntam essas coisas no bar)? Então, é desse tipo. E foi lendo a Patrícia Hill Collins (2019) que isso aconteceu. Ela nos diz o seguinte:

A epistemologia constitui uma teoria abrangente do conhecimento. Ela investiga os padrões usados para avaliar o conhecimento ou o motivo pelo qual acreditamos que aquilo em que acreditamos é verdade. Longe de ser um estudo apolítico da verdade, a epistemologia indica como as relações de poder determinam em que se acredita e o porquê. (Collins, 2019b, p. 402).

Aí comecei a pensar: são versões de verdades que a gente vai tendo acesso e vai se conectando ou então, que vão nos enredando. Há que se ter alguma sabedoria para não

¹ Parte das reflexões apresentadas aqui estão mais desenvolvidas no artigo *Epistemologia é nóiz por nóiz: práticas feministas contracoloniais na educação*, escrito em parceria com Erika Oliveira e Laura Bleinroth. Disponível em: <https://doi.org/10.29148/labor.vii27.80576>.



ficar enredada. Collins (2019b, p. 411) fala que “Conhecimento sem sabedoria é suficiente para os poderosos, mas sabedoria é essencial para a sobrevivência dos subordinados”. Acho que tem sentido.

É nesse fio de ideia que o rap de Emicida me fez pensar em epistemologia. No documentário *AmarElo* (Emicida, 2021), ouvindo as falas do cantor, acompanhando o modo como ele ia falando das parcerias, ocupando a cidade, enchendo o Teatro Municipal de São Paulo, com muita gente preta e gritando que “tudo que nóiz tem é nóiz”, eu fiquei matutando que tem tudo a ver com a gente. Para falar de gêneros, sexualidades, raça em escolas, na educação em geral, ou a gente faz juntas ou não faz. Nessa versão do rap *Principia*, Emicida convida Fabiana Cozza, Pastoras do Rosário e o pastor Henrique Vieira. Pois é, pessoas de lugares sociais distintos num deslocamento, juntando ramo de arruda com oração e fazendo os ebós com as poesias das quebradas – uma aliança bastante contracolonial. Talvez um cruze de epistemologias. Uma aposta no conhecimento como caminho inacabado. Patrícia Hill Collins (2019b, p. 431) diz que “[...] a parcialidade – não a universalidade – é a condição necessária para se fazer ouvir; indivíduos que fazem reivindicações de conhecimento sem reconhecer sua posição são considerados menos confiáveis”. De cada parcialidade a gente se desloca rumo ao nóiz sugerido por Emicida. E é por aí.

A pensadora Gloria Anzaldúa (2009) nos conta um sentimento que acho que alinhava bem nessa conversa:

A primeira vez que ouvi duas mulheres, uma porto-riquenha e uma cubana, dizerem a palavra “nosotras”, fiquei chocada. Eu nem sabia que essa palavra existia. Chicanas usam “nosotros” sejam machos ou fêmeas. Somos privadas do nosso feminino pelo plural masculino. A linguagem é um discurso masculino (Anzaldúa, 2009, p. 306).

Esse nóiz pulsou de novo para mim quando assisti ao episódio do programa *TransMissão*, apresentado por Jup do Bairro e Linn na Quebrada no canal GNT, disponível no YouTube. Falo do episódio no qual elas entrevistam a filósofa Judith Butler. Naquela prosa, elas falaram da necessidade de termos uma filosofia radical que pudesse tornar nossas vidas mais vivíveis. E problematizando sobre os possíveis limites do *cuir/queer* na América Latina me ajudaram a pensar que é necessário afirmarmos mais línguas do que as que estão postas. Não pode vir somente das falantes do inglês, não dá para ser só branca, só homem



e nem de uma só dissidência. Para tecermos qualquer política de aliança tem que ser mais. Tem que ser infinito.

Afetada por essas inspirações e levando tudo para uma prosa com café na companhia de Gloria Anzaldúa, val flores e Paul B. Preciado passei então a arriscar um caminho metodológico. Algo que estou chamando de *pesquisar queer/cuir*. Uma ação inacabada e indisciplinada. Um exercício de *pensar/sentir com* as teorias todas aqui presentes. Tenho entendido o caminho metodológico em alguma sintonia com a reflexão de Elizabeth Adams St. Pierre (2018, p. 1046) quando ela diz que a metodologia, ou essa caminhada, precisa estar articulada à epistemologia e ontologia “[...] sob pena de tornar-se mecanizada, instrumental e reduzida a métodos, processos, técnicas”. É esse movimento que nos ajuda a apostar em diferentes modos de ser, em ontologias plurais.

Gloria Anzaldúa. Pensadora chicana. Poeta. Uma *mujer* de cor. Uma *mestiza*. Uma *chicanita del fin del mundo*. E também uma sapatona². Embora saibamos que a primeira menção do termo *queer* em âmbito acadêmico seja atribuída a Teresa de Lauretis na década de 1990 (Miskolci, 2018; Rea, 2018), partirei aqui de outra rota do *queer*, que passarei a dizer *cuir/queer* a partir desse momento. Imagino esse *cuir/queer* como um conjunto de pensamentos que se apresentam moventes, instáveis e críticos a monocultura colonial e hegemonia do sujeito universal branco que, muitas vezes, demarca alguns debates *queer*.

Para a pesquisadora Caterina Rea (2018) que vem traduzindo alguns textos *queer* produzidos em países africanos e vem nos apresentando os apontamentos da crítica *Queer of color*:

Repensar o queer e a dissidência sexual de forma interseccional e repensar a interseccionalidade em uma perspectiva queer, apontando para suas significações teóricas e suas possibilidades de utilizações políticas e militantes, constitui uma das linhas *Queer of Color* (Rea, 2018, p. 124).

Inspirada nessa frente crítica, destaco a importância do debate interseccional, de um *cuir/queer* com raízes e conexões indígenas, negras, pensado por feministas sapatonas

² Anzaldúa fazia uma crítica ao termo *lésbica* que, segundo ela, por ter uma origem no termo grego *lesbos* e ser uma palavra que representava muito mais as mulheres brancas e de classe média, pouco se conectava com mulheres de cor, negras, periféricas. Ela preferia a expressão *Nahuatl*, *patlache*, como são chamadas as mulheres que amam mulheres no contexto chicano. Aqui optei por *sapatona*.



negras, periféricas, bichas, trans e travas pretas das florestas etc. Um Cuir com C, como uma ficção com licença poética polissêmica. Um cuir fronteiriço entre américas e *Abya Yala*, ou um cuir indígena, preto, brasileiro, que se vale da polissemia para produzir incômodos frente às normas. No livro *Borderlands/La frontera. The new mestiza*, publicado em 1987, Anzaldúa utilizou o termo pela primeira vez num texto acadêmico. O *cuir/queer* de Anzaldúa trazia essa ideia de um entrelugar. De fronteira. De uma episteme fronteiriça. O pensamento dela faz uma crítica ao sujeito universal e nos aponta para um feminismo migratório, nômade, que não é fixo (Anzaldúa, 2021). Ela tece esse *cuir/queer* de fronteira a partir da figura da *mestiza*, da criação de uma consciência *mestiza* que só pode existir depois de abandonar a rigidez de alguns pensamentos, depois de abraçar e assumir alguma dose de ambiguidade. Como coloca Anzaldúa (2005, p. 706):

La mestiza tem que se mover constantemente para fora das formações cristalizadas – do hábito; para fora do pensamento convergente, do raciocínio analítico que tende a usar a racionalidade em direção a um objetivo único (um modo ocidental), para um pensamento divergente, caracterizado por um movimento que se afasta de padrões e objetivos estabelecidos, rumo a uma perspectiva mais ampla, que inclui em vez de excluir.

Quando nos apresenta a potencialidade insurgente da *mestiza*, ela faz um giro e repolitiza o estigma. A *chicanita* do fim do mundo se converte em uma “sacerdotisa mor das encruzilhadas” (Anzaldúa, 2005, p. 707). Habitar a fronteira inspira uma ruptura com o pensamento binário. Estar nesse entre é estar numa encruzilhada de possibilidades que podem sugerir um caminhar *cuir/queer* interseccional, contracolonial. Para além da rejeição aos binarismos e aos essencialíssimos identitários, a consciência *mestiza* de Anzaldúa já acionava a importância de pensarmos *cuir/queer* não só pelo viés das dissidências sexuais e de gêneros, mas considerando a complexidade de vetores de poder como raça, localidade, classe e os impactos do colonialismo, por exemplo.

val flores³. Escritora, feminista, *lesbiana*, *cuir*, *prosexo*. Atua no âmbito das imaginações pedagógicas. Trabalhou em escolas primárias da Patagônia, ministrando educação sexual para crianças. Pensa as dissidências de gêneros e sexualidades nas cenas pedagógicas e esboça refle-

3 Nas palavras de val flores: “Hace tempo perdí las mayúsculas en mi nombre, un intento por acostar el nombre propio, un modo de ponerlo boca abajo y que repte entre las palabras para confundirse con ellas, val flores, como quien dice hormiga o planta (flores, 2021, p. 224).



xões sobre uma pedagogia *cuir/queer*. Compreende o corpo como cenário político da dissidência. Entende a língua como um órgão da imaginação político sexual e teórico. flores (2013) tem trabalhado com o conceito de interrupções como chave teórico-prática de uma pedagogia *cuir/queer*. Adotei o conceito como possibilidade metodológica para compreender, me relacionar e dialogar com as cenas artivistas em destaque na pesquisa e conversas que tive com as artistas. Com esse conceito a pensadora vai sugerindo a feitura de um “exercício pedagógico de ciência ficção feminista queer” (flores, 2013, p. 25). Ela nos diz o seguinte:

Interrumpir es cortar, suspender, interceptar, impedir el paso. La propuesta que les hago consiste en pensar la práctica educativa como una interrupción, un interceptor crítico de las programaciones estatales de la subjetividad y los cuerpos. *Pensemos que educar es interferir los guiones hegemónicos del género binario, del régimen político de la heterosexualidad, de la blanquedad autoinvisible, de los procesos de normalización de los sujetos. Y como se trata de interrumpir, vamos a suspender algunas lógicas prescriptivas que se instalan silenciosa y poderosamente en los formatos educativos* (flores, 2013, p. 19, grifos da autora).

Paul B. Preciado. Filósofo espanhol. Pensador transfeminista *cuir/queer*. O autor tem escrito e falado em algumas entrevistas sobre uma crise epistemológica em curso. Para ele, a epistemologia da diferença sexual dará lugar, em algum momento, a uma outra epistemologia. Segundo ele:

Movimentos transfeministas, queer, antirracistas, mas também as novas práticas de parentesco, relações amorosas, identificações de gênero, desejo, sexualidade, nomeação são apenas indicações dessa mutação e experimentos na fabricação coletiva de outra epistemologia do corpo humano vivo (Preciado, 2020b, n.p).

Preciado enfatiza que o regime da diferença sexual é uma epistemologia, um regime de conhecimento e de poder, que se refere a um histórico de representações, discursos e práticas culturais, que compreende acordos institucionais e jogos políticos que permitem dizer o que seria verdadeiro e o que seria falso (Preciado, 2020b). E na concepção do autor, esse regime e sua sistemática já não dariam conta de responder às perguntas que ele mesmo criou, ou seja, estaria caminhando para um fim. Inclusive o momento que vivemos, de acentuação de manifestações e políticas conservadoras, foi apontado pelo autor como anúncio de um possível colapso. Mas é necessário refletir e dialogar mais com o contexto sociopolítico e econômico para sabermos mais. Essa reflexão é parte de um pensamento bastante otimista do autor, como ele mesmo costuma dizer em suas falas.



Acho que, de modo geral, essas autoras, propõem um projeto epistemológico, um projeto de vida. Um pensar com a língua como sugere flores (2010). De uma língua que se desdiz, que faz e desfaz a palavra o tempo todo. Sugerem o nascimento de uma contralíngua, de uma contraescrita feminista (Oliveira; Rocha; Oliveira, 2022), de uma prática, sobretudo, contracolonial.





CUIRadoria

Rotas e gestos instáveis para um pesquisar *Cuir/queer*

Ecoss de uma teoria rueira

É sabido, por aquelas pessoas familiarizadas com as reflexões *queer*, que o termo em inglês é um xingamento em seu contexto de “origem”. O termo *queer*, que pode ser traduzido como estranho, anormal, era utilizado para nomear as pessoas dissidentes da norma de maneira pejorativa. *Queers* eram as bichas, as sapatonas, as trans, as várias abjetas. O contexto estadunidense da segunda metade da década de 1980 tem sido apontado, no âmbito acadêmico e dos movimentos sociais, como o momento em que a *teoria queer* teria se consolidado, naquele instante o debate estava centrado nos impactos sociais do HIV/Aids e na falta de ações por parte do Estado e da sociedade frente aos avanços da doença; no lugar disso, estruturava-se um pânico moral coletivo com base no estigma de uma parcela da população. Além disso, a ideia de que a família e a chamada ordem social e moral estariam ameaçadas, fez com que as pessoas dissidentes de gêneros e sexualidades, fossem lidas e tratadas como abjetas, repugnantes e perturbadoras da segurança social coletiva (Miskolci, 2012). O pensamento queer atua, portanto, no questionamento de uma gramática de normalização da sociedade, da subjetividade e dos corpos. Como aponta Miskolci:

A Teoria Queer busca romper as lógicas binárias que resultam no estabelecimento de hierarquias e subalternizações, mas não apela à crença humanista, ainda que bem intencionada, nem na “defesa” de sujeitos estigmatizados, pois isto congelaria lugares enunciatórios como subversivos e ignoraria o caráter contingente da agência. A crítica da normalização aposta na multiplicação das diferenças que podem subverter os discursos totalizantes, hegemônicos ou autoritários (Miskolci, 2009, p. 175).

Na década de 1990, ainda no contexto estadunidense, algumas das formulações teóricas da filósofa Judith Butler se farão importantes para demarcar a *teoria queer* como um pensamento de fuga da norma e de abertura para o inesperado, para a instabilidade: a noção de sexo como algo também construído discursiva, culturalmente e historicamente; o questionamento da concepção de identidade como algo fixo; a noção de gênero como



uma prática social discursiva, corporal e performativa, ou seja, gênero como algo que é produzido por nós o tempo todo – nas práticas e regras sociais e institucionais, no modo como andamos, na maneira que nos vestimos, nas ações e falas cotidianas. O efeito desse aparato em ação é responsável, portanto, pela criação de uma determinada realidade ou verdade sobre quem seríamos nós. Gênero não é algo linear, produzido com começo, meio e fim. Nós fazemos o gênero o tempo todo, não pertencemos a um gênero, não somos um gênero, não nascemos um gênero (Butler, 2018).

Gostaria de pensar nessa emergência do movimento e *teoria queer* no contexto estadunidense como mais um dos cenários de manifestação e produção de uma teoria ruela de reação às normas. Digo isso para que fique evidente que não estou buscando demarcar aqui uma origem para o queer, isso seria até absurdo no contexto da presente pesquisa. Consideremos o pensamento queer como uma feitura contínua de uma gramática de luta fronteiriça, que (des)aprende com e nas diferenças ao abraçar a abjeção. Imaginemos o povo nas ruas, o movimento queer nas ruas, se apropriando de um xingamento e assumindo-o como conceito/termo de mobilização, como conceito vivo e reativo às normalizações dos modos de viver, existir, se reconhecer, amar, cuidar, transar, ou seja, o movimento se articulava a partir da recusa à instituição da heteronormatividade e de um modelo de sociedade binário-patriarcal-hetero-reprodutivo. E assim, se fazia também teoria.

No contexto brasileiro, como também aponta Miskolci (2012), um dos primeiros trabalhos publicados sobre *teoria queer* foi o texto *Teoria queer – uma política pós identitária para a educação* da pesquisadora Guacira Lopes Louro, publicado em 2001. Passados vinte e dois anos dessa acolhida das problematizações *queer* na Educação, é interessante percebermos o quanto o debate se ampliou e agregou pesquisadoris de outras áreas como a Comunicação, Linguística, Psicologia etc. (Benetti, 2013; Bento, 2011; Borba, 2015; Colling, 2015; Louro, 2004, 2010; Miskolci, 2009, 2012; Pelucio, 2012; Pochay, 2016). Se houve, por parte de pesquisadoris e educadoris da Educação, uma “[...] sensibilidade crítica [...] em relação às forças sociais que impõem, desde muito cedo, modelos de comportamento, padrões de identidade e gramáticas morais a estudantes” (Miskolci, 2012, p. 36) observamos, ao longo dos anos, que o campo do currículo aparece como um dos cenários principais para o debate *queer* (Ranniery, 2017). Como bem enfatiza Thiago Ranniery (2017, p. 42): “A ‘teoria



queer' não só dá uma importante contribuição à analítica da normalização do gênero e da sexualidade, como sua incursão é central para uma política do currículo como diferença”.

Pesquisar Cuir

O prefácio do livro *Light in the Dark/Luz en lo Oscuro: rewriting identity, spirituality, reality* (2015) de Gloria Anzaldúa, tem como título *Gestures of the body - escribiendo para idear*. A autora aborda como se dá seu processo de criação teórica e metodológica. A escrita e as posturas metodológicas da autora são apresentadas como gestos do corpo, feitura do corpo. Diz Anzaldúa “O corpo é a base do pensamento. O corpo é texto” (p. 5). *Escribiendo para idear* ou escrevendo para inventar, imaginar, criar, conceber uma ideia, desenvolver uma teoria. Escrever com o corpo todo. Desenvolver uma epistemologia da imaginação. Criar estruturas epistemológicas. Nas palavras de Anzaldúa: “Meu trabalho é sobre questionar, afetar, mudar os paradigmas que governam as noções predominantes de realidade, identidade, criatividade, ativismo, espiritualidade, raça, gênero, classe e sexualidade” (Anzaldúa, 2015, p. 2, tradução minha).

O desenho metodológico de uma pesquisa exige que criemos uma intersecção entre perspectivas epistemológicas, ontológicas e os métodos de produção de informações. Pesquisar *Cuir/queer* implica incorporar no ato de fazer pesquisa, assim como o fez Anzaldúa, o questionamento de um conjunto de paradigmas que sustentam uma concepção de sujeito racional, universal, estável e uma concepção de sociedade e de história como processos lineares. Pesquisar *Cuir/queer* é um movimento constante e fluído.

Como seria possível um trabalho ancorado no pensamento *cuir/queer* que pensa sujeitos, sociedades, subjetividades e práticas como movimentos fluídos, instáveis e em constante transformação, assumir posturas metodológicas (Anzaldúa, 2015) ancoradas em métodos e conceitos que concebem o fazer pesquisa como um processo linear: projeto – objeto – método – técnica de coleta de dados – análise de objeto – conclusão = qualitativo? Assumir um pesquisar *cuir/queer* é dançar na corda bamba e, para isso, é preciso lidar de maneira tranquila com a queda, com os deslizes, com os questionamentos.

Não busco defender aqui, a ideia de que existe ou não uma metodologia *queer*. Se me perguntassem, talvez eu dissesse que não existe, ou que existe como purpurina, solta,



pequenina, brilhante, efêmera. Pensemos mais como uma perspectiva engajada prática e teoricamente com a instabilidade. Como uma perspectiva teórico-metodológica que tem relações afetivas e íntimas com a desordem (flores, 2021). E é importante ser cuidadosa com a concepção de instável, falo de assumirmos uma postura no fazer pesquisa, que não seja sedentária, que saiba ser nômade, que seja movente e, estudar no nomadismo é carregar teorias na mochila, às vezes pesa, dá trabalho. As pesquisadoras Kath Browne e Catherine Nash (2010, p. 4, tradução minha) dizem que “Pesquisa *queer* pode ser qualquer forma de pesquisa posicionada dentro de estruturas conceituais que destacam a instabilidade de significados assumidos e as relações de poder resultantes”. Se fosse criar uma imagem para isso que estou dizendo, us convidaria a imaginarem esse *cuir/queer* como conhecimento situado dentro de um trem em movimento, nessa cena, as paisagens mudam, as línguas e linguagens mudam, os cheiros mudam, por isso podemos dizer de uma teoria viajante. E ressalto, as escolhas de nossos destinos de viagem são escolhas políticas e afetivas.

CUIRadoria

A pessoa que assume a função de curadoria de uma exposição tem como responsabilidade garantir que as obras selecionadas e materiais produzidos levem em consideração aspectos históricos, estéticos, culturais, artísticos, bem como aspectos metodológicos, educativos e políticos. Não é uma tarefa simples. Mais do que escolher, me refiro a um trabalho minucioso de estudo, pesquisa, seleção, negociação, montagem, remontagem e produção de conteúdo que darão corpo e vida a um projeto. Quando adentramos a uma sala de museu, galeria ou qualquer outro espaço de arte, e botamos nossas corpas na experiência de contato com as obras que ali estão, contando uma história, provocando deslocamentos, emoções, produzindo e desmanchando imaginários, nos colocamos abertas a permitir trânsitos dentro e fora da gente. Mesmo quando entramos e saímos com a sensação de que não entendemos nada daquilo, penso que estamos sendo afetadas pela experiência.

Em sua tese de doutorado, que colocou em diálogo arte, feminismos e educação, Gregory Balthazar (2018) propôs como aposta metodológica o exercício de uma curadoria pessoal, um movimento que, tal como a ação de realizar uma curadoria, considerasse as dimensões teóricas, práticas, estéticas e afetivas que envolvem os possíveis critérios de escolha, seja de obras que vão compor uma determinada exposição, seja dos elementos



que serão parte de uma tese. Entrar em contato com as memórias afetivas, os gostos, as emoções. A realização de um levantamento de informações em fontes reconhecidas como confiáveis. Entrar em contato com o embaraço de ser questionado sobre a legitimidade de seus critérios.

Justificar e defender a importância desses critérios. Em uma de nossas conversas ele me indagou “poderia uma lágrima ou uma emoção serem critérios de escolha?”, ou parte dos critérios de escolha, eu diria. Segui pensando. No desenho metodológico de sua pesquisa ele combinou todos esses critérios e ele mesmo me responde à pergunta feita: pode sim uma lágrima, um embaraço, uma emoção se somarem a critérios outros que justifiquem as escolhas que fazemos. Na sua curadoria pessoal, essa dimensão da singularidade do afeto e da emoção compuseram as rotas metodológicas da pesquisa realizada.

Na feitura desta pesquisa, nos fluxos do meu percurso, fui tecendo minha rota, o que estou chamando de *CUIRadoria*. Me encontrei, depois de algumas trocas teóricas, com o conceito de curadoria educativa. Cunhado por Luiz Guilherme Vergara (2018) no contexto da sua atuação em instituições culturais, nas palavras dele “[...] uma curadoria educativa tem como objetivo explorar a potência da arte como veículo de ação cultural” e essa “ação cultural da arte supõe a dinamização da relação arte/indivíduo/sociedade, isto é, a formação da consciência do olhar” (Vergara, 2018, p. 42). Para Mirian Martins (2011), a curadoria educativa deve ser entendida

[...] não como uma função ligada aos museus e espaços culturais, mas como uma atitude, um modo de operar consciente na escolha criteriosa do que levamos para a sala de aula e das exposições visitadas com nossos alunos (Martins, 2011, p. 313).

Fábio Costa (2021) nos auxilia a incorporar um pouco mais esse conceito. Refletindo sobre corpos dissidentes sexuais e de gêneros nas escolas e nas aulas de arte, ele problematiza o quanto os processos de curadorias educativas de docentes da educação básica (e não somente) privilegiam determinados corpos e sujeitos e excluem outros. Nas experiências de trabalho com formação de docentes, o pesquisador observa que a seleção das obras de artes e de artistas que são incorporadas aos planos de aula, que são escolhidas no processo de curadoria educativa que cada docente realiza, são atos políticos de escolha que, na maioria das vezes, estão alinhados a um modelo cisheteronormativo-patriarcal-co-



lonial. As existências dissidentes de gêneros e sexualidades, as corporeidades lidas como fora da norma, ficam de fora. Esse “ficar de fora” é um mecanismo de regulação que atua na manutenção da norma, na manutenção de um espaço excludente e que retira dos estudantes o direito de imaginar, criar e de se reconhecerem a partir dessa experiência.

Selecionar e combinar gera uma interpretação de mundo. Apagar também gera, e a prova disso é a existência de pessoas que basearam suas teorias na existência de história e sujeitos universais. Mas retomemos os verbos selecionar e combinar. Nesse caso, falo sobre uma interpretação de mundo que nunca se encerra, que está em constante movimento. Escolher é também partilhar emoções e saberes. Ser afetada pela vivência. Ser provocada pelos encontros. Acredito que esses dois movimentos irromperam no momento da abertura das rotas e posturas metodológicas da presente pesquisa. A criação dessas rotas – idealização, estudo, pesquisa, interpretações, escrita, comunicação/partilha – se deu no exercício de um pesquisar *cuir/queer* a partir de uma ação de *CUIRratoria*. Com o trabalho de *CUIRratoria* monto uma pequena série híbrida, as *Ficções Endemoniadas* – um agrupamento de quatro manifestações artísticas com linguagens diferentes (episódios) que corporificam muitas das inquietações, das insurgências e disrupções que as práticas e produções teóricas *cuir/queer* e feministas trazem e produzem no campo epistemológico, no campo das relações, das artes e da educação.

Dessa maneira, as obras e as personagens se interconectam – transbordam os limites das normas de gêneros e sexualidades e vazam para além deles, uma vez que, se encruzam com questões de raça, regionalidade, classe; elas habitam a fronteira, pisam a ferida. Elas sangram. Individualmente e em conjunto elas também comunicam. Mais do que pensá-las como arte feminista ou *cuir/queer*, imagino que poderíamos dizer que são performances artivistas dissidentes das normas de gêneros e sexualidades. A teórica feminista Sara Ahmed nos oferta um caminho interessante para pensarmos a dissidência, ela parte da etimologia da palavra que “[...] deriva do latim *dis* – ‘aparte’ + *sedere* – ‘sentar’”, assim, dissidentes seriam aquelas que se sentam aparte, “[...] ou dissidente é quem seria destituída ao ocupar um lugar à mesa: seu assento é o local de desacordo” (Ahmed, 2020, p. 86). Sem lugar à mesa, você precisa deslocar-se, criar espaço, habitar outros sítios.



Compreendo e relaciono essas manifestações artísticas como sendo parte de uma cena maior, uma cena nacional dos artivismos das dissidências sexuais, raciais e de gênero (Colling, 2019, 2022). Temos como característica central dessa cena, o corpo como objeto de criação e, por meio de uma prática corporificada e encarnada, emergem produções que interseccionam, colocam em diálogo, linguagens artísticas e corporeidades diferentes. A arte de Jup do Bairro, Rosana Paulino, Conceição Evaristo, Renata Carvalho, Linn da Quebrada, são alguns exemplos de manifestações dessa cena. Em grande parte delas, “[...] o corpo e a própria performatividade de gênero da pessoa artista são sua arte ou são o mote central para a sua produção artística” (Colling, 2019, p. 32).

Para que essa cena pudesse emergir, uma série de fatores sociais, políticos e econômicos fizeram-se conjuntura para esse feito. Dentre esses fatores: uma maior visibilidade das pautas e existências LGBTI+, principalmente a partir de 2011 com o reconhecimento do casamento “igualitário” pelo Supremo Tribunal Federal - STF; aumento e ampliação do campo acadêmico dos estudos de gêneros, sexualidades, raça e estudos queer; acesso maior às tecnologias e internet que possibilitaram e possibilitam a democratização de alguns modos de fazer e divulgar os trabalhos; ampliação e maior visibilidade de existências que se afirmam fora dos binarismos – pessoas trans masculinas e femininas, lésbicas desfeminizadas (desfem), bichas femininas, pessoas não binárias etc. (Colling, 2019). Acrescento ainda, a oferta de alguns editais federais, estaduais e de organismos não governamentais, especificamente voltados para apoiar produções culturais sobre gêneros, sexualidades e raça, como por exemplo, o *Programa de Ação Cultural do Estado de São Paulo – ProAC* na modalidade de fomento às *Manifestações Culturais com temática LGBT*.

Sobre o conceito de ativismo, Paulo Raposo entende que o “Artivismo consolida-se como causa e reivindicação social e simultaneamente como ruptura artística – nomeadamente, pela proposição de cenários, paisagens e ecologias alternativas de fruição, de participação e criação artística” (Raposo, 2015, p. 4) e, como sintetiza Colling (2019, p. 24) “[...] artistas e coletivos da cena ativista apostam nos produtos culturais para produzir novos processos de subjetivação, capazes de sensibilizar e modificar as percepções que as pessoas possuem em relação às dissidências sexuais e de gênero”, e aqui incluo também outras veredas críticas às normas como aquelas que questionam o racismo, capacitismo,



questões de classe, geração e regionalidades. Perder assento à mesa, muitas vezes, nos faz mobilizar outros novos inventivos e potentes encontros.

Por fim, ressalto que as mobilizações teóricas aqui empregadas, foram feitas no intuito de não reiterar uma lógica colonial de pesquisa e análise, daquelas que aplicam conceitos em “objetos”. Penso que esse caminho poderia ter gerado um sufocamento das obras, poderia tê-las amordaçado e restringido seus potenciais disruptivos. Procurei pensar com as cenas, com as obras, com as artistas e nesse pensar juntas, buscar inspirações para processos educativos mais desajuizados.

Rotas

Começo. Desejo. Perguntas. Interesses. Pesquisas prévias. Escrita. Cumprimento de rituais de seleção. Chegada no doutorado. Levantamento dos episódios que se mantiveram vivos em minha memória e que compunham meus registros de pesquisa pessoais desde 2015 – sobre artes dissidentes e movimentos de censura a elas. Episódios que ficaram na memória por mobilizarem meu interesse teórico-artístico. Episódios que geravam perguntas. Que se mantiveram presentes porque ganharam uma visibilidade maior em âmbito nacional e internacional ao sofrerem investidas de censura. Episódios que têm conexões entre si uma vez que, sofreram investidas de censura por provocarem o debate sobre sexualidades, gêneros, corpos. Episódios que foram apropriados por agentes conservadores atuantes na manutenção da cisheteronorma patriarcal e colonial e foram “convertidos” em ameaça.

Meio. Pesquisa e diálogo entre fontes diversas – textos jornalísticos; entrevistas disponíveis no YouTube e em periódicos; documentos oficiais da Igreja Católica; leituras; estudos; realização de conversas com algumas das artistas.

Começo. Registros no “meu pequeno caos” (notas de pesquisa). Escritos feitos ao longo da pesquisa – cadernos, agendas, bloquinhos de rascunhos. Ressonâncias de entrevistas e palestras assistidas, entrevistas lidas, experiências outras – como visitações a exposições, peças assistidas, sentimentos e emoções. Os encruzamentos dessas ressonâncias com as teóricas que caminharam comigo guiaram a montagem dos antirroteiros de conversas com as artistas.



Começo. Performance teórico-literária. Mobilização de todos os procurados, encontrados e inventados da pesquisa na composição desta escrita-manifesta.



Catálogo

Série Ficções Endemoniadas

Corpas imersas na experiência. A pele vê, os olhos sentem, os ouvidos caminham pelo espaço, coração saltita, a boca se incomoda e se vê salivada de um amargo pegajoso. AfetAção. Afetos - Tudo que te afeta. Dor. Amor. Raiva. Ódio. Tristeza. Felicidade. Vontade. Curiosidade. Euforia. Libido. Desejo. Tesão. Dos Bastidores até aqui, todos esses sentimentos mobilizaram a feitura dessa *CUIRadoria*. Nos *Bastidores*, no encontro com Jup do Bairro, Conceição Evaristo, Rosana Paulino e demais autoras, minha postura no mundo se transformou, foi afetada. Foi na experiência de imersão na parede de memórias de Rosana Paulino que fui convocada a pensar artes em dissidências talvez pela primeira vez. Pode uma artista, mulher, negra, de origem periférica, habitar e ocupar lugares tidos como hegemônicos no campo das artes? Pode essa mulher ser uma artista? Pode a arte produzida pela artista, nos chamar ao debate interseccional que agrega questões de raça, gêneros, sexualidades, classe? E isso tudo cabe na Educação? E tudo isso pode fundamentar/compor uma tese? A resposta que encontro é sim, pode. E pode mais que isso. Essa convocação feita pela parede de memórias e assentamentos de Paulino me auxiliaram também a desenhar e situar o pensamento *cuir/queer* que me moveu até aqui. As movimentações que fizeram Jup do Bairro e Conceição Evaristo, ao acolherem juntas, o coração caído da mãe enlutada, o corpo caído da filha, a busca por um lugar seguro no mundo percorrida por tantas corpas sem juízo, fundamentam essa *CUIRadoria*.

Ficção endemoniada

Conceição Evaristo escreveu o livro *Becos da Memória* entre 1987 e 1988. Como ela mesma diz: “Foi meu primeiro experimento em construir um texto ficcional con(fun-dindo) escrita e vida, ou, melhor dizendo, escrita e vivência” (2017, n.p). O livro só foi publicado em 2006. Foram vinte anos de espera. A escrita do livro, no entanto, se deu em meses – “em poucos meses a minha memória ficcionalizou lembranças e esquecimentos de experiências que minha família e eu tínhamos vivido”. Evaristo tem dito que esse livro é





uma *ficção da memória* – “como a memória esquece, surge a necessidade da invenção”. Ficcionalizar a experiência, lidar com os esfacelamentos das memórias daquelas que habitam a fronteira, as localidades subalternizadas, daquelas não publicadas, das que não escreveram (Evaristo, 2017, n.p). Precisamos do invento, da imaginação, para habitar e dançar nessas lacunas e contarmos outras histórias de nós. Nesse processo curatorial, o recurso da ficção foi acionado como performance de escrita e também como método de mobilização de narrativas, fatos, documentos.

A expressão “*ficción endemoniada*” (flores, 2010, p. 62) cruza meu caminho no momento em que faço a leitura do livro *Deslenguada: desbordes de una proletaria del lenguaje*. Esse pequeno livro viajou de Buenos Aires até Assis, interior de São Paulo, no ano de 2010. Chegou embrulhado e com uma pequena folha de árvore dentro (uma folhinha argentina), foi presente de Lil Aparecida de Araújo, uma amiga querida que andava pelas bandas de lá e se afetou pelas escritas de val flores. Faço a composição das cenas artivistas aqui destacadas como *ficções endemoniadas*, no sentido de um feito que é possuído, que é tomado por uma forma que explode/pulveriza – forças que podem ser de muitas faces – podem perturbar, encantar, seduzir, emocionar, assustar, transformar etc. Na nossa sociedade, o ato de “demonizar” aquilo que é dissidente da norma é algo bastante recorrente. No campo das artes, muitas vezes, demonizar e se tornar obscena, caminham quase como sinônimos, muito próximos. Em uma tradução recente desse livro feita pela coletiva *Machorra – edições piratas*, a expressão foi traduzida como “ficção demonizada” (flores, 2021, n.p). flores fala de uma escrita proletária, de uma escritura *lesbiana*, insubmissa, que não para, não cansa de atormentar a norma. Demonizadas ou endemoniadas, ou os dois. No movimento que faço com as cenas aqui mobilizadas, essas ficções endemoniadas racham a superfície da norma quando submetidas à censura, à violência, à perseguição; na mira do ataque, elas fogem em rodopios e se espalham como micro-cacos-políticos. Endemoniadas, elas se transformaram em muitas, como poderemos ver juntas até a despedida dessa caminhada-escrita.

Ecos da censura

15 de agosto de 2017. Porto Alegre. Espaço Santander Cultural. Abertura da Exposição *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira*. 263 obras de arte, obras de 85 artistas diferentes, a exposição trazia obras de Candido Portinari, Fernando Bari, Adriana Varejão,



Ligia Clark, Alfredo Volpi, Bento Leite, dentre várias outras artistas. Nas palavras do Curador Gaudêncio Fidelis: “O *Queermuseu* é o museu ficcional e metafórico no qual a expressão de gênero e a diferença são exercidas em sua plena liberdade”¹, um espaço queer, pensado para problematizar e desestabilizar as normas gêneros, sexualidades e as LGBTI+fobias tão presentes nas dinâmicas cotidianas das nossas relações. Obras de diferentes temporalidades quebrando também qualquer lógica museológica linear. Instável, como deve ser.

26 de setembro de 2017. São Paulo. Museu de Arte Moderna - MAM. Abertura do 35º Panorama de Arte Brasileira. Apresentação da performance *La Bête* do artista Wagner Schwartz. Inspirado em uma série de esculturas metálicas dobráveis criadas pela artista Lygia Clark na década de 1960 – a série *Bichos* – o artista aparece nu no espaço cênico, ao seu lado, uma pequena réplica da escultura de Clark. Ele permanece ali por cerca de 50 minutos, e o público é convidado a interagir, manipular, dobrar “o Bicho”, o próprio corpo do artista. Na escultura de Clark, as figuras metálicas têm dobradiças que permitem esse movimento, temos esse objeto sem avessos, inteiro. Na performance de Schwartz, temos o corpo e suas possibilidades de articulações. Em ambas, existe um ponto em comum: é necessário a interação, o toque, o contato, a aproximação, elas não acontecem sem o outro.

“*Santander cultural promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre*”. Esse é o título de um texto de autoria do advogado Cesar Augusto Cavazzola Junior, publicado no site *Locus* no dia seis de setembro de 2017². Pedofilia, pornografia, ataques à moral e bons costumes sociais, gasto “irregular” de dinheiro público (em referência à Lei Rouanet³) – esse era o foco acusatório do texto. Além disso, o texto trazia críticas ao próprio conceito de arte: “isso não passa de um curto-circuito cerebral dos ditos especialistas em arte contemporânea que já há tempos se distanciaram do verdadeiro objetivo da arte:

¹ Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/artes/noticia/2017/08/curador-explicacomoserano-queermuseu-nova-exposicao-no-santander-cultural-9867491.html>

² Disponível em:

<https://www.locusonline.com.br/2017/09/06/santander-cultural-promove-pedofiliapornografia-e-arte-profana-em-porto-alegre/>

³ A Lei Rouanet, Lei de Incentivo à Cultura, é um dos principais fomentos à cultura do país. Por meio da Lei, pessoas físicas e empresas privadas podem patrocinar produções artísticas e abater o valor investido (total ou parcial) no Imposto de Renda.



a consagração do belo”. Fato é que esse texto e os comentários gerados a partir de sua publicação, desenharam um cenário para a mobilização de diversos atores diferentes – publicações que incentivavam e convocavam clientes a encerrarem suas contas do Banco Santander, grupos religiosos e grupos conservadores como o MBL acionando o Ministério Público contra a instituição (Silva, 2019). Frente à pressão, o Santander Cultural determinou o fechamento e encerramento da exposição no dia dez de setembro de 2017.

Cinco obras foram colocadas em destaque para fundamentar as perseguições e ataques. Incentivo à pedofilia. Desrespeito às crenças religiosas. Ataque às famílias. Sexualização das crianças. As obras mais atacadas da *Queermuseu* foram as obras “Cena de interior II” da artista Adriana Varejão, acusada de zoofilia; “Cruzando Jesus Cristo com a Deusa Shiva”, de Fernando Bari, acusada de escarnear Cristo e as obras *Travesti da Lambada e Deusa das Águas* e *Adriano Bafônica e Luiz França de She-há*, de Bento Leite, acusadas de incentivo à pedofilia.

Nas avaliações feitas pelo Ministério Público do Rio Grande de Sul, após apuração, concluiu-se que a exposição não fazia apologia ou incentivo à pedofilia e recomendou-se sua reabertura, o que nunca ocorreu. A exposição ficou aberta por apenas treze dias e recebeu 27 mil visitantes, a previsão era de que até o final do período previsto ela recebesse cerca de 85 mil (Carneiro, 2018). Nas palavras do curador da exposição Gaudêncio Fidelis (2018, p. 418) ocorreu uma espécie de

[...] migração cognitiva em que a percepção acerca de determinadas imagens passou de um entendimento delas como metáfora e representação para uma compreensão equivocada de que sejam de fato elementos de realidade concreta e, portanto, capazes de produzir crimes, ofensas e outras supostas ações físicas.

Passados alguns dias, no contexto de São Paulo, acompanhamos os ataques à performance e ao artista Wagner Schwartz. Trinta segundos da performance capturados. No vídeo, uma criança toca a mão, toca o pé do artista, depois vai embora. Trinta segundos recortados e lançados aos ventos do mundo virtual. Esses trinta segundos, descontextualizados e espalhados no dia seguinte à apresentação, mudaram o percurso da performance e também a vida do artista. Ele foi acusado de pedofilia por milhões de pessoas na internet. Políticos e lideranças religiosas gravaram vídeos dizendo que o artista estava a serviço de satanás. As ameaças de morte contabilizadas e registradas por Schwartz chegaram ao número de cento e cinquenta.



A grande visibilidade em torno dos ataques, bem como a repercussão na mídia nacional e a judicialização dos protestos e manifestações contrárias, conectam os dois episódios e consolidam um cenário de perseguição e legitimação de censura às artes dissidentes de gêneros e sexualidades naquele momento. No percurso de judicialização dos eventos, Wagner Schwartz teve que prestar um depoimento de quase três horas na 4ª Delegacia de Polícia de Repressão à Pedofilia após inquérito aberto pelo Ministério Público de São Paulo. Além disso, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-Tratos - CPI dos Maus-tratos, presidida pelo ex-deputado e pastor evangélico Magno Malta, convocou o curador Gaudêncio Fidelis, o artista Wagner Schwartz e a mãe da criança a prestarem depoimentos (Brum, 2018). Nas análises das decisões dos procuradores de justiça de São Paulo e Porto Alegre, ambos concluíram que não houve crime. Mesmo assim, os artistas foram convocados a prestarem depoimentos na CPI.

Em audiência pública da CPI dos maus-tratos realizada em 4 de outubro de 2017, Magno Malta inicia a audiência afirmando que a *Queermuseu* seria uma exposição libidinosa que teria chocado todo o Brasil, nas palavras dele: “Quem não se chocou foram aqueles que estão tentando abrir o caminho para poder chegar ao ponto de aprovar a pedofilia no Brasil como lei e criminalizar quem é contra ela, é uma verdadeira violação ao ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente” (CPI dos Maus Tratos, 2017). Nesta mesma audiência, Malta se manifesta sobre a convocação coercitiva do curador Gaudêncio Fidelis para prestar depoimento na CPI. Fidelis não compareceu à primeira convocação e no depoimento prestado por ele posteriormente, afirmou o seguinte: “Entendo minha vinda a essa CPI dos maus-tratos, a partir de uma convocatória que, desde o início, na forma de convite, eu declinei. Isso pelo fato de que eu discordo do objeto da CPI com relação a minha convocatória” (CPI dos Maus Tratos, 2017a). Magno Malta, ao comentar a recusa de comparecimento de Fidelis proferiu os seguintes comentários: “Vocês não estão lidando com flouxos, o senhor Gaudêncio vai vir, porque hoje nós votaremos sua convocação coercitiva, o senhor virá com a Polícia Federal”.

Assistindo ao vídeo da CPI dos Maus-tratos de 23 de novembro de 2017 (CPI dos Maus Tratos) é possível compreender mais profundamente essa disputa. Nas palavras do procurador de justiça Fernando Almeida Martins, o objetivo do debate não seria a censura



às artes e sim uma proposição de reformulação na legislação que regulamenta o sistema de Classificação Indicativa dos artefatos artísticos. De acordo com a portaria do Ministério da Justiça (Portaria N. 368 de 12 set. 2011) que regulamenta a classificação indicativa, atividades como shows, exposições, e manifestações em espaços abertos não são obrigadas a ter classificação, ao contrário de obras audiovisuais ou jogos, por exemplo. O objetivo apresentado pelo procurador à CPI era de alteração na legislação para garantir que esses espaços seguissem as mesmas regras. Toda a argumentação se pautou na defesa de que crianças não seriam capazes de compreender o conteúdo das obras e que, mais do que isso, poderiam ter o seu desenvolvimento comprometido ao serem expostas a tais dispositivos.

A *Queermuseu* e, mais especificamente, a censura à exposição e uma série de outros episódios que aconteceram na sequência, abrem um debate mais amplo sobre gêneros e sexualidades no contexto social, popularizam o debate. Isso não é necessariamente positivo ou negativo, há uma complexidade maior, uma vez que, o tema chega à grande parte das pessoas de forma fragmentada e descontextualizada, e muito do que é veiculado é feito por meio de vozes que passam a atuar contra qualquer política e ou projeto que abordem essas temáticas. Se, anteriormente, as discussões sobre esses temas estavam restritas a alguns campos acadêmicos e movimentos sociais específicos, depois disso elas ocupam as ruas, adentram às casas de família, viram disputas nas redes, se tornam argumentos decisivos de campanhas eleitorais.



Cenas-obras CENSURADAS Seleccionadas

[Na parede de uma galeria X]

Figura 5 - Criança Viada I



Travesti da lambada e deusa das águas. Série Born to Ahazar – Bento Ben Leite. 100cm x 100cm. Acrílica, óleo e spray sobre tela. 2013.



Figura 6 - Criança Viada II



Adriano Bafônica e Luiz França de She-há - Série Born to Ahazar - Bento Leite. 100cm x 100cm. Acrílico, óleo e spray sobre tela. 2013.



As obras *Travesti da lambada e deusa das águas* e *Adriano Bafônica* e *Luiz França de Shehá* compõem a *Série Born to Ahazar*¹, criadas em 2013 pelo artista cearense Bento Ben Leite. Essas duas telas compuseram um corpo de 263 obras de arte escolhidas no processo de curadoria e montagem da exposição *Queermuseu: cartografias das diferenças na arte brasileira* lançada em 2017 pelo Santander Cultural na cidade de Porto Alegre/RS. A *série Born to Ahazar* foi inspirada no Tumblr² *Criança Viada*, criado por Iran Giusti um ano antes, em 2012. Na época da criação da *série* (2013), o Tumblr *Criança Viada* estava fazendo muito sucesso; lançada nas vésperas do Dia das Crianças, a página começou como uma brincadeira, como um espaço lúdico para discussão sobre expressões de gêneros a partir da partilha de fotografias de infâncias dissidentes – meninas lidas como masculinas, meninos lidos como femininos etc., mas em sua primeira semana no ar já contava com dois milhões de visualizações. A trajetória da página foi interrompida após o cancelamento e fechamento da exposição *Queermuseu* pelo Santander Cultural (Giusti, 2017).

Para Gaudêncio Fidelis:

As obras de B. Leite, sempre foram obras sobre bullying, violência na escola, as complexidades das vivências LGBT nessa fase da vida. A obra é uma denúncia. Fala de experiências da comunidade LGBT. Temos ali os xingamentos que as crianças recebem nas escolas, principalmente. Ali a violência está encarnada. Quando falo de retirada de contexto estou dizendo que essas obras sofreram um crime, a obra foi roubada de seu significado e foi atribuído a elas o significado de pedofilia (Depoimento do CPI dos Maus-tratos, TV Senado, 2017).

No caso da obra de Adriana Varejão, “eles pegaram um pequeno fragmento da obra que fala da exploração e violências da colonização brasileira e divulgaram como se fosse uma obra de incentivo à zoofilia. A obra é uma denúncia (Depoimento do CPI dos Maus-tratos, TV Senado, 2017).

Me encontrei virtualmente com Bento Leite em uma tarde tranquila. Me lembro que, ao fundo, havia o som de uma batedeira (a mãe dele estava fazendo um bolo), ele estava deitado no sofá, à vontade. Conversamos por pouco mais de uma hora. Uma das coisas que mais me marcou na conversa foi quando ele comentou sobre como via suas obras, especificamente as obras destacadas acima. Em suas telas, as crianças, as crianças viadas ali

¹ A *Série Born to Ahazar* é composta ainda pelas obras: “Jaspion e a caminhoneira”; “Eduardo Ahazani”; “Mauro e Gui”; “@badmonge” e “@mandaprohell” – para visualizar basta visitar os Anexos.

² O *Tumblr* é uma plataforma de produção de conteúdo, uma plataforma de blogs que permite que os usuários compartilhem conteúdos variados – textos, áudios, imagens, GIF, músicas, vídeos.



retratadas, estão sempre alegres, felizes, elas são celebradas e enaltecidas, elas são deusas das águas, super-heroínas e, o mais importante de tudo: elas nunca aparecem sozinhas:

É, mas eu tava, e na verdade ainda tô, aprendendo a pintar. E aí, é bem rala a tinta, o desenho bem aparente, é bem cru o desenho, bem rápida a pintura, sem tantas camadas, o desenho resolvido assim rápido, o que era legal também, mas eu mudei bastante. Aí às vezes eu me pego pensando sobre as escolhas que eu fiz e tal... [Fragmento de conversa com Bento Leite].

Foi na disciplina de Pintura II, que era pra fazer uma série de pinturas, aí na época tava bombando o *Tumblr da criança viada*, aí eu decidi elencar algumas delas e pintar elas em conjunto, elas foram feitas em grupo, tanto que em todas as telas elas não estão sozinhas, estão em duplas, ou em trio. E elas estão sempre sorrindo, é uma coisa bem alegre, de fotografia de família, bem fofinhas, bem orgulhosas né. E isso incomodou né [Fragmento de conversa com Bento Leite].

Pinceladas soltas, tinta rala, desenho cru. Crianças viadas felizes. Por não estarem sozinhas, por não se sentirem ameaçadas, por se sentirem enaltecidas. Incomodou. Mexeu com o sistema. Apropriar-se do estigma e dar novo significado a ele, esse movimento feito pelas crianças viadas heroínas nos convida a falarmos sobre as LGBTI+fobias que afetam as infâncias. Corporificar às infâncias assusta o mundo-adulto-norma. A violência, a pedofilia, como quiseram dizer muitas das pessoas ao expressarem suas violências contra as obras e artistas, não mora nos museus, nas galerias, nos palcos, nas folhas ilustradas dos livros infantis, elas estão dentro das “casas de família”. Trazer à tona as violências mascaradas de brincadeiras e silenciadas pelo medo de falar sobre, assusta, incomoda. As crianças sofrem, e as obras tentam nos mostrar a dimensão desse sofrimento com a leveza lúdica de mundos de fantasias possíveis. Crianças super-heroínas juntas, se protegendo dos efeitos do sistema binário sobre seus corpos negados. Como bem aponta Bento Leite:

Eu acho que depois que popularizou tanto assim os trabalhos, se associa mais à sexualidade e a infância sim, o termo criança viada, que na verdade já é um termo apropriado e não mais no lugar de xingamento, então traz sim uma leveza e, pensando bem, agora, eu ainda nem tinha verbalizado isso, mas é tipo isso. E, a diferença né, eu acho que foi um grande passo pra essa discussão, talvez a educação sexual que leve em conta essa dimensão da sexualidade, tanta coisa né, que a escola tem que fazer...[Fragmento de conversa com Bento Leite].

Tanta coisa que nós temos que fazer. Renata Carvalho diz que o corpo dela sempre chega antes dela aos lugares e o modo como esse corpo é lido, dito e apontado, a excluiu do convívio social, do convívio familiar – “somos retiradas dos retratos, veladas ainda vivas” (Corpo sua Autobiografia, 2020) – crianças virando buracos vazados com tesouri-



nhas de recorte, apagadas dos álbuns e da vida das famílias por serem quem são. Um risco. Giancarlo Cornejo no texto *A guerra declarada contra o menino afeminado*, teoriza suas vivências de infância dissidente, como menino afeminado, problematizando as intervenções institucionais da escola, família e saúde em sua vida. A narrativa é forte porque nos convoca a um posicionamento mais radical sobre quais seriam os jogos de interesse em torno da declaração de guerra às existências dissidentes, principalmente quando, mesmo sem perceber, fazemos parte do jogo (no trabalho, na escola, nas unidades de saúde, nos divãs etc.). Diante da dualidade entre segredo/revelação, o menino Cornejo de 11 anos se deparava com o medo da morte, revelar à mãe o segredo de se sentir atraído por meninos era como temer deixar de existir, era como abandonar a chance de ter um futuro, era como abdicar do direito de ter amor. No entanto, para o menino afeminado de 11 anos, frente àquele dilema, a opção pela revelação do segredo lhe dava uma chance de vida, de outra vida (Cornejo, 2012).

Tem tanta coisa que já estamos fazendo. Tem tanta coisa que precisamos deixar de fazer. E tem tanta coisa que nós temos que fazer. A principal delas, talvez seja justamente remontar nossos álbuns, recortar nossas histórias e organizá-las como numa feitura de uma artecolagem. Não estamos nos espaços e processos educativos para fabricar homens e mulheres, estamos mais para inventarmos e imaginarmos super-heroínas.

Bento Ben Leite

Figura 7 - Fotografia cedida pelo artista – acervo pessoal.



Eu me chamo Bento Ben Leite. Eu queria um nome antigo sabe, que fosse fácil, aí eu achei esse nome bonito e escolhi; eu retifiquei há um ano, fiz a cirurgia esse ano também, é bem recente que eu sou eu (risos). Mas ao mesmo tempo não né, eu sempre fui, óbvio, eu sempre fui eu mesmo, e mesmo com um outro nome eu já era eu, e eu era ela também. É uma loucura isso, porque de sapatão à viado – assim né, um trans masculino. Eu tenho 32 anos, eu estudei a vida toda no mesmo colégio, o colégio Farias Brito, que era bem padrão assim, homofóbico, os professores falavam as coisas na sala de aula, todo mundo... não tinha assim uma orientação nesse sentido, eram xingamentos mesmo [Fragmento de conversa com Bento Leite].

Bento nasceu em Fortaleza/CE em 1990. É bacharel em artes plásticas pela Universidade de Brasília - UNB. É taurino do dia 16 de maio, assim como eu, o que gerou gargalhadas em nossa conversa. Nos descobrimos amantes do conforto, da boa comida, da amizade.



[Em uma sala de artes de um museu X]

Figura 8 - La Bête



Performance La Bête. Wagner Schwartz.

O artista se prepara, pesquisa, imagina, cria. O artista se converte em bicho. Interage com o público. 26 de setembro de 2017. Uma criança, junto de sua mãe, toca o corpo do artista. A criança toca a mão, o pé do artista. Vai embora sorrindo. Linchamento virtual, notícias falsas, criação de histórias. Invenção do crime. Invenção da própria ideia de criança. A criança, outrora alegre e sorrindo, outrora segura, é retirada de lá e posta em circulação, aí sim em perigo. 30 segundos de uma performance retirados de contexto e lançados aos olhos ajuizados do mundo. O artista liberta o Bicho. O Bicho sai da caixa. Sair da Caixa no Brasil é perigoso.



Que Bicho (La Bête) é esse?

1960 – “Bichos” É esse o nome que dei às minhas obras desse período, pois seu caráter é fundamentalmente orgânico. Além disso, a dobradiça que une os planos me faz pensar em uma espinha dorsal. A disposição das placas de metal determina as posições do “Bicho”, que à primeira vista parecem ilimitadas. Quando me perguntam quantos movimentos o “Bicho” pode fazer, respondo: “Eu não sei, você não sabe, mas ele sabe...” O “Bicho” não tem avesso. Cada “Bicho” é uma entidade orgânica que se revela totalmente dentro de seu tempo interior de expressão. Ele tem afinidade com o caramujo e a concha. É um organismo vivo, uma obra essencialmente atuante. Entre você e ele se estabelece uma integração total, existencial. Na relação que se estabelece entre você e o “Bicho” não há passividade, nem sua nem dele. Acontece uma espécie de corpo-a-corpo entre duas entidades vivas (Clark, 1960)³.

A primeira vez que Wagner Schwartz apresentou a performance *La Bête* foi no ano de 2005 na França. Na performance, o artista se converte no “Bicho” de Lygia Clark e interage com o público presente. Assim como na obra de Clark, o corpo-escultura do artista dobra e desdobra conforme o público interage. Em *La Bête*, o público precisa deixar de ser espectador e se tornar participante. A inspiração para criar a performance se deu num dia em que o artista se deparou com uma escultura de Clark presa numa caixa. A sensação de ver o “Bicho” de Clark ali preso o fez pensar em libertá-lo e, assim, ele foi se convertendo no “Bicho”. Em alguma medida, podemos pensar que ele o libertou, ajudando-o a sair da caixa. Mas, sair da caixa no Brasil, se mostrou algo bastante perigoso naquele contexto.

MEDO

Foram 150 ameaças de morte contabilizadas - a faca, o tiro, o corte ainda sangra nos avessos da pele metafórica:

“Não terei piedade se eu encontrar com você na rua, seu cachorro impuro e inútil”

“Vou caçar você e vou te esquartejar. Cada parte do seu corpo, vou sair jogando pelas ruas. Me aguarde” (Brum, 2018)

Um passo coreografado entre o medo e a dança. A dança chega na vida de Wagner quando o medo lhe roubava o corpo, lhe roubava o direito ao corpo. Quando entrou no curso de Letras na Universidade Federal de Uberlândia, desejava dedicar-se ao estudo da

³ Lygia Clark, 1960 – Os Bichos [diário 4].



literatura. Não imaginava a dança. Como dançar sem o corpo? Nas mais de duas horas de conversa que tivemos, falamos muito sobre o corpo, sobre o direito ao corpo como flecha contracolonial. E eu diria mais, falamos sobre o direito ao corpo, a voz e ao nome, como flechas contracoloniais. Nas palavras dele:

[...] eu passei muito tempo da vida sem meu corpo, eu não podia ser o meu corpo, eu tinha que ser outro corpo para ser aceito na igreja para ter direito ao paraíso, que era o que eu acreditava, porque quando criança eu fui doutrinado a entender que se você é gay você vai pro inferno e que você não pode ser amado nem por Deus e nem pela sua família se você é homossexual [Fragmento de conversa com Wagner Schwartz].

Eu cresci com essa noção de que eu não era amado por ser quem eu era, e ser quem eu era estava relativamente ligado ao meu corpo, então eu pensei muitas vezes em me destruir, em desaparecer, em sumir, pedi pra Deus me matar, isso está um pouco no meu livro hoje, de uma forma menos dura pras pessoas não desistirem de ler [Fragmento de conversa com Wagner Schwartz].

Mas eu tô contando isso porque teve um momento que meu corpo não aguentava mais não ser ele e aí não sei, a dança meio que começou a mexer com umas coisas, talvez uma autoestima que eu não tinha, eu nem sabia o que era isso. A dança, na época, construiu a minha forma de me relacionar com o mundo, porque esse mundo do lado de fora da igreja, dos espaços fechados, não existia, e aí eu já comecei com a dança de rua, que era uma dança que não era da academia, era uma dança que existia do lado de fora. [Fragmento de conversa com Wagner Schwartz].

E aí meu professor falou “nossa, você pode dançar, você tem um corpo muito bom, você pode dançar”. Aquilo pra mim parecia impossível porque ninguém tinha olhado pra mim sabe, com esses olhos. Depois de seis meses, até menos, ele já me tirou da academia e me levou pra rua [Fragmento de conversa com Wagner Schwartz].

Como proteger um corpo que não temos? A criança produzida sem corpo e sem voz. Corpos censurados. Àquelas que precisam se transformar em outras para se sentirem seguras, amadas. A criança que tocava o corpo do artista foi realocada para um lugar de perigo no momento em que foi exposta pelas pessoas que se diziam defensoras da infância. Isso nos remete a pensar que nem todas as infâncias são dignas de defesa, de proteção. Protege-se a infância protótipo de mundo adulto branco colonial, uma infância projeto de mundo normalizado. E, nas falas de Wagner sobre o direito ao corpo e aqui amplio, sobre o direito à voz, é possível refletirmos sobre a importância da arte e da educação como espaços de produção de um combate contracolonial. Na experiência do artista, a dança e também a educação, desbloqueiam o corpo, a voz, dão vida ao sujeito que, a partir desse



coreografar de vivências, reivindica seu direito de ser amado e de ser parte das relações, da cidade, da história.

Wagner Schwartz

Figura 9 - Print-cena da conversa com o artista



[Késia]. Chegou nesse mundo em 02 de dezembro de 1972, na cidade de Volta Redonda, Rio de Janeiro. Frequentou a Igreja Cristã. Foi criança. É Filho. Foi estudante. Amigo de várias pessoas. Deve ter experienciado muita coisa em tempos de estudante, pois bastante coisa acontece nesses muitos anos letivos em que habitamos instituições de ensino. Talvez goste de cozinhar, de algum esporte, deve ter seu doce e bebida prediletos. Artista. Performer, coreógrafo, escritor, fazedor de muitas coisas. A arte permite fazer e desfazer as coisas, mundos, e até nós mesmas. Seria um multiartista? “Não sei, diria vc, esse lance de multi parece muito com produto de limpeza – algo meio multiuso, sabe?”. Talvez só artista mesmo. Talvez algo mais próximo do próprio “Bicho” de Lygia Clark – algo/ alguém que vive nas dobras – que dobra e desdobra na e com a vida. Como quem dança [Fragmento da conversa com Wagner Schwartz].



[Wagner]. “(Risos). Amei. Você já disse tudo. Olha, minha bebida preferida depende de onde eu tô, se eu tô aqui (Europa), ou se tô em vários lugares do Brasil. Tudo depende do momento, do lugar, as respostas não estão prontas, elas acontecem também. Me lembro de quando eu estava no programa do Bial e ele perguntou o que eu era e eu não sabia responder. Eu não sabia responder o que eu era para aquele povo que assiste o programa dele, então eu falei que era artista. Mas é isso, eu não sabia o que responder, porque artista é essa coisa aberta. Eu não sei se eu carrego essas definições comigo, algumas se aderem ao meu corpo mais facilmente e outras não, outras estão ainda germinando ou se conectando com informações novas que a gente escuta aqui e ali, que a gente experimenta aqui e ali. Então há um jeito de lidar com as coisas que é muito instável, isso me traz muita insegurança, mas ao mesmo tempo é o único jeito que eu sei de lidar ou com as coisas do mundo ou com as coisas da cena” [Fragmento da conversa com Wagner Schwartz].



[No palco de um lugar qualquer]

Figura 10 - O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu



Cenas da peça *O evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu*, com Renata Carvalho.



Ficha técnica

Texto: Jo Clifford

Atuação: Renata Carvalho

Tradução, adaptação e direção:
Natália Mallo

Produção: Corpo Rastreado

Direção Técnica: Juliana Augusta

Ouvimos o *tok tok* do salto alto a passos calmos. A personagem, a Rainha Jesus, entra no palco, ela usa um vestido tubinho regata com brilhos prateados e um casaco. Em



suas mãos, uma maleta e uma latinha de guaraná Jesus. No centro do espaço cênico temos uma mesa altar. Sobre a mesa temos pão, água, vinho, flores e algumas velas acesas.

Rainha Jesus, dirigindo-se para us espectadoris:

Vocês vão pensar que deveríamos nos encontrar na igreja, mas deixa eu contar: na igreja aqui do final da rua, não me deixam entrar. Sexo demais. Aparentemente. Perigoso demais.

A peça *O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu* é uma adaptação brasileira do texto *The Gospel According to Jesus, Queen Heaven* de autoria da dramaturga e atriz escocesa Jo Clifford. Traduzida, adaptada e dirigida por Natália Mallo e protagonizada pela atriz Renata Carvalho, teve sua estreia no ano de 2016, na cidade de São Paulo. Na dramaturgia de Jo Clifford, também estrelada por ela, Jesus retorna aos nossos dias no corpo de uma mulher trans. No percurso de adaptação da dramaturgia feito por Natália Mallo, a nossa Jesus é uma travesti. Somos convocadas pela dramaturga e pela atriz a respondermos à questão: *E se Jesus retornasse hoje ao nosso convívio como uma travesti?*

Se fosse descrever a peça, resumidamente, diria que é uma espécie de experiência litúrgica pagã, quase uma missa como disse Renata Carvalho em uma entrevista (Sanatório, 2020): temos uma liturgia, parábolas, temos música (“*Um beijo pras travestis*” de MC Xuxu), a comunhão e uma benção no encerramento. Mais ou menos assim:

*Abençoado seja o menino no armário com o vestido de noiva,
pois ele sairá do armário.
[...]*

*E abençoado sejam os pais que não se importam,
porque ninguém se importou com eles.
Eles devem ser amados.*

*Abençoadas sejam as mães que batem nos filhos,
porque não conseguem acalmar suas lágrimas.
Elas devem ser consoladas.*

*Abençoados sejam o valentão e o criminoso,
Pois eles perderão todo o temor.
[...]*

*Amém! Amém!
E abençoadas sejamos nós*



*por todas as vezes em que fomos congeladas pelo
terror. Lembremos que não estamos sós.*

*Não nos deixeis,
não nos deixeis jamais esquecer,
que ele é ela
e ela é ele
e nós somos eles
e eles somos nós
e assim será
para sempre
para todo
todo
o sempre
Amém.²⁹*

A rota de censuras oficiais e públicas que a peça sofreu nos leva às cidades de Jundiá e Salvador, no ano de 2017, e ao Rio de Janeiro, Porto Alegre e Garanhuns no ano de 2018. Destaco que são oficiais porque em entrevistas concedidas por Renata Carvalho ela menciona que em todos os espaços pelos quais passaram, tiveram manifestações contrárias à apresentação da peça. Nem todas se converteram em processos e registros judiciais. A rota aqui destacada compreende àquelas cidades em que tivemos uma judicialização e oficialização dessa censura.

Salvador. 10^o Festival Internacional de Artes Cênicas da Bahia (FIAC Bahia). A decisão liminar emitida pelo juiz solicitava a proibição da peça sob alegação de que o conteúdo era ofensivo à moral da humanidade. Porto Alegre. 24^o Porto Alegre em Cena. Após tentativa de censura, o juiz se manifestou contrário à proibição afirmando que censurar a arte e o pensamento eram atos contrários ao desenvolvimento da humanidade. Rio de Janeiro. Marcelo Crivella, ex-prefeito e pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, censura o espetáculo sob alegação de que o mesmo era uma ofensa aos cristãos (Lara; Gonçalves, 2018). Garanhuns. Festival de Inverno da Garanhuns (FIG). A peça é retirada da programação do festival após solicitação do prefeito da cidade e carta enviada pela Diocese de



Garanhuns. Jundiaí. Sesc Jundiaí. A peça é proibida por determinação judicial. Antes disso, ameaças de censura, ameaças a atriz e diretora povoavam a internet (Siqueira, 2019). Abaixo, destaco dois fragmentos da liminar emitida pelo juiz da cidade:

Fragmento da Decisão do Juiz da Comarca de Jundiaí acerca da suspensão da peça *O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu*.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Luiz Antonio de Campos Júnior**

Vistos.

À vista da declaração reproduzida a fls. 15, concedo à parte autora os benefícios da Gratuidade Processual, sem prejuízo das sanções cabíveis na hipótese de prova em contrário. Anote-se, tarjando-se adequadamente os autos digitais.

Feito esse introito, trata-se de ação de obrigação de fazer cumulada com pedido de antecipação de tutela ajuizada por **VIRGÍNIA BOSSONARO RAMPIN PAIVA** contra **SESC JUNDIAÍ**, perseguindo, em nível de tutela de urgência, a suspensão da peça teatral "*O EVANGELHO SEGUNDO JESUS, RAINHA DO CÉU*", ao argumento de que referida exibição vai de encontro à dignidade cristã, posto apresentar *JESUS CRISTO* como um transgênero, expondo ao ridículo os símbolos como a cruz e a religiosidade que ela representa. Pede, em nível de tutela de urgência, a proibição da respectiva apresentação.



Fragmento da Decisão do Juiz da Comarca de Jundiáí acerca da suspensão da peça
O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu.

Vale dizer, não se pode produzir uma peça teatral de um nível tão agressivo, ainda que a entrada seja franqueada ao público.

Não se olvida a liberdade de expressão, em referência no caso específico, a arte, mas o que não pode ser tolerado é o desrespeito a uma crença, a uma religião, enfim, a uma figura venerada no mundo inteiro.

Nessa esteira, levando-se em conta que a liberdade de expressão não se confunde com agressão e falta de respeito e, malgrado a inexistência da censura prévia, não se pode admitir a exibição de uma peça com um baixíssimo nível intelectual que chega até mesmo a invadir a existência do senso comum, que deve sempre permear por toda a sociedade.

Do exposto, considerando-se que as circunstâncias jurídicas alegadas em a inicial corroboram o fato de ser a peça em epigrafe atentatória à dignidade da fé cristã, na qual **JESUS CRISTO** não é uma imagem e muito menos um objeto de adoração apenas, mas sim **O FILHO DE DEUS, ACOLHO** as razões explanadas pela parte autora e assim o faço com o fito de proibir a ré de apresentar a peça "**O EVANGELHO SEGUNDO JESUS, RAINHA DO CÉU**", prevista para o dia de hoje (15 de setembro de 2017), e também em nenhuma outra data, sob pena do pagamento da multa diária que fixo em **R\$ 1.000,00 (um mil reais)**, sem prejuízo da tipificação do crime de desobediência, que acarretará ao (a) responsável a consequência de se ver processado criminalmente.

A arte muda olhares, muda entendimentos de mundo. As manifestações artísticas intervêm no debate público (Halberstam, 2020). Talvez por isso, nessa liminar fundamentada na transfobia, a arte tenha sido apresentada como ofensa à dignidade cristã, como agressiva, como produção de baixíssimo nível intelectual. Nesse caso específico, a manifestação artística atuou e atua como uma potente *interrupção/interrupção* (flores, 2013) na rota colonial-patriarcal, ela faz um corte na linearidade das bases canônicas de fundação do sistema da diferença sexual porque sugere a rasura do "mito fundador": o do homem branco, Jesus, a quem devemos temer – Jesus é apresentado como a imagem e semelhança de todas as gentes, inclusive de uma travesti. Nossa Jesus é uma travesti. Ela anuncia boas novas. E ela anuncia um solo fértil "[...] para la disidencia, para el placer de perturbar", como sugere flores (2013, p. 28).



Renata Carvalho

Figura 11 - Fotografia de acervo pessoal da artista – foto divulgação



O meu nome é Renata. Meu nome é sonho. Eu sonhei com meu nome. E esse corpo? “Este corpo foi construído por mim. Eu me fiz. De certa forma, eu fiquei grávida de mim mesma, eu me pari” (Carvalho, 2021). As pessoas nos conhecem, a nós, travestis, de maneira recortada, despedaçada, num carro em movimento, aí a nossa imagem se constrói nessa fração de segundos. Nesses fragmentos. Numa fração de segundos. “Meu corpo veio antes de mim, sem eu pedir”.

Eu sou Renata Carvalho, sou uma travesti brasileira. Eu sou atriz, diretora, dramaturga, sou graduanda em ciências sociais e transpóloga. Sou fundadora do *MONART* (2018), o Movimento Nacional de Artistas Trans e do *Coletivo T*, um coletivo feito integralmente por artistas trans, que luta por representatividade trans coletiva”. “Nessa atuação nos coletivos nós buscamos uma democracia cênica” (Porto Cênico, 2021).

“No teatro, eu aprendi a palavra amor” (Porto Cênico, 2021).

[No centro de uma pequena roda de crianças em uma biblioteca de escola]

Figura 12 - A princesa e a costureira



Considerado o primeiro livro infantojuvenil brasileiro que traz como protagonistas duas personagens lésbicas, o livro *A princesa e a Costureira* foi escrito em 2009. Depois disso, fez uma longa travessia até conseguir que a porta de alguma editora se abrisse para ele. Publicado em 2015, de lá para cá se metamorfoseou em outras linguagens-formas artísticas, virou peça de teatro, contação de histórias e nisso, a princesa e a costureira têm percorrido territórios distintos. Uma história de amor. Um conto de fadas. Uma história de amigadas. Tecnologia antiga de formação de subjetividades. Produtos de cada tempo e contexto históricos. Só que nessa história, a princesa se apaixona pela costureira de seu vestido de noiva às vésperas do casamento. Istar, a costureira, é uma mulher do “mundo comum”, uma trabalhadora, viúva, mãe. Cíntia é uma princesa que, como qualquer outra, de contos de fadas convencionais, deve casar-se com um príncipe. O príncipe, é um jovem que sonha casar-se com alguém que ame. O que há de encantador é que o modo encontra-



do por elas para burlarem as normas e conseguirem ficar juntas é a aliança, a amizade. A princesa, a irmã da princesa, a costureira e o príncipe, juntas, fazem a costura de suas rotas e caminhos em busca da felicidade. É claro que elas contam com uma ajudinha extra, uma agulha de costura mágica, “feita com o legítimo ouro do pote que fica no fim do arco-íris” (Leslão, 2015, p. 14). Com ela, as mais inimagináveis possibilidades de costuras da vida poderiam ser cerzidas.

Relembro novamente Anzaldúa (2000) - *Escrever para contar ou recontar as histórias não escritas ou mal escritas sobre nós*, “Escrever é uma atividade colaborativa, comunal, e não feita sob um teto todo seu”, pois “[...] fazer significado é um caso colaborativo”, nos disse Gloria Anzaldúa (2021, p.137, p. 138). No processo de tornar-se escritora, Janaína compartilha um pouco de seu processo criativo, algo que se faz exatamente como sugere Anzaldúa. Penso que a autora o faz *em aliança*, ela cria, ela sonha, ela assina essa autoria, mas não o faz sozinha, porque junte dela temos quem ilustra, temos as vivências e experiências da militância, do trabalho como psicóloga, e das pessoas com as quais dialogou no processo de escrita:

Eu começo a escrever por uma necessidade que eu enxerguei entre adolescentes e jovens, de ter uma história feliz contada para idade deles, ou que os acessasse de alguma forma, uma história feliz, esse era o ponto principal, que falasse do amor entre duas mulheres, por exemplo. Isso eu via no meu trabalho na saúde, como psicóloga. E como eu disse, eu nunca tinha pensado em ser escritora, mas eu senti falta dessa ferramenta que num primeiro momento eu fui buscar em contos de fadas, que têm essa coisa doce, essa possibilidade de felicidade, embora também seja limitado, seja um gênero que as pessoas questionem..., mas era um gênero com o qual eu queria dialogar. Eu busco então esse tipo de narrativa, mas como uma ferramenta para o meu trabalho na psicologia. Naquela ocasião, em 2007, eu acabo nem usando, porque eu só começo a escrever mesmo anos depois. O primeiro recurso então, para a escrita da Princesa e a Costureira foram as histórias de vida que eu conhecia como pessoa, como psicóloga ou como militante, foi tentar traçar diversas histórias de percursos de família, e de histórias de vida nas personagens, que são duas mulheres bastante comuns. *Que é isso*, uma das personagens é uma mulher que já havia sido casada e tinha tido um casamento ok, e no segundo relacionamento está com uma mulher, e vem com uma criança, enfim, são várias coisas que eu fui buscar dentro de mim, olhando para as minhas amigas, para a minha história, para a militância... [Fragmento de conversa com Janaína Leslão].

Para além da importância da produção de narrativas dissidentes no campo das artes e literatura, vislumbro um modo de *fazer currículo* nesse processo de criação. Isso acontece frente à escassez, frente àquela ausência que faz a gente guerrear pelo direito de sermos



as primeiras de alguma coisa – primeira pessoa a dizer isso ou aquilo, a pisar num chão, a fincar bandeiras nele, talvez sejamos sujeitas aprisionadas por uma monocultura da escassez. Mas, vejamos, essa monocultura de escassez é ferramenta colonial de apagamento, de sufocamento de corpos, histórias, vozes, sentimentos, movimentos. *Fazer currículos* como quem dança, pinta, atua, corre, dá risada da norma, como combate à escassez.

O primeiro episódio de censura à obra *A princesa e a costureira* foi anterior aos demais eventos pesquisados. Era o ano de 2015, momento em que a crise social e política já se acentuava e grupos conservadores, como o MBL, ampliavam seus territórios de atuação; um ano depois, viveríamos o Golpe ao governo da presidenta Dilma Rousseff. A notícia de que um conto de fadas com uma história de amor entre duas mulheres seria publicado, se espalhou pela rede social *Facebook* gerando mais de dois milhões de visualizações e cerca de mil e seiscentos comentários (Rocha; Oliveira, 2017). Muitas foram as vozes que compuseram o coro contrário à narrativa – mães, pais, educadoras, futuros pais e mães – muitas se identificavam a partir desses lugares de fala. Em uma síntese da análise dos comentários do *Facebook* presentes em texto escrito anteriormente por mim e Érika Oliveira (Rocha; Oliveira, 2017) identificamos alguns dos principais discursos presentes nos ataques à obra e à escritora: ameaça a inocência e pureza das crianças; acusações de exposições de crianças à erotização precoce; vinculação da autora a um partido político específico, no caso o Partido dos Trabalhadores (PT); LGBTI+ apresentadas como sinônimos de sexualização de crianças; alegação de que escolas seriam usadas para difundir essa suposta erotização precoce; defesa da regulamentação da educação domiciliar; desqualificação do país e ameaças à escritora e sua família; tentativa de criminalização da relação entre mulheres associando-a à pedofilia e acusações de que o livro seria um projeto do demônio para acabar com as famílias.

Em 2017, a obra sofreu nova investida de censura. O episódio ocorreu na cidade de Jundiaí/SP, no contexto da Semana da Diversidade Sexual do município; naquela ocasião, a mobilização foi direcionada à uma montagem teatral baseada no livro *A princesa e a costureira*. Produzida e encenada pela companhia *Teatro da Conspiração* de Santo André/SP⁴,

⁴ A peça *A princesa e a costureira* segue em circulação em espaços culturais e bibliotecas do estado de São Paulo, como é possível acompanhar pelo Instagram na companhia Teatro da Conspiração: <https://www.instagram.com/teatrodaconspiracao/>



a peça recebeu uma premiação do Programa de Ação Cultural de São Paulo – PROAC na modalidade de Apoio às Manifestações, com temáticas LGBT, e a partir desse momento passou a circular pelo estado de São Paulo. As ações de censura foram feitas por meio de uma petição online e de manifestações públicas articuladas pelo Grupo Jundiaí pela Vida. As justificativas para o pedido de cancelamento da peça, assim como ocorreu com os demais episódios, esteve centrada em questões sobre “o bem-estar de crianças e adolescentes”⁵.

Janaína Leslão

Figura 13 - Fotografia cedida pela artista – acervo pessoal



“Eu sou Janaína Leslão, eu sou escritora de literatura, de fantasia, voltada para as infâncias, tenho formação em psicologia e exerço a psicologia também. Aliás, foi a psicologia que me levou a ser escritora, sou uma mulher branca, cis, lésbica, nascida no Sul, mas que vivo em São Paulo desde e minha adolescência, e é daqui que

⁵ Informações disponíveis em:

<https://observatoriog.bol.uol.com.br/notician.peca-infantil-com-romancelesbico-causa-polemica-em-jundiai>



isso surge, é de onde faço minha escrita. Sou mãe, por adoção. Eu acho que essa sou eu, eu nunca tinha pensando em ser escritora, mas a vida nos leva, a vida me levou pra esse lugar que eu digo que é a minha militância um pouco mais doce. Eu cheguei inicialmente na militância LGBT, depois feminista e as coisas acabaram me levando pra esse lugar de uma literatura dissidente, com esses textos que fogem um pouquinho da norma. Acho que é isso, essa sou eu.”[Fragmento de conversa com Janaína Leslão].

Infâncias sem corpos

Como se julga uma experiência sem a experiência? Essa questão é linha que costura os episódios dessa *Ficção Endemoniada*. Muita violência pulverizada por corpos ausentes, sujeitos do mundo online. A exposição que não foi vista. A peça que não foi assistida. A performance não experienciada. O livro não lido. As artistas e os debates interditados por sujeitos sem corpos. Ficções endemoniadas que, por serem tão dotadas de corpos, carne, cores livres aquareladas e alegria, geraram espanto. Deixaram os inventadores de violência apavorados. No mundo moderno, com crianças modernas que brincam com bonecas e bonecos sem pênis e sem vaginas, um corpo nu com pênis, rompia o contrato social da racionalidade colonial universalizante já que, balançada a segurança da “ficção universalizante da infância” e da “adultidade”, poderiam fazer morrer uma determinada concepção de criança, adulte e de mundo (Castro, 2002, p. 51). Como conceitua Lucia Rabello de Castro:

A infância moderna, figurada como inocente, frágil, imatura e dependente, alavancou as práticas de proteção e controle, por parte da família e do Estado modernos. Dessa forma, a relação de tutela e dependência a que foi submetida tornou-se um índice do percurso civilizatório universal a ser apoteoticamente realizada no adulto, branco, independente, individualizado, senhor da vontade e da razão. A figuração da fragilidade e inocência da infância só se realizou em conjunção com esta ou outra figuração, a do adulto, racional e autônomo (Castro, 2002, p. 50).

Essa Criança que os movimentos conservadores buscam defender, nas análises de Lee Edelman (2021), vira um símbolo da manutenção da tradição, da não mudança, da conservação do sistema. Para o autor, esse conceito de Criança designa uma perspectiva de “futurismo reprodutivo”, um futuro cisheteronormativo, que estaria sendo ameaçado pelas existências e manifestações das dissidências sexuais e de gêneros. Quando se diz “es-



tamos defendendo nossas crianças”, defende-se, como sugere o autor, também uma ideia de futuro, ou seja, a conservação dessa concepção de Criança garantiria a produção do *amanhã*, um futuro “sem espaço para o queer” (Edelman, 2021, p. 248). Assim, “[...] a batalha contra os queers é uma luta de vida-ou-de-morte pelo futuro da Criança cuja ruína é almejada por feminista, *queers* e aqueles que apoiam o direito ao aborto” (Edelman, 2021, p. 265). “O que significaria, nesse caso, não lutar pelas crianças?” - o autor nos pergunta. Seria talvez, como ele mesmo aponta, abdicarmos da *Criança* como laboratório de futuri-
dade do sistema da diferença sexual.

A invenção da infância sem corpo é o título de um artigo de opinião da escritora e jornalista Eliane Brum, publicado no jornal El País Brasil, em 2018⁶. No texto, Brum problematiza a relação entre o conceito de infância universal, entendida como inocente, frágil, imatura e a relação que essa suposta ideia de pureza teria com o corpo. No episódio de censura à performance *La Bête*, Brum destaca um dos comentários que circularam na internet, na qual a pessoa dizia: “mas era só ter colocado uma bermuda”. A bermuda, nesse caso, “protegeria” a criança de algo, protegeria a criança do corpo do homem nu, do corpo com pênis, do pênis-ameaça. O corpo nu do homem, apresentado como sinônimo de pe-
rigo, ameaçaria essa concepção de infância.

O corpo do homem nu. As infâncias universais em risco. Corpos, gêneros, sexuali-
dades convertidos e ensinados como perigo. Qual a idade certa para se falar sobre as se-
xualidades? Sobre vidas? O que se pode falar para crianças e adolescentes? E quem decide
sobre isso? O Estado, a família, a ciência, a religião, a moral? A concepção moderna de
infância, caracterizada como essa fase repleta de inocência, fragilidade e pureza, foi argu-
mento presente em todos os episódios. Pensar processos e práticas de educação sem juízo,
sugere uma aposta em outras invenções de infâncias. Exige compreendermos a legitimida-
de da participação das infâncias na feitura coletiva de mundos, na produção de saberes e
compreensões de si mesmas, inclusive quando problematizamos a capacidade de crianças
de se autodenominarem ou se autorreconhecerem (Castro, 2002). Como destaca Castro:
“[...] a infância é uma construção de cada grupo social e não um “em si”, uma essência”.

⁶ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/12/opinion/1520873905_571940.html



(Castro, 2002, p. 48). O ato moderno-colonial no qual o sujeito adulto arbitra, define e essencializa a infância, se apresenta como empecilho para imaginarmos outras possibilidades de existências, bem como outros fazeres educativos, ou seja, crianças hetero, bichas, sapatas, viadas ou trans são ficções que nós, adultos, a partir de nossos referenciais históricos, criamos ou, como apontam Couto Junior et al: “Não podemos esquecer que somos novamente nós, os adultos, a definir as experimentações das crianças, através de conceitos, próteses linguísticas etc.” (Couto Junior et al., 2018, p. 61).

Uma política de nomeação. Ou de colonização? Você invade um território, uma história, um corpo, uma voz, você adjetiva ou renomeia aquele território-vida e apaga uma história, num vício fundacionista de autoria. Você funda uma coisa já fundada. Por que precisamos tanto nomear o outro? Anzaldúa ajuda a gente a pensar nisso quando ela reflete sobre a produção de rótulos como, por exemplo, o de “ser uma escritora lésbica”. Nesse caso específico, ela nos aponta a diferença entre ser nomeado ou adjetivado e nomear a si mesma. Nas palavras dela: “nomear a mim mesma, é uma tática de sobrevivência”, mas para os que me nomeiam, a intenção é “marginalizar, confinar e conter” – ela, “a escritora lésbica”, e não “uma escritora” – mas, “[...] o meu rotular a mim mesma é para que a chicana lésbica e todas as outras pessoas em mim não sejam apagadas, omitidas ou assassinadas” (Anzaldúa, 2021, p. 129). Pensando junto com Janaína Leslão ela me diz o seguinte:

De alguma forma quando você nomeia você prende uma trajetória, você dá alguns roteiros; porque talvez, se você não nomeasse, outros roteiros possíveis pudessem se inscrever naquela história e corpo, roteiros inclusive que a gente não pensou até hoje, dia 28 de julho de 2022.

Eu sempre digo que existem tantas possibilidades de nomeação e de roteiros quanto existem pessoas no planeta, então se as pessoas dizem que as letrinhas se desdobram, e as vezes vai ficando até difícil de entender, principalmente pra mim que já tô ficando um pouco velha na militância e no entendimento de algumas coisas, mas são tentativas, eu acho que a gente vai chegar lá em algum momento que não estaremos mais aqui, e talvez se conclua que não existem essas letras [Fragmento de conversa com Janaína Leslão].

No contexto de minha conversa com Bento Leite, quando falamos sobre como foi a relação do Bento criança com as questões de gêneros e sexualidades, ele compartilhou um pouquinho das sensações que o atravessaram:



Pois é, ainda bem que eu sempre desenhei, os meus desenhos são sempre muito marcados, principalmente a coisa do peito, do peitoral...ou a pessoa tá de biquíni ou com o peito de fora, de bermuda ou sunga...porque eu sou de fortaleza também né, indo à praia direto, e vendo muito o corpo das pessoas, o meu corpo, e quando eu me projetava pra me imaginar mais velho, eu não me imaginava uma mulher de biquíni, uma mulher com peitão, não conseguia sabe, você precisa ativar a imaginação sabe, pra criar uma pessoa que não existe ainda [Fragmento de conversa com Bento Leite] Tinha muito os desenhos animados, eu ficava me vendo nos personagens, nos filmes, nos videogames, os meninos, porque a maioria é protagonista né. Mas assim, me procurando também nas meninas, ao mesmo tempo e um pouco confuso com isso. É muito estranho, porque você criança, você não sabe da existência de pessoas trans masculinas, simplesmente não sabe, não vê ninguém que você conhece que é, não é dito. Tipo você acha que são sapatonas né...e aí não é. Quando eu comecei a conhecer foi bem mais velho, sei lá, com uns 30 anos que eu comecei a conhecer homens trans masculinos, comecei a ver eles transicionando, meus amigos, aí eu pensei “meus Deus, como eles são bonitos”, sei lá, é a coisa de taurino também né, essa coisa da beleza - (risos). E aí foi uma coisa de descobrir como o hormônio age, observar os amigos, é muito único o percurso [Fragmento de conversa com Bento Leite].

Ficções endemoniadas perturbam, atacam as normas. São poderosas. São contracoloniais. O sentimento que Bento Leite tem sobre essa sucessão de ataques as artes dissidentes se afina muito com aquilo que também acredito, refletindo sobre alguns dos porquês dessa intensiva de censuras às artes dissidentes, ele me disse o seguinte:

Eu acho que porque é poderoso, é uma resposta de incomodo, elas estão incomodadas com esse tanto de liberdade que é possível né, na música, nas artes. Eu fico pensando na Luiza Sonza e na Anitta, que o povo cai em cima, falam sobre o lance dos corpos delas, como se isso invalidasse o trabalho. Sei lá, é tão absurdo quanto a homofobia, que o próprio corpo, o jeito de andar, vira motivo para o ódio e limitar a nossa vida cotidiana. É bizarro [Fragmento de conversa com Bento Leite].

“A teoria serve quem as cria” (Anzaldúa, 2021, p. 131). As *ficções endemoniadas* também. Elas nos puxam para a criação de gramáticas que nos ajudam a demarcar a existência de corporeidades tantas quantas conseguirmos imaginar, nos puxam para o desalinho, para o desatino. Arte, educação, produção teórica, produção de currículos desajuizados, invenção de cotidianos afetivos. Mais que uma teoria, ou pedagogia, elas sugerem uma mistura, um *cuirizar* das referências e práticas pedagógicas. Sem residência fixa, elas não pertencem à escola, nem às ruas, nem às livrarias e bibliotecas, nem às galerias, elas são nômades. Sem donas. Para flores (2021, p. 97), “[...] *las palabras son archivos políticos de normas y resistências, que albergan cuerpos y deseos, identidades y prácticas, o más aún, que los expulsan,*



*destierran o aniquilan”, e “[...] en la disputa por las palabras resuena un conflicto sexual, racial, de género, corporal y también de classe”. Enquanto uma feminista *prosexo*, flores (2021) nos provoca a, pelo menos de vez em quando, colocarmos o prazer como tópico central do nosso feminismo. E fico me perguntando: qual o lugar do prazer nas nossas práticas educativas? E se falássemos mais sobre o prazer? As *ficções endemoniadas* propõem a desmontagem dos binarismos: centro-periferia, ativismo-academia, prática-teoria, tradicional-erudito, ocidental-não ocidental, homem-mulher, homo-hétero, corpo-mente. Sugerem também a ruptura radical com o erotismo colonial que esvazia corpos-crianças e corpos-educadoris de suas sexualidades e desejos.*

Ficção

*Cuerpo de quiene?/De nosotres!
Derecho de quiene?/De nosostres!
Decisiones de quienes?/De nosotres!
(...)*

*Saquen sus rosarios de nuestres ovaries
Saquen su doctrina de nuestres vaginas
(...)*

*Ni amo, ni Estado, ni partido, ni marido
Ni amo, ni Estado, ni partido, ni marido
Krudas Cubensi**



***Para ouvir:**
"Mi Cuerpo es mio"
Cantante: Krudas Cubensi



Ficção II

A ideologia dos três papas ou uma prosa na fila do banheiro

[Inspiração: Filme *O banheiro do papa* (Uruguai, 2007)]

Sol quente que lasca. Sem nuvem. Poeira no ar. O cheiro é quase um cheiro do próprio pó do dia seco entranhando-se pelas narinas das gentes. Uma fila se monta em frente a estreita porta do banheiro recém-construído. O Banheiro do Papa. O banheiro foi pensado para acolher os dejetos de fiéis e devotes da Santíssima Trindade, foi pensado como meio de garantir o sustento de uma família. Do Banheiro do Papa, Beto tiraria o sustento dos corpos e dos sonhos da família. Na fila do banheiro, estão à espera Joseph Ratzinger (Papa Bento XVI), Karol Wojtyła (Papa João Paulo II) e Jorge Bergoglio (Papa Francisco). Santíssimo encontro! É possível ouvir o somido de suas vozes, é trilingue: “*hola que tal?*”; “*dizien dobry*”, “*guten morgen*”; bom dia! Mal sabiam eles, ali tão bem-vestidos e alinhados em suas vestes papais, quanto trabalho teve Beto para finalizar aquele banheiro. Quantas viagens quilômetros afora e adentro em sua bicicleta juntando tijolo por tijolo. Na corda bamba, imerso nos riscos dos contrabandos. Também estão à espera outras gentes, algunes se dizem homens, outres se dizem mulheres, alguns a gente não sabe como se dizem, se se dizem. No Banheiro do Papa isso não é uma questão.

[Em memória de Eva, Demônia]

Cena 1

[A postos na fila do banheiro, os três papas se ambientam ao clima, aos odores e aos sonidos de vendedores ambulantes e de fiéis e curiosos ali presentes. Para além disso, aguardam sua vez de usar o banheiro]

Ansioso pelo encontro com seus antecessores, Francisco abre a conversa compartilhando os sentimentos que teve quando da entrevista concedida no avião logo após sua visita à Geórgia e ao Azerbaijão em outubro de 2016¹. A visita já trazia por si só, muitos

¹ Entrevista disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/october/documentn.papafrancesco_20161002_georgia-azerbaijan-conferenza-stampa.html



pontos de interrogação acerca das motivações e interesse católico naquelas regiões, uma vez que, se tratava de países com número bastante reduzido de católicos. Seria, como dissera o pontífice, uma jornada ecumênica. Os jornalistas comentavam e o indagavam sobre o conteúdo e códigos de seu discurso, e dois pontos, bastante interligados, chamavam a atenção: a ideia de que haveria uma guerra instaurada contra a família e, segundo, que essa guerra teria como arma mais letal a chamada teoria do *gender* (teoria do gênero); essa arma potente, estaria atingindo diretamente o coração das famílias: o matrimônio.

Jorge Bergoglio

– Sabe, eu venho acompanhando muitos homossexuais ao longo de minha vida de sacerdote. Toda essa gente com tendências homossexuais veio a mim, eu lhes ofereci acolhida. É isso que se faz, acolhe. Nunca as abandonei. Nunca lhes disse “vai te embora pois és homossexual”. O que venho dizendo tem muito que ver com o ensino dessa teoria do *gender*. Certa feita “[...] contava-me um pai francês que, à mesa, estavam a falar com os filhos – ele católico, a esposa católica, os filhos católicos, descomprometidos, mas católicos – e perguntou ao filho de dez anos: ‘E tu que queres ser quando fores grande? – ‘Menina’. E então o pai deu-se conta de que, nos livros escolares, se ensinava a teoria do *gender*” (Francisco, 2016, p. 4). É o que venho dizendo, eu chamo isso de “colonizações ideológicas”. Essa gente quer mudar mentalidades.

– “No ano passado, recebi uma carta de um espanhol que me contava a sua história de criança e adolescente. Era uma menina, uma jovem, e sofreu muito porque se sentia rapaz, mas fisicamente era uma menina. Contou-o à mãe, quando já passava dos vinte anos, aos 22 anos, dizendo que queria fazer a operação cirúrgica e todas aquelas coisas. E a mãe pediu-lhe para não o fazer, enquanto ela estivesse viva. Era já idosa e passados pouco tempo morreu. Fez a operação. É funcionário dum Ministério numa cidade de Espanha. Foi ter com o bispo. O bispo acompanhou-o tanto, um bom bispo: perdia tempo para acompanhar este homem. Depois casou-se: mudou a sua identidade civil, casou-se e escreve-me a carta dizendo que para ele teria sido uma consolação vir com a esposa: ele, que era uma ela, mas é ele. E foram recebidos. Estavam felizes. E, no bairro onde ele morava, havia um velho sacerdote, na casa dos oitenta, o velho pároco, que deixava a paróquia e ajudava as freiras, lá, na paróquia... E havia o novo [pároco]. Quando o novo o via, advertia-o lá da



calçada: ‘vais para o inferno!’”. Quando encontrava o velho este dizia-lhe “desde quando não te confessas? Anda que te confesso e assim poderás ir à Comunhão”. É disso que falo, “A vida é a vida, e as coisas devem-se acolher como vêm. O pecado é o pecado”. Mas a gente acompanha e acolhe cada caso. Mas por favor, não digais “o Papa santificará os transexuais”. Por favor! Que fique claro que não é isso. “É um problema de moral. É um problema. É um problema humano” (Francisco, 2016, p. 5).

– O ponto importante é que não podemos permitir que esse movimento, que essa “colonização ideológica” avance mais. E, quando me perguntam o que penso eu da educação sexual, já disse isso na *Exortação Amoris Laetitia*: “A educação sexual deve ajudar a aceitar o próprio corpo, de modo que a pessoa não pretenda cancelar a diferença sexual, porque já não sabe confrontar-se com ela” (Francisco, 2016b, p. 223).

Joseph Ratzinger

– Nos idos de 2004, quando escrevi a Carta aos Bispos da Igreja Católica² isso já se apresentava como inimigo. Eu já apontava que os discursos que se ancoravam na premissa da emancipação das mulheres, as pautas das feministas, a tentativa de contestação da natureza da mulher na sociedade... Enfim, eu já apontava que esse movimento e ambição pelo poder, por igualar-se ao homem, levaria a uma excessiva rivalidade entre os sexos, levaria a isso que Vossa Santidade percebe como “guerra mundial ao matrimônio”. Na realidade, existe essa corrente antropológica que vem questionando um princípio sagrado da pessoa humana, que é sua natureza biológica, sua essência. Somos homens ou somos mulheres. É imutável. O resto é pecado. Ponto. E tem mais um aspecto muito importante nessa história, esses, os adeptos dessa corrente antropológica, têm destituído de importância o fato “[...] de o filho de Deus ter assumido a natureza humana na sua forma masculina” (João Paulo II, 2004, p. 2). Quando retomamos as Sagradas Escrituras, logo em Genesis já está dito que Deus fez o homem a sua imagem e semelhança. Deus fez o homem e a mulher. Na organização do mundo, Ele ordenou as coisas a partir das diferenças: fez o dia e a noite, os homens e os animais, a luz e a trevas... é isso, ao criar o primeiro homem e a primeira

² Carta escrita por Joseph Ratzinger (Bento XVI) ainda durante o papado de João Paulo II. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboration_po.html



mulher, com base nessa diferença, os corpos humanos são marcados pelo “selo da masculinidade ou da feminilidade” (João Paulo II, 2004, p. 3). Homem e mulher, desde o princípio, estão aí destinados a existir um para o outro, destinados, portanto, ao matrimônio.

– A antropologia bíblica nos convida a enfrentar os desafios que envolvem as diferenças de sexo. O que eles insistem em afirmar é que essa diferença, inclusive no que se refere à sexualidade, não seria natural, ou seja, eles questionam a própria humanidade. Volto a dizer “a sexualidade caracteriza o homem e a mulher, não apenas no plano físico, mas também no psicológico e espiritual, marcando todas as suas expressões” (João Paulo II, 2004, p. 4). Acho que precisamos retomar o que João Paulo II nos dizia na Carta às mulheres nos idos de 1995. Precisamos retomar algo fundamental dentre os valores femininos: a capacidade de gerar a vida. A mulher, por natureza, deve ser pensada como o coração da família. Ela gera a vida. Ela cuida. A feminilidade é essa “capacidade fundamentalmente humana de viver para o outro e graças ao outro”. Isso é divino. É o que deve ser.

Karol Wojtyła

– Em junho de 1995, escrevi uma Carta às mulheres do mundo³, Vossas Santidades conhecem bem. Lembro que a Carta foi transmitida em todas as Conferências Episcopais e teve grande difusão. Era também o ano da IV Conferência Mundial sobre Mulheres, que ocorreria em Pequim. A carta era endereçada à mulher-mãe, à mulher-esposa, à mulher-filha, à mulher-trabalhadora. Ali escrevi sobre quão delicada era a situação das mulheres no campo da sexualidade, reconhecendo os abusos sofridos por elas. Eu reconhecia a gravidade da situação de muitas mulheres. E a Igreja condena veemente tais violências. A Igreja condena também os sistemas de exploração que envolvem o campo da sexualidade, como por exemplo a prática de comercializar o próprio corpo. O corpo é manto sagrado. Fiz questão de louvar àquelas mulheres que, mesmo vítimas de relações sexuais não consentidas, optavam por seguir gerando vidas advindas desses atos. Eu louvava sua bondade e capacidade genuína de amar. Eu saudava essas mulheres que entendiam que a escolha do aborto, mesmo nesses casos, era pecado grave. Também fiz questão de cumprimentar cada

³ Disponível em:

https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1995/documents/hf_jpii_let_29061995_women.html



mulher educadora, pois essa capacidade de se dedicar e se dar ao outro, é algo precioso da feminilidade. As mulheres “realizam uma forma de maternidade afetiva, cultural e espiritual”. Eu dizia, “é no doar-se aos outros na vida de cada dia, que a mulher encontra a profunda vocação da própria vida, ela que talvez mais que o próprio homem vê o homem, porque o *vê com o coração*” (João Paulo II, 1995).

Joseph Ratzinger

– Minha memória não falha. Lembro que, em 1997, Dale O” Leary publicou a primeira versão do seu livro “*The gender agenda: redefining equality*”. O” Leary vem fazendo parte de minha equipe de conselheiros. Ali, ela nos apresenta direitinho o inimigo, o que ela chama de ideologia feminista radical. O inimigo fantasiado de cordeiro. O próprio anticristo. Chamo de inimigo, porque estão agindo contra princípios inegociáveis para nós. Direitos Universais. “A família fundada no matrimônio deve ser cuidadosamente protegida e promovida como fator essencial da existência” (Conselho Pontifício para a Família, 2000, p. 6)

– E foi muito inspirado em seu trabalho teórico e em sua militância fiel às escrituras sagradas que elaboramos em 2000 “Família, matrimônio e uniões de fato”⁴. Precisamos apontar as diferenças entre uma família fundada no matrimônio sagrado e as chamadas uniões de fato.

O aspecto principal é que “família e vida formam uma verdadeira unidade que deve ser protegida pela sociedade, posto que é o núcleo vivo da sucessão (procriação e educação) das gerações humanas” (Conselho Pontifício para a Família, 2000, p. 6, 2000, p. 5). Outro ponto é que “a igualdade perante a lei deve ser orientada pelo princípio da justiça, o que significa tratar o igual como igual e o diferente como diferente; ou seja, dar a cada um o que lhe é devido em justiça” (Conselho Pontifício para a Família, 2000, p. 6, 2000, p. 6). O que os adeptos dessa teoria do *gender* entendem como direitos democráticos, pensamento laico, amor livre, é um ataque direto à instituição familiar, um ataque “político, legislativo e administrativo”. Precisamos cuidar do tecido social. “Há que se levar em conta que a pro-

⁴ Disponível em:

https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_family_doc_20001109_defacto-unions_po.html



criação é princípio genético da sociedade, e que a educação dos filhos é lugar primário de transmissão e cultivo do tecido social, assim como o núcleo essencial da sua configuração estrutural” (Conselho Pontifício para a Família, 2000, p. 6, 2000, p. 7- 8).

– E é isso. Equiparar o matrimônio às relações homossexuais, legalizar a adoção por parte de dois homens ou duas mulheres, a epidemia do divórcio. Isso tudo é deletério.

Cena 2

Eva

[De soslaio, a escuta da santíssima prosa na fila do banheiro, uma quarta personagem tem sua mente envolta numa teia de palavras-sentimentos-conceitos]

Deus. Filho. Pai. Espírito Santo. Mãe. Cada coisa em seu lugar. Diferentes. Complementares. Homem. Mulher. Singulares. Complementares. Mulher. Pecado. Homem. Matrimônio. Criança. Família. Coração. Vocação. Mas, sobretudo, Útero. O útero de Eva. Útero “original”. Órgão poderoso que abriga os passos todos do mundo. O mundo não anda sem o útero. O mundo não é mundo sem o útero. A humanidade não existe sem o útero. Mas, do que falam vossas santidades nessa prosa? E por que tal prosa foi trazida para este texto?

Antes de responder à questão acima, gostaria de pensar um pouco sobre o útero ou, como sugere Paul Preciado (2020), sobre as políticas do útero. Na análise de Preciado sobre as políticas de direitos sexuais e reprodutivos no contexto espanhol, um ponto destacado é a grande investida do governo sobre o controle do útero como estratégia de garantir uma espécie de soberania nacional. No slogan “meu corpo, minhas regras”, tão familiar nos espaços de reivindicações de pautas feministas, observamos o desenho desse campo de disputas. O Estado tenta manter sua gestão sobre o órgão que, diferente de todos os outros órgãos, não tem nada de privado. O slogan em voga é, na verdade, “meu corpo, suas regras [do Estado]”. O útero seria visto, conforme Preciado (2020, p. 98) como uma “cavidade potencialmente gestacional”, “o útero não é um órgão privado, mas um espaço biopolítico de exceção, ao qual não se aplicam as normas que regulam o resto das cavidades anatômicas”. Assim, como órgão de exceção, o útero não é gerido da mesma forma que os rins, pulmões,



estômago etc. Esses são órgãos privados. Seria mais simples dizer “da minha bexiga cuidado eu”, “do meu pulmão, cuidado eu”, “do meu estômago, cuidado eu”. Do útero, cuidam o Estado, a Igreja, a indústria médica etc. Como diz Preciado (2020, p. 98): “o corpo das mulheres [e corpos com útero] contém dentro de si um espaço público”.

Agora sim respondo à questão feita no início deste módulo. Como a intenção, nesse momento, é conversar com vocês sobre a conjuntura sociopolítica sobre a qual emergiram os discursos e políticas antigênero no contexto brasileiro, achei pertinente expor a cena ficcional apresentada. A prosa na fila do banheiro apresenta uma breve síntese do debate sobre as questões de gêneros, sexualidades e direitos sexuais e reprodutivos no âmbito da Igreja Católica. Para muitas das autoras com as quais dialoguei e, em especial a partir do diálogo com Junqueira (2018), Miskolci (2018), Miskolci e Campana (2017), Corrêa (2017; 2018) e Corrêa e Kalil (2020), há um quase consenso sobre o momento em que aquilo que conhecemos popularmente como ideologia de gênero passa a ser gestado. Esse “útero” seria a Igreja Católica. A cena que abre essa escrita foi ficcionalizada a partir da leitura e interpretação de alguns documentos oficiais da Igreja Católica e de uma entrevista do Papa Francisco publicada no ano de 2016.

Desta cena, gostaria que tivéssemos em mente alguns pontos centrais, não há nenhuma intenção de esgotar esse debate, nem mesmo de fazer uma genealogia sobre ideologia de gênero no Brasil. Penso que esse trabalho já foi feito por várias pessoas e de maneira bastante aprofundada (Corrêa; Kalil, 2020; Corrêa, 2018; Junqueira, 2018; Miskolci, 2018; Miskolci; Campana, 2017). Conforme nos apresenta Junqueira (2018), para grande parte das pesquisadoras que investigam a temática, a terminologia ideologia de gênero tem o selo do Vaticano. Seria uma invenção católica que nasce nos anos 1990 e se difunde no início dos anos 2000. As reações da Igreja Católica a debates e documentos assinados no contexto da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, ONU, 1994) e Conferência Mundial sobre as Mulheres (Pequim, ONU, 1995) são apontadas como marco dessas investidas. É no contexto da Conferência sobre as mulheres em Pequim que o termo mulher é substituído pelo termo gênero, alargando as possibilidades de pensarmos justiça social para além do conceito de mulher e para além de uma perspectiva apenas ancorada nos binarismos de gênero.



Junqueira (2018) identifica nos setores ultraconservadores da Igreja Católica a matriz dessa retórica antigênero que, para nós, se populariza pela expressão ideologia de gênero. Falo de uma retórica que se pauta na retomada e preservação do sistema da diferença sexual (Preciado, 2020b) em seus moldes primários, no qual as concepções de corpo, sexualidades, gênero, geração, família, raça estão em conformidade com a norma cis-heteropatriarcal colonial hegemônica que se baseia na hierarquização das diferenças entre as gentes. Temos, portanto, uma agenda moral eclesiástica, que atua em rede, envolvendo não somente agentes clericais, mas também seculares que partilham das mesmas crenças. Essa agenda moral tem como pauta central combater os direitos sexuais e reprodutivos, uma vez que, políticas voltadas para a saúde sexual e reprodutiva de mulheres e meninas atuam exatamente contra os chamados princípios inegociáveis, ou seja, a diferença entre os gêneros como algo natural e imutável, a complementaridade entre os gêneros como destino, o matrimônio e a reprodução como deveres. A partir desse eixo central vemos emergir outros campos de disputas: a discussão sobre descriminalização do aborto; acesso a métodos contraceptivos, principalmente no que se refere a esse acesso para adolescentes e jovens; implementação da educação sexual nas escolas, legitimação de arranjos familiares plurais; direito à livre expressão dos gêneros e sexualidades (Junqueira, 2018).

Se, como sugere o Papa Francisco, existe uma guerra mundial contra o matrimônio e à família, a responsabilidade por fazê-la emergir é atribuída a uma rede de agentes. Existiria uma coligação entre correntes do marxismo cultural, comunismo, socialismo, ambientalistas, feminismos, em prol da difusão da chamada ideologia de gênero. Essa associação entre movimentos antigênero e discursos anticomunistas, fica ainda mais evidente quando olhamos para o cenário da América Latina (Miguel, 2016). Os argumentos que se farão presentes em documentos oficiais, religiosos, redes sociais e comentários de internautas anônimos robóticos, insistirão nessa tecla: “não à ideologia de gênero”, “não ao comunismo”, “sim à família”, “não ao aborto”, “sim à vida”.

Ressoa. Ecoa. Reverbera. Acorda o imaginário das pessoas. O discurso é lançado e, ao encontrar um campo favorável, se instala, se desenvolve e se recria. Após longo processo de maturação e elaboração teológica, o discurso passa por uma mutação, ganha corpos, braços, tentáculos. A pesquisadora Sonia Corrêa lança a ideia de pensá-lo a partir da figu-



ra da Hidra, criatura mitológica, antiga, adaptável, ela tem várias cabeças que se nutrem e renascem mesmo após serem decepadas, seriam o que autora denomina hidras antigênero (Mesa Redonda, 2021). Suas múltiplas cabeças se nutrem de sentimentos e temores de grupos diversos, há uma espécie de cola simbólica, colam-se emoções, medos, bordões, pautas morais, pautas do senso comum. Pessoas múltiplas se apropriam do termo e o propagam. Telefone sem fio. Conceitos esfiapados. O discurso ganha sustentação e apoio social ao colar-se à ideia de defesa do bem-estar e segurança de crianças. Nesse processo de rechaço à teoria/ideologia de gênero, assistimos ao esvaziamento do termo gênero, o mesmo é reduzido a uma ideia equivocada que ignora sua história e seu campo teórico de debates, vemos um deslocamento do campo científico e político para o campo da moral.

A agenda antigênero passa a ser difundida pela matriz católica, ganha a cena pública e encontra no caminho outros adeptus que passam a compor uma rede reacionária contrária às questões de gênero – nesse caminho, somam-se vários grupos religiosos como os evangélicos neopentecostais e não religiosos, como é o caso de grupos como Movimento Brasil Livre - MBL, dentre outros (Miguel, 2016; Moura; Salles, 2018). Para Junqueira (2018), embora esses grupos não sejam os precursores do sintagma “ideologia de gênero”, no contexto da América Latina, eles são fundamentais na difusão da ideia e no impulsionar de movimentos propagadores de discursos antigênero.

De modo geral, a população é chamada a combater a ideologia de gênero que estaria sendo propagada por feministas, LGBTI+, amparadas por organismos internacionais e partidos políticos de esquerda (ou comunistas) que estariam investindo no projeto de implementação dessa ideologia nas escolas e no fim da família. Ponto. O termo gênero passa a ser apresentado como uma ameaça às diferenças sexuais “naturais” e aos papéis naturais que homens e mulheres teriam na sociedade. É como se existisse em curso, um grande plano, para acabar com a família natural e heterossexual. Para a matriz católica, essa seria uma ameaça direta às crianças, portanto a formação da sociedade.

Um dos desdobramentos desse efeito telefone sem fio, como já mencionei, seria uma espécie de esvaziamento do conceito de gênero. Há um questionamento dos estudos de gênero enquanto campo epistemológico legítimo. Teoria vira ideologia. Seja teoria ou ideologia, segundo Junqueira (2018), atuarão como categorias de mobilização política. Co-



nexões entre o termo e a ONU, organizações marxistas e comunistas, criação do monstro inimigo comum. Crianças. Educação. Ataques ao currículo e a autonomia docente; a educação vai aparecer como campo central dessa disputa. A sociedade é intimada por esses grupos a vigiar os espaços escolares formais, espaços educativos, os currículos, docentes e, denunciarem as possíveis ameaças de propagação da perigosa ideologia. Crianças precisam de escolas “sem gênero”, precisam ser protegidas da ameaça.

Nessa articulação ecumênica, acompanhamos um processo alinhavado por vários agentes e grupos que se aliam em defesa de uma ideia de família, uma família tradicional. Reafirmam em suas pautas a diferença sexual como justificativa para hierarquizar pessoas. A ofensiva antigênero constrói uma maquinaria político-discursiva em rede e muitos discursos contribuem para alimentar o pânico moral e instalam um movimento de moralização da sociedade (Junqueira, 2018; Miskolci, 2018). Como destaca Junqueira (2018, p. 457), “Em geral, movimentos antigênero preconizam uma política ancorada no fundamentalismo religioso, hiperconservadora no terreno da moralidade privada”. A conexão entre agentes diferentes e até antagônicos, como católicos, evangélicos e laicos, alavancam a retomada da moralização conservadora da sociedade. Esses agentes que, em outros contextos, atuaram em movimentos opostos, uma vez que, disputam poder e espaço social, passam a atuar juntos, de forma colaborativa (Côrrea; Paternotte; Kuhar, 2018, p. 6). Num giro para além de nossos próprios contornos fronteiriços, é possível, a partir da leitura dessas autoras, apontar que a ofensiva antigênero é um fenômeno de caráter transnacional. De 2012 para cá, assistimos a uma série de eventos que nos permitem tal afirmação. Manifestações contrárias às uniões entre pessoas do mesmo sexo na França, Espanha e outros países da Europa, crescimento das campanhas contra a ideologia de gênero na América Latina a partir da formação de uma rede de atores diferentes e divergentes. Observa-se que, de alguma forma essa pauta os une. Católicos, evangélicos e laicos juntas em prol de um objetivo comum ou, cada uma com seus interesses prioritários, mas uma coisa é fato: estão juntas nessa.

Miskolci (2018) localiza como marco inicial desse deslocamento da cruzada antigênero para a América Latina, a Conferência Episcopal da Igreja Católica do Peru, no ano de 1998. Naquela ocasião a Santa Sé se preparava para combater os “perigos” da chamada



ideologia de gênero e organizava sua reação ao avanço das pautas dos direitos sexuais e reprodutivos e, especificamente, à inserção do conceito de gênero nos acordos internacionais, resultantes das Conferências da ONU. Um segundo marco, de acordo com Miskolci e Campana (2017) seria a realização da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe realizada em 2007, na cidade de Aparecida/SP. A presente conferência teve como resultado a publicação do Documento de Aparecida, que marca a instauração da “guerra” à ideologia de gênero na América Latina.

Ainda em diálogo com Miskolci (2018), o autor aponta como impulsos do pânico moral no contexto latino americano, dois fatos: o reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo na Argentina, em 2010 e no Brasil, em 2011. Nesse mesmo ano, tivemos uma série de debates no Uruguai, envolvendo a presença do termo gênero no Plano Nacional de Educação uruguaio. No Equador, em 2013, acompanhamos o presidente Rafael Correa denunciar a ideologia de gênero como mecanismo de destruição das famílias. A partir de 2014, acompanhamos esse movimento se espalhar e ampliar seu coro por vários outros países como Colômbia, Costa Rica e Brasil⁵. Marca bastante as memórias de nós, pesquisadoras das dissidências sexuais e de gênero, os ataques contra a filósofa Judith Butler no ano de 2017, quando estive em São Paulo (Junqueira, 2018). Na análise de Corrêa, Paternotte e Kuhar (2018) os grupos católicos da América Latina tiveram papel importante da difusão do pânico moral e promoção de ações políticas antigênero e, fizeram seus movimentos com foco no debate contrário a descriminalização do aborto. Nessa atuação em rede transnacional, dos solos sagrados do Vaticano, com a bênção da Santíssima Trindade, o “Selo Vaticano de qualidade” passa a ser emitido também pela América Latina e se converte em forte tecnologia política de controle.

⁵ Para conhecer melhor esse panorama ver documentário *Gênero sob Ataque*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Aj3St_zUM7M



Cena 3

[Já passa do meio dia. Aliviados após o uso do banheiro, os três papas estão a postos para oferecerem a sua bênção aus milhares de fiéis que os aguardam há dias. Eva se apresenta na primeira fila, ela aguarda esse dia com grande ansiedade. Enquanto isso, Beto, sua esposa e filha, se revezam no atendimento e higienização do banheiro. A fila se renova a cada instante e, contente, Beto sorri para si mesmo, como quem se parabeniza por tamanha genialidade. No fim, o Banheiro do Papa garantiria o sustento da família, a compra da motocicleta e talvez um impulso inicial para o custeio dos estudos da filha].

O diálogo ficcional às portas do Banheiro do Papa teve a intenção de provocar a reflexão sobre os principais elementos dessa batalha por hegemonia política que envolve as disputas em torno das questões de gêneros, sexualidades e direitos sexuais e reprodutivos em âmbito transnacional. Batalha esta que se dá em campos epistemológicos, ontológicos e taxonômicos (Preciado, 2020b) e, cuja passarela performática principal, será o campo da educação. A escola tem sido colocada no centro do debate público que envolve essas disputas. Defesa da família tradicional. Defesa da criança. Defesa da primazia da família na educação sexual e religiosa dos filhos. Defesa da regulamentação da educação domiciliar para assegurar a posição da família como única responsável pela educação das crianças (Miguel, 2016; Junqueira, 2018). Ataques renomeados de defesa. Uma série de investidas políticas que orbitam ao redor dos conceitos de criança e infância.

Ficções Endemoniadas

[Artivismos das dissidências sexuais
e de gêneros, censuras, educação]

O que existe de mágico na arte é que ela eleva e amplifica nossa voz. Às vezes isso se dá literalmente, com um microfone e altofalantes. A arte é uma máquina de fazer milagres. Cria realidades alternativas, e isso é extremamente útil quando temos uma crise e nos deparamos com a falta de imaginação política.

Nadya Tolokonnikova



Aviso

Das conversas que tive com Bento Leite, Janaína Leslão e Wagner Schwartz nasceram essas ficções endemoniadas. Inspiradas em movimentos reais, conversas virtuais, pesquisas documentais e um pouco de ficção. Meu encontro com Renata Carvalho se deu no campo da invenção, do preenchimento de lacunas. Nos comunicamos por e-mail por meses, mas os ventos sopraram em sentidos que impediram que nossa conversa se desse como planejado. Então, eu inventei nosso encontro. Eu criei nosso encontro fazendo uma imersão em trinta e duas entrevistas concedidas por ela (em periódicos e canais do YouTube), nos diálogos com seu livro-peça *Manifesto Transpofágico* (2021) e no encontro com o documentário *Corpo sua autobiografia*. Além disso, nos encontramos pessoalmente quando em 2017 assisti à peça *O evangelho segundo Jesus, Rainha do céu*.

Antes de um encontro, de uma conversa, de uma festa, a gente costuma se banhar, se preparar, escolher uma roupa bacana, um brinco interessante, até passar aquele batom. Ainda mais quando, no online, só existimos ombro acima. Mas para além desses rituais, minha preparação para essas conversas se deu também depois de um mergulho nas histórias dessas artistas e das experiências vivenciadas por elas. Cada *antirroteiro* foi elaborado com base nos registros das notas de pesquisa produzidas a partir de entrevistas e falas das artistas ao longo dos últimos anos.

Embora eu as tenha encontrado individualmente, o caminho de *CUIRadoria* aqui realizado previa que elas pudessem se encontrar. Que elas também conversassem. Se curadoria vem de curar, então essa *CUIRadoria* faz uma espécie de ritual ficcional de cura por meio da promoção desses encontros. Renata retorna a Garanhuns, uma das cidades que censurou seu trabalho, lá ela encontra e conhece Bento. Wagner retorna ao Museu de Arte Moderna de São Paulo, lá ele encontra e conhece Janaína.

[As escritas apresentadas em *itálico* ao longo desse módulo são fragmentos das conversas que tive com cada uma das artistas. Por meio do exercício de remontagem das narrativas, os encontros aconteceram].



I Bento Leite se encontra com Renata Carvalho

[Inspirado em episódios reais, pesquisas documentais, um pouco de ficção e conversa virtual]

[O Evangelho segundo Jesus, Rainha do céu]

Renata Carvalho

[“Crianças Viadas”]

Bento Ben Leite

Garanhuns/PE. Clima frio, chuva fina. Ruas ocupadas por cortejos de maracatu rural e samba de roda. Renata Carvalho retorna à cidade na qual, anos antes, tinha vivido um dos episódios de violência e censura ao seu trabalho – a apresentação da peça *O Evangelho segundo Jesus, Rainha do céu*. Ela caminha pelas ruas pensativa, em breve fará a apresentação de seu mais recente trabalho, *Manifesto Transpofágico*, e é inevitável que as memórias do antes se entranhem em seus pensamentos-sentimentos.

Em um pequeno café de esquina no centro da cidade, Bento Leite, artista visual, saboreia uma bebida. É a primeira vez que Ben visita à cidade, vem a trabalho, uma de suas obras foi selecionada para o Festival de Inverno de Garanhuns — FIG. Ele tinha marcado de se encontrar com Renata. Ele a espera.

Cena I

[“um corpo em pé no meio do palco está parado, sem se mexer, como um manequim. A luz contra o fundo revela a silhueta. Esse corpo está apenas de calcinha, com voz suave e calma, ao microfone”(Carvalho, 2021, p. 7). Teatro lotado. Na primeira fila, Bento sente seu corpo, seus pelos arrepiarem, ele olha fixamente para o palco].



Renata Carvalho
[no palco]

“Este é o meu corpo.

Letreiro pisca: **TRAVESTI**. Este letreiro piscará outras vezes ao longo da apresentação.

Pausa.

Neste momento eu deveria me apresentar, dizer nome, talvez idade, quem eu sou, todo esse *mise en scène* que uma apresentação necessita, mas não vou fazer isso hoje porque faço sempre, e sempre pouco importa.

O meu corpo (**TRAVESTI**) sempre chega antes, na frente, como um muro, um *outdoor* ou um letreiro piscante, independentemente de quem eu seja ou do que eu faça, mesmo eu existindo a partir de 1981, com impressões digitais únicas, RG tal, CPF tal, certidão de nascimento e não importa o nome escrito.

Não achem que é falta de educação de minha parte ou falta de tentativas, confesso que às vezes só não falo, mas também (diminuindo/perdendo a voz a cada repetição) grito, grito, grito, grito, grito muito, (quase inaudível) grito até cansar. (pausa).

[...]

Meu corpo travesti veio antes de mim.

Eu sou uma travesti ” (Carvalho, 2021, p. 8).



Bento Leite

[Na plateia. Com olhos marejados, vozes-pensamentos o visitam nesse momento, interrompem sua concentração, atrapalham sua entrega para o espetáculo. Mas é impossível afastá-las]

— Eu. Eu criança. Eu menino moleque de biquíni-calcinha iluminade de sol pé na areia correndo alegre na praia. Eu menino moleque menino menino. Eu correndo pela areia em meio a corpos parecidas com os autorretratos que eu desenhava na infância para curar meu tempo-memória de infância por vir. Meu pequeno corpo criança sem lugar. Meu corpo. Minha corpa. Meu nome. Não é que eu tenha desgostado deles. Mas penso, nesse momento, na gestação do meu corpo, do meu nome, de mim. Meu corpo, meu nome, eu também os pari. Eu os fabriquei. Desde a infância em desenhos ralos crus coloridos. Eu os fabriquei.

São minhas obras. Eu também me pari.

Renata Carvalho

[no palco]

“É menino ou menina? É exatamente a partir dessa resposta que nossas vidas são decididas. É a partir dessa resposta que o mundo dirá o que somos, quem somos e, principalmente, o que podemos ou não fazer.

[...]

O teatro está tomado pela cor AZUL.

Chupeta, chocalho, mamadeira, carrinhos, bichinhos de pelúcia... (de maneira doce, como falaria a um bebê) Boneca nããããão... (pausa)

Peão, bola, arma, jogo de botão, mais carrinhos. Comando em Ação... (de maneira rude)

Boneca não.

(pausa)



Bola de gude, skate, polícia e ladrão, bafo, mama mula, bola, arma, ferramentas, super-heróis, colecionar álbuns das seleções brasileiras, mais carrinhos, mais armas, futebol... (mais rude) Boneca Não!

[...]

Corpo menino Educado. (TRAVESTI)

Corpo frágil. (TRAVESTI). Corpo afeminado (TRAVESTI)

Corpo criança viada. (TRAVESTI)

(de maneira rude) Senta direito, menino. Senta que nem homem.

Eu nem sabia como estava sentando”.

(Carvalho, Renata, 2021, p. 14-15)

Cena II

[No camarim, Bento e Renata se olham, se aproximam e se abraçam por mais de 30 segundos. Silenciosos segundos. Combinam de se encontrar num café-bar na esquina do teatro].

Renata adentra ao café e logo identifica Bento em uma mesa redonda de dois lugares num canto próximo à janela. O *drink* já estava no fim. Ao vê-la ele se levanta, a cumprimenta e sorri com alegria. Depois de pedirem mais bebidas e comidas a prosa se inicia.

Bento

— Enquanto eu te via-sentia ali no palco, a emoção cruzava todo meu corpo. Em alguma medida, parecia uma contação de mim naquela história, na sua história. E hoje, quando olho para meu trabalho, eu consigo entender que [...] *essa vontade de produzir, ela vem muito da falta que existe, de representatividade, de pessoas como nós, como meus amigos, pessoas reais. Porque parece que nós não existimos na ficção, é bizarro e mentiroso na verdade, é só uma ficção mesmo.*

— Na minha experiência, eu vejo que [...] *essa série da “Criança Viada” foi muito nessa vontade, de estar na história da pintura, crianças que eu nunca vi, essas identidades dissidentes. Aí foi o*



bafafá que foi relacionado a assédio, abuso de crianças, por parte da direita; mas é, sempre vai ser criminalizado por eles, por algum meio, e é bizarro relacionar uma identidade com crime sexual.

— E eu fiquei aqui me perguntando como foi pra você voltar nessa cidade, estar aqui depois de tudo o que aconteceu em 2018, de toda a violência que vocês viveram aqui.

Renata

— “Tem uma frase da Jo Clifford na peça Rainha Jesus que ela diz “pense poeticamente”. Então é um pouco isso, as pessoas não sabem o que é uma metáfora, elas acham que uma cobra fala, elas acreditam literalmente que a mulher veio da costela do Adão e que havia uma arca de Noé, é isso” (Jornal do Comércio, 2017).

— Quando eu reflito sobretudo, ainda me vem um gosto marrento na boca, sabe? Muitos fantasmas. Mas, sobretudo, a coisa de que “Eu não posso ser Jesus porque meu corpo não pode, o meu corpo travesti é pecado para ser Jesus”, “Eu não sou a imagem e semelhança de Jesus, todo mundo é, menos eu – menos nós” (Brasil de Fato, 2018).

— Mas eu sei que, ao mesmo tempo... a Rainha Jesus, penso que foi um marco, pois levantou debates, ao mesmo tempo no teatro-arte, na política, na religião, no judiciário e na educação. Mas... e você, como que você entendeu o que ocorreu contigo naquele momento?

Bento

— Eu senti medo. Demorei um pouco pra entender. *A Adriana Varejão processou na época, quem relacionou ela com zoofilia. Aí eu não tinha nem o dinheiro e nem a coragem. Tipo, eu tenho medo de morrer, de ser espancado, ou algumas pessoas do meu convívio, ou minha família... eu tive muito medo, quando aconteceu eu me escondi, eu fiquei muito em casa, não fui pra exposições, nem pra evento, nem nada. Já teve jornalista que fez entrevista e na hora de publicar saiu uma coisa deturpada, uma coisa cortada, foi uma experiência bem ruim na época, porque não era sobre meu trabalho, era sobre crime, sei lá...foi relacionado com uma coisa muito perversa, e isso não é o meu mundo, eu não sou uma pessoa pra ser investigado na CPI da pedofilia sabe. E quase que eu tive que ir depor lá, o curador teve que ir.*



— Na época da censura à exposição e ataques ao meu trabalho, eu morava em Brasília. *Eu estava lá e fiquei com meus amigos, minha mãe morrendo de preocupada. [...] eu tinha medo até de expor minha namorada na época, eu ficava apagando fotos nossas, do rosto e tal...aí depois, quando eu fui vendo que já tava mais de boa, eu fiquei mais à vontade nos eventos, exposições...Porque é isso, essas pessoas estão lá na casa delas e no celular, elas não frequentam o meio das artes, então é como se fosse uma coisa meio fantasmagórica, “a pessoa da internet” que fica falando coisas horríveis, sendo que ela nem existe na vida real.*

É estranho.

Bento

— [...] eu conversei com o pessoal do educativo da exposição quando eu fui lá, e tem um rapaz que eu mantive contato e ele me contou que já tinha ido grupos de crianças na exposição e elas ficavam super animadas [...] E as minhas telas... elas adoravam, elas sorriam. Meus trabalhos tinham como intenção promover um diálogo sobre bullying, sobre homofobia, transfobia na infância...essa era a proposta no programa educativo da exposição, sabe?

Renata

— Você acha que nesse processo todo muda, em alguma medida, o olhar das pessoas para as artes visuais, ou o lugar dessas questões no campo das artes? Porque esse é meu ativismo sabe, quero que mais pessoas acessem o teatro e quero que nós, pessoas trans, travestis estejamos lá, no palco, na plateia, assim como nas escolas, nas universidades...por isso eu falo tanto de representatividade (Teatro em Cena, 2018).

— Você teve apoio da classe artística?

Bento

— Não sei se mudou o olhar das pessoas não. Porque do lado da classe artística eu recebi muito apoio, mas ao mesmo tempo eu fiquei sem saber quem eram as pessoas do próprio campo artístico que não apoiam. Mas das pessoas que não são desse meio não sei, talvez pegue mal, talvez elas pensem “ai, todo artista só quer saber dessas coisas, das crianças sendo viadas, dessas baixarias”.



— *E em 2017, eu tinha 27 anos e foi o meu retorno de saturno, aí foi realmente uma reviravolta sabe, na minha vida e na carreira mesmo, no estudo. De ter aparecido muito, aí surgiram muitas oportunidades, a partir disso, das pessoas conhecerem o trabalho. E isso foi bem legal. Mas teve tudo isso. E... eu tô vivo né. Eu sobrevivi [risos]. Graças a Deus e à terapia.*

Renata

— Eu entendo a questão da visibilidade. Mas acho que “[...] a censura não traz benefícios nunca, eu fui ameaçada de morte por quatro anos, já precisei de colete a prova de balas, presença da polícia, me adoeceu, gerou depressão, pânico”, não consigo pensar que tem algo bom aí sabe...e já me questionaram sobre isso. Acho que “Quando censuramos a arte, censuramos o pensamento crítico” (Porto Cênico, 2021).

— A arte sempre está conectada, em alguma medida, a uma dimensão política. Nós tivemos muitos episódios de censura ao longo da nossa história, mas nesse momento que a gente vive, de 2015 pra cá, porque você acha que a arte foi tão atacada, principalmente quando envolve ou desperta o debate para temas como gêneros, sexualidades...e não só esses.

Bento

— Sobre essa interconexão entre arte, política e censura, [...] *eu acho que porque é poderoso, é uma resposta de incomodo, elas estão incomodadas com esse tanto de liberdade que é possível né, na música, nas artes.*

Renata

— Eu fico pensando... Tem essa dimensão da experiência, de tudo que você viveu, os medos, tudo isso que vem quando a gente é colocada nesse lugar de “criminalizada”. E, em meio a tudo isso, você também viveu um processo de transição né, ou melhor, de percepimento de si. A Neon Cunha tem usado a palavra percepimento e não transição, e eu tenho me identificado (Tv 247, 2018).



Bento

— Sobre meu processo de percebimento. *Sim. Depois da Queermuseu eu comecei a terapia... eu me vejo hoje recuperado de um período muito depressivo, que precisava de tratamento sabe, pra sobreviver mesmo. Uma coisa que, sei lá, eu vivia num mundo imaginário quase, e agora é diferente. O meu corpo está mais presente, minha consciênciã né. Aí foi muita terapia mesmo. E remédio. E aí a transição agora, hormônios, uma transformação, uma loucura. Me sinto feliz de ainda tá aqui, inclusive...não sei se tu é das astrologia [risos]...*

Renata

— [risos]. Inicialmente, quando eu estava me percebendo, pesquisando quem eu era, eu não queria ser travesti. Eu não queria ser travesti. Na verdade, era medo do que ser travesti representava...não foi simples não (Itaú Cultural, 2018). “Em 2007 eu não sabia quem eu era, então eu fui procurar nos livros, assim começa a minha travesteca” (Casa 1, 2020). E... “a arte me salvou, mas a educação tem me salvado também (Sanatório, 2020)”. Eu venho, ao longo dos anos, criando esse acervo de obras e produções de pessoas trans, travestis, LGBTQI+, de narrativas dissidentes. Daí vem também esse entendimento de que eu sou uma transpóloga, como costume dizer. Batalho para que também possamos ter essa dimensão, esse direito de pensar e saudar nossas transcestralidades.

— Eu penso muito na educação sabe. Porque entendo que as travestis precisam estar primeiro nas escolas, inclusive porque, muitas vezes, nós temos nosso direito à “família” negados. Pra você como tem sido essa questão do acolhimento, das redes...seja de famílias, seja redes de pessoas transmasculinas.

Bento

— Pois é, [...] minha família foi muito importante. Principalmente, porque se não fosse minha família seria muito mais difícil. Por isso que o meu nome é o meu nome – “Bento”. Eu fiquei assim, “ai, eu realmente fui abençoado pra estar aqui nesse momento ainda”, porque os trans masculinos né, “tudo fudido da cabeça”, aí com os anos passando eu fui vendo isso também, e fui me identif-



cando com essas pessoas, e é isso, tem que cuidar muito da cabeça; LGBT em geral, têm a cabeça lascada. É isso, a gente tem que cuidar.

— Quanto às redes trans. Tenho, eu tenho amigos. Inclusive eu tô estudando audiovisual agora, na Vila das Artes aqui em Fortaleza, e tem cotas para trans, e é bem legal porque tem vários meninos trans na sala, alguns que eu já conhecia, outros não, e aí é massa. São dois anos de curso. [...] tenho amigos que são artistas e trans masculinos, e o Instagram facilita muito essa rede. A gente troca, registra e compartilha as mudanças...é muito importante pra existir né, saber que existimos.

Renata

— Sim, muito importante mesmo. A gente tem uma cena de mais produções surgindo, se ampliando, no campo acadêmico, no campo das artes, da literatura...

Bento

— É, tem que se mostrar, não faz sentido nenhum ser tímido mais, nenhum de nós né. Eu fui muito tímido na escola, não falava em sala de aula, fui muito calado, mas nesses momentos artísticos você se expõe né, querendo ou não. É bem importante, eu fui percebendo que tem que estimular essa exposição de pessoas como nós. Afinal, já tem muito ht [heterossexuais] aí se mostrando e achando que é importante.

Renata

— Você falando sobre isso me fez pensar em algo. Eu tenho pensado muito, mas não estou lendo tanto sobre...mas tem me chegado muitas falas em redes sociais, principalmente falas de grupos e pessoas Redfem, sobre a questão de crianças trans existirem, crianças LGBTI+ de modo geral...O que você pensa sobre essa discussão sobre infâncias trans, infâncias LGBTI+.

Bento

— Eu não entendo essas RedFem, sinceramente. Não sei, acho escrotas. Porque não faz sentido, se você é trans adulto, você é trans criança sabe, não tem um momento de evolução, se uma pessoa cis é criança, porque uma pessoa trans não seria. Eu fico só assim tentando ver a lógica das coisas, e



a lógica é que existem sempre as pessoas trans em qualquer período; em qualquer período histórico, em qualquer lugar do mundo que você for pesquisar você acha essas pessoas, e a existência apagada, o registro violento...

Renata

— E eu fico pensando muito sobre a escola, que apesar da negação das escolas, da escola instituição, as crianças LGBTI+ tão aí e estarão aí cada vez mais, nas escolas vivas da vida. Então é isso, precisamos transformar...não dá mais para ser o mesmo lugar em que eu estive na minha adolescência.

Bento

— Pois é, ainda bem que eu sempre desenhei, desde pequeno. Os meus desenhos eram sempre muito marcados, principalmente a coisa do peito, do peitoral...ou a pessoa tá de biquíni ou com o peito de fora, de bermuda ou sunga...porque eu sou de Fortaleza também né, indo à praia direto, e vendo muito o corpo das pessoas, o meu corpo, e quando eu me projetava pra me imaginar mais velho, eu não me imaginava uma mulher de biquíni, uma mulher com peitão, não conseguia sabe, você precisa ativar a imaginação sabe, pra criar uma pessoa que não existe ainda. Tinha muito os desenhos animados, eu ficava me vendo nos personagens, nos filmes, nos videogames, os meninos, porque a maioria é protagonista né. Mas assim, me procurando também nas meninas, ao mesmo tempo, e um pouco confuso com isso. É muito estranho, porque você criança, você não sabe da existência de pessoas trans masculinas, simplesmente não sabe, não vê ninguém que você conhece que é, não é dito. Tipo, a gente acha que são sapatonas né...e aí não é. Quando eu comecei a conhecer foi bem mais velho, sei lá, com uns 30 anos que eu comecei a conhecer homens trans masculinos, comecei a ver eles transicionando, meus amigos, aí eu pensei “meus Deus, como eles são bonitos”, sei lá, é a coisa de taurino também né, essa coisa da beleza – [risos]. E aí foi uma coisa de descobrir como o hormônio age, observar os amigos, é muito único o percurso.



II

Janaína Leslão se encontra com Wagner Schwartz

[Inspirado em episódios reais, um pouco de ficção e conversas virtuais]

[A princesa e a costureira]

Janaína Leslão

[La Bête]

Wagner Schwartz

São Paulo, 19 graus. Janaína e seu filho aguardam o próximo vagão do metrô para se dirigirem ao MAM/SP – Museu de Arte Moderna de São Paulo. Sua ida ao museu se deve a um convite para assistir à performance *La Bête*, de Wagner Schwartz. É a primeira vez, desde os ataques e censura sofridos pelo artista no mesmo espaço, que ele retorna para uma apresentação. Há ansiedade dos dois lados.

Cena I

[Sala cheia. O espaço se configura como uma pequena arena. Um espaço cênico no meio, as pessoas ao redor, sentadas. Algumas estão sentadas no chão. Há pessoas de várias idades, cores e tamanhos. No centro do espaço cênico, no chão, temos um homem branco, nu, imóvel].

Plateia em silêncio. Passa pouco até que a primeira pessoa caminhe em direção ao corpo nu imóvel no chão. Observamos a mulher mais velha mover os braços do *Bicho* para trás. Depois suspende as pernas, o quadril e o modela como se fosse uma mesa. Uma criança entra em cena, pega a pequena escultura em plástico e a coloca sobre a mesa-corpo. Depois passa por baixo num ir e vir sem cansaço. Agora o corpo é ponte. Brincante. Corpo-objeto imaginado. No tempo que resta, o bicho se transforma em muitos. Corpo quase sem limites.



Cena II

[Roda de conversa com o artista]

Fim da apresentação. Todes saem da sala rumo ao saguão, em vinte minutos poderão participar de uma breve conversa com o artista. Algumas pessoas aguardam esse momento. Janaína está ansiosa pelo encontro, muita coisa passou por sua mente desde o episódio de censura que sofreu em 2015 e ela vinha trocando sentires com o artista ao longo dos anos. Era importante estar lá, levar o filho, adentrar naquela experiência-encontro.

Janaína

— Boa tarde Wagner. Eu tô muito alegre por estar aqui com você hoje. Eu me lembro que quando li sua entrevista para Eliane Brum, quando ela te perguntou sobre o medo, você disse que o medo, naquele momento, tinha 1,86, exatamente a sua altura (Brum, 2017). E lendo bastante sobre, me recorro de uma expressão de Ivana Bentes (2017) em que ela diz que o que aconteceu ali foi um “laboratório de justicamento” – que é essa junção de “chama psicólogo, chama bispo, chama juiz, chama o prefeito, chama advogado, chama psiquiatra”.

Você tem tido que elaborar muita coisa...

Wagner

— *Eu acho que...[silêncio longo, bem longo...] as pessoas me parecem seguras das suas próprias crenças e elas são afetadas muito rapidamente quando elas se sentem ameaçadas, quando eu digo as pessoas, coloque essas pessoas entre aspas, porque eu quero evitar na minha vida o artigo definido. A gente pode dizer algumas pessoas ou muitas pessoas. E quando se sentem ameaçadas elas, ditado popular, “chamam Deus e o mundo pra socorrer”, não é entender, é pra socorrer; é pra socorrer, é pra maltratar, poucas pessoas chamam Deus e o mundo pra entender.*

— *Porque, sabe... não dá pra conversar e se entender com bala. A gente não conversa com bala, a gente não conversa com cão, com cachorro bravo que tá ali pra te morder, a gente não passa a mão na cabeça, a gente não conversa com a ignorância, porque não dá.*



Wagner

— Então, [...] eu tenho hoje, pelas pessoas que, por exemplo, me atacaram, eu não tenho raiva e nem desprezo por muitas delas, eu só tenho raiva e desprezo por aquelas pessoas que manipularam a minha imagem, utilizando a imagem da criança, da coreógrafa que estava comigo na galeria [São Paulo], ou ainda das três crianças que estavam na outra galeria [Salvador], e que estavam sob a guarda de seus responsáveis naquela galeria, sendo vistas e acompanhadas por mais de 100 pessoas responsáveis que estavam ali naquela galeria, ou seja, retiraram daquelas pessoas a espontaneidade, o ir e vir, e são essas pessoas que tiraram a responsabilidade de si mesmas que eu tenho raiva... dessas pessoas, tenho um desprezo, que não é pessoal, é cívico.

— Elas atrapalham a evolução humana. Elas interrompem, e elas interrompem não com argumentos, mas com bala. E esse é o problema, porque se fosse com argumentos, nós poderíamos argumentar de cá e você daí, mas no momento que você atira eu morro, não tem jeito; e aí a minha voz desaparece, só fica uma memória de quem me conheceu e mais nada. E a bala, claro, é só uma metáfora, da mídia, ou desses ataques que te silenciam, e dizem inclusive que o que você diz não tem importância. Eles tiram sua importância, tiram o seu corpo, então sou eu voltando pra minha infância novamente, quando eu não tinha o direito de ter o meu corpo ou de ser quem eu era, porque se eu fosse quem eu era eu não poderia existir, eu não teria lugar no paraíso, que era o que eu sempre quis quando era criança, e que eu não teria direitos na terra, porque eu não poderia viver em paz com os meus amigos.

Janaína

— Tem um texto da Márcia Tiburi que ela pergunta: Quem dá conta da injustiça que sofreu o artista, da injustiça que sofreu a criança, da injustiça que sofreu a família, da injustiça que sofreu a própria arte enquanto produto/criação e enquanto campo, quem dá conta da injustiça (Tiburi, 2017)...aí, quando penso sobre meu trabalho na psicologia, como escritora e até mesmo quando penso na educação, eu acho que reverbera sabe...A gente perde no campo das políticas de educação, nós perdemos também no campo da prática, porque é nesse cenário das educações que esses corpos-crianças e também os corpos-adultos dos próprios educadoris têm que ficar inexistentes por conta desse aparato.



— Eu lembro que você falou assim “[...] eu tive que parar e pensar em coisas que, aparentemente, são muito básicas, como por exemplo: “eu devo sair de casa?”, “onde eu durmo?”, “o que que eu faço, com quem que eu falo?”. Então, eu fico pensando em como ressignificar processos de morte, lutos simbólicos, mas nem tanto...por que é isso que, talvez, esteja sendo feito desde então.

Wagner

— É isso, é o que tem sido feito. É um processo longo de descoberta, de luto também, desse corpo que se foi e de uma alegria também pelo corpo que tá vivo. Uma felicidade clandestina que nasce com isso, porque tem um corpo que está vivo.

— Muitas pessoas já me falaram que agora eu preciso trabalhar em outra coisa, que eu preciso mudar de assunto, que eu preciso fazer novos trabalhos, que esse já passou. Eu fico tão impressionado quando alguém sabe da sua vida melhor que você. Na verdade, me parece que eu vou voltar nesse assunto até eu morrer, porque é um assunto que se eu não tratar eu vou deixar que a internet trate, como ela trata os assuntos hoje, desfiando, como um papel higiênico...

— Hoje vemos tudo ao mesmo tempo, às vezes você até economiza o choro, porque você começou a chorar com a guerra e na sequência você já vê a foto do bebê da sua amiga que acabou de nascer, aí você já chora de felicidade...e é um choro só. E a questão que incomoda na verdade é quando as pessoas querem que você lide com seus sentimentos, emoções e experiências dessa forma também. O luto de uma pessoa é vivido pra você em dois segundos, esse tempo de um segundo a outro é o que você leva para ter uma experiência hoje. Agora você imagina, por exemplo, o meu vídeo chegando na casa das pessoas, as pessoas não viram nem 30 segundos, elas viram apenas uma imagem, e uma imagem entre um segundo e outro.

— Mas aí de repente eu vejo meu copo num jornal da TV, pois é... vejo minha bunda no jornal da Record, na internet, e eu falo: “mas não era pra tá aí!” E o que você faz? Nada. Como artista, se eu tivesse dado autorização, tudo bem, pode rodar a foto, mas não era essa a autorização que eu tinha dado.



Janaína

— Nesse processo de ressignificar o luto, essa ideia de morte, eu li algumas entrevistas em que você diz que naquela semana você optou por continuar, você colocou seu corpo na rua, você não trancou seu corpo num apartamento escondido. Naquele momento, você optou por reagir ou, em alguma medida, se manter como alguém que não vai privar o seu corpo da rua, ou das experiências. Foi um pouco isso?

Wagner

— Foi exatamente isso. Quando você é muito atacado, e acho que todo mundo em algum momento da vida já foi, seja na internet, seja no grupo de família. E quando você está na rua, o mundo online pressiona o mundo off-line e parece que é o mesmo mundo, mas não é. Então, eu me obriguei a ir viver o mundo off-line, tentando, e eu sei que hoje não é possível, mas tentando me desconectar do mundo online, ou da pressão que ele exercia sobre o mundo off-line.

— Mas é isso, nesse mundo basta apenas um para te destruir como aconteceu, por exemplo, com John Lenon, como aconteceu com a Marielle Franco – ainda que aqui tenha sido um projeto. Enfim, essas mortes me preocupam porque elas contam sobre a pressão e sobre esse luto que, às vezes, é impossível de fazer.

— Essas pessoas não puderam trabalhar os lutos delas. Nós podemos. A gente sabe que vai morrer, então trabalhamos isso no dia a dia. No caso de John Lenon a gente pôde fazer o luto dele; no caso da Mariele, nós ainda não tivemos tempo de fazer esse luto. Recentemente, num debate de lançamento do filme com a Debora Diniz, me perguntaram sobre a vitória de Lula, e eu disse que se o Lula ganhar, as coisas não voltarão a ser como antes, porque vidas foram retiradas e vidas não voltam. Então a gente vai ter direito, espero, a esperança, e ao luto. Pra mim, se a esquerda ganha, a gente poderá fazer esse luto que nós estamos esperando há anos para fazer.

Wagner

— É isso, é pra dizer que ainda não entendi essa minha morte, e acho que só entenderei no momento em que eu lançar esse livro que eu já estou há todos esses anos escrevendo. Quando ele sair eu vou sentir o peso dele e aí eu vou poder entregar meu corpo pras pessoas e fazer o luto de tudo que



aconteceu. Por enquanto, eu ainda não consegui. Eu não sei se vamos conseguir entender quem matou a nossa doida [a Marielle], mas se nós conseguirmos ver alguma reação pública que nos leve a entender que um trabalho foi feito para buscar um culpado, se a gente conseguir ver a justiça se movimentando a nosso favor e não contra a gente, aí eu acredito que vamos conseguir fazer um luto.

— É a mesma coisa que eu sinto com relação a mim, ao meu luto. No momento em que eu vir que a justiça está fazendo alguma coisa por mim, que eu posso pisar no meu país de novo, que as instituições que trabalharam comigo vão me aceitar novamente, sem meu nome ser um risco pra elas, se as pessoas voltarem a tirar foto comigo sem se perguntarem se é bom ou ruim – eu sonho com isso – aí sim eu vou poder fazer esse luto, de uma história que não foi começada por mim.

É isso, tem muito chão pra minha raiva, pra raiva em relação a morte da Marielle e outras injustiças. A gente tá fazendo luto da ditadura até hoje, então como as pessoas podem querer que eu entenda o que aconteceu em 2017. Não dá. E não é brincadeira.

Janaína

— Teve uma coisa que você disse, que achei bem bonita. Você disse que no seu trabalho, nas coisas que você faz, cria, tem uma abertura para que o outro seja você e que não necessariamente é uma coisa que tem começo, meio e fim. Me lembrou do Nego Bispo que diz que as coisas têm começo, meio e começo, e não fim.

Wagner

— É. A Nina Simone cantou músicas de Aretha F., cantou músicas da Miriam Makeba, então assim, a gente canta a música do outro porque a gente canta o outro. Eu canto o outro. E esse cantar o outro só pode ser feito em você porque você não é um só, você é “eus”. Tem uma legião vivendo dentro da gente e todos os dias eu aciono essas legiões.

— Então, quando está em cena, você tem que ser [...] porque o sujeito está definido, mas o predicado vai depender do sujeito, do verbo. Isso pra mim é o outro em cena, o outro fora da cena, o outro na vida, e ser um corpo habitado pra mim é mais interessante do que ser um corpo assinado. Um corpo assinado é quase um corpo assassinado, porque ele só é um nome, uma coisa só. Eu não sei ser uma coisa só, eu falhei.



Janaína

— Em termos de impacto, porque eu penso que são muitos impactos. Teve um impacto na sua vida, em termos de sobrevivência, no sentido prático, financeiro, de trabalhos. Você perdeu muitos espaços?

Wagner

— *A primeira coisa que você perde com um ataque é o emprego. Hoje eu nem sei mais o que que eu faço, eu não sei mais se eu danço, eu sei que hoje eu escrevo...*

— *[...] eu perdi meu emprego enquanto artista e agora eu tô construindo um outro. É isso. Nesse momento eu tenho uma bolsa que a Open Society me deu para terminar meu livro, é com ela que eu tô vivendo agora, é uma organização privada que cuida dos direitos humanos. Então é isso, a primeira coisa que eu perdi foram empregos, mas agora vão surgir outros, eu era bem menos falante, eu aprendi a falar agora, tem que falar. Então você perde uns e ganha outros, mas os que você perdeu não sei se voltam. É isso, vai continuar, mas de outro jeito, de um que não é o que era antes. Tudo muda. A questão financeira muda, foi grave, no início eu tive apoio dos meus amigos, apoio do meu companheiro, porque minha família (minha mãe) não tem dinheiro pra me ajudar. Eu tenho meu companheiro de 13 anos, é com ele que eu divido a minha vida na França, então ter alguém, não estar sozinho, ter uma rede de apoio, foi fundamental, sem ela eu não sei onde eu tava.*

Janaína

— Você disse que ainda não foi possível viver o luto...A gente viveu meio que uma avalanche de coisas, esses ataques, esse desgoverno, uma pandemia...

Wagner

— *E o pior é que foi um drama pior que o outro. Porque quando eu fui atacado me chamaram de pedófilo, milhares queriam a minha morte, aí eu achei aquilo um absurdo, um horror; aí logo matam a Marielle, aí o que que eu faço com a minha mortezinha? Aí depois vem a pandemia e as milhares de mortes no Brasil por negligência do Estado. Aí eu faço o que com a morte da Marielle, que é uma morte só, que vira um monte de morte, e a minha morte lá atrás? Vai virando uma pilha de mortes,*



e a mídia talvez, ou a internet, vai dando um nível de importância para cada uma delas. [...] eu acho que agora a gente precisa de uns anos de paz pra conseguir colocar cada corpo dentro do seu espaço. Dar a importância a cada uma dessas mortes morridas. Pra mim foi muito...eu ainda estou lutando contra a “importância do trabalho artístico” depois de ter vivido o que eu vivi, porque ficou fútil, algumas coisas vão virando fúteis, e não são né, são as coisas que te salvam, são realmente as coisas que te salvam. É isso, são várias mortes sem o peso do corpo.

Janaína

— E Wagner, você acha que esse corpo pode ser lúdico, que dá para brincar com ele.

Wagner

— Claro! É o que eu faço no *La Betê*, eu brinco com meu corpo. E... pode ser inútil também, o corpo. Poder ser muito útil. Pode ser o que você quiser, depende do lugar em que você coloca ele. Você pode colocar ele tanto na cena quanto na forca. E ele diverte na cena e na forca.

Janaína

— Você chegou a apresentar *La Betê* de novo no Brasil? Como foi?

Wagner

— Sim, foi em 2020, só que três anos depois. Ah...foi um horror. Mas você vai ler isso no meu livro. E a única coisa que vou dizer é que esse livro tem a voz de vários mortos. Ou melhor, várias pessoas que as pessoas acharam que estavam mortas. Elas todas escreveram nesse livro, e o mestre maior é o Machado de Assis.

Janaína

— As experiências que eu tive, de trabalho, de ativismo, e essa experiência de censura, elas levantaram questões sobre gêneros e sexualidades e, no caso do meu livro, questões raciais



também, porque a princesa do meu livro é negra. Aliás, os primeiros ataques foram racistas. Quando pensamos sobre as questões de gêneros, penso que esses movimentos afetam muito o campo da educação, a educação das crianças, dos adolescentes. Principalmente nos últimos tempos, com essas ondas conservadoras, uma das coisas que atravessa sempre o cenário da sala de aula é a religião, e não tem jeito, vamos pensar em laicidade; quando abordamos gêneros, sexualidades, corpo, esse debate sempre vem. E quando as pessoas dizem que não podem falar sobre isso, em geral, elas acionam suas concepções religiosas para poder justificar. Numa entrevista você disse uma coisa que me marcou, você disse assim: “já abriram inquéritos sobre o que se aprende nas igrejas?”. Isso me botou pra pensar. Queria que você falasse um pouco sobre isso.

Wagner

— *Eu acho que tinha que abrir, eu sou revoltado por ter sido doutrinado. Tinha que abrir um inquérito. Pra mim, o que eles fazem na igreja sim, é um absurdo, porque você não tem chance de dizer se você quer ou não quer participar. Não é igual a criança lá na galeria de arte, que o pai levou, a mãe também, e os amigos também, e a criança entra, toca no meu pé, toca na minha mão, olha e fala “não quero, não gostei” e sai, ou sei lá, “já deu; não sei o que ela pensou, mas é isso, ela foi embora. Na igreja não tem o “vai embora”. Qualquer religião, você não gostou, você continua sentado não gostando. Então é um processo de rejeição do que você sente desde muito cedo. Isso, tinha que ter uma CPI contra isso, e não tem, claro que nunca vai ter.*

Janaína

— *Essa quebra da laicidade do Estado aparece muito nos debates sobre a regulamentação da Educação Domiciliar. Eu, particularmente [...] penso que é um grande retrocesso, porque a escola reproduz muita coisa ruim do ponto de vista não ético, do ponto de vista de um moralismo hipócrita da sociedade? Reproduz. Mas eu acho que as forças que estão na escola também conseguem romper, a gente consegue aliados na educação, e as crianças e adolescentes, muitas vezes, encontram no corpo da educação e de todos os envolvidos na educação, aliados para conseguir se cuidar, então, a gente tem dados do nosso país e não só do nosso país, que os principais violadores dos direitos das crianças, que submetem as crianças e adolescentes à violência, e não só sexual, mas à negligência,*



à violência física, são justamente os familiares, e se a criança fica somente restrita ao espaço da família, primeiro ela não tem esse lugar de socorro e também não tem a oportunidade de olhar para outras formações de família possíveis, outras relações saudáveis, convívio na diferença, conseguir dialogar a partir da diferença. A escola é o primeiro lugar que você diz “é, o mundo não é exatamente igual ao que contam na minha casa, existe vida depois dessas paredes e muros, vidas tão dignas de serem vividas como aquelas que contam em minha casa”.

— E por outro lado, você, que é de uma família legal e que, às vezes, pensa em deixar a criança em casa para poupá-la de entrar em contato com pensamentos conservadores, aí você retirará a sua criança desse espaço, ela deixará de poder ser um espelho para outras crianças, ela deixa de dialogar com crianças da idade dela sobre essas diferenças – sei lá, deixa de pensar que a amiguinha não comemora o natal porque ela é de uma outra religião que não comemora, ou que não comemora carnaval e etc., e tudo bem...você é de uma família bacana?, deixa de dar oportunidade para uma outra criança conviver com a sua criança bacana ou esse seu adolescente que você cuida com tanto carinho. Então, oportunize, porque não é dentro das nossas caixinhas, dos nossos muros, que a gente vai conseguir um mundo mais ameno para todos. Não tô na positividade de achar que é um mundo melhor não, mas um mundo menos violento, mais ameno.

Wagner

— Eu acho que [...] a educação domiciliar existe desde que nascemos. Ela sempre esteve aí. Ela acompanha a educação da escola, ou seja, se você não aprender sobre gênero na escola, você aprenderá em casa, não vai ter aula sobre sexualidade na escola, terá em casa, ou então será como eu, que teve na rua. Não adianta pessoas, não vai existir um jeito só de ensinar, não vai existir só aquele grupo de pessoas que pensam como você. Você pode até matar, mas sempre nascerão outras pessoas.

Janaína

— Você disse que briga bastante com a igreja, e com a escola, você briga?



Wagner

— Muito. Acho que brigo até demais. É difícil. Eu acho que eu brigo com os dois do mesmo jeito. Porque deus é uma matéria muito vulnerável, deus é uma matéria que pode ganhar corpo em muitos lugares e, na escola, então...o deus escolar é tão duro quanto o deus da igreja e, algumas crianças atormentadas por esses dois deuses conseguem escapar, tanto da escola quanto da igreja, e a gente deve a nossa liberdade a elas. A nossa liberdade a elas, porque elas não fogem, elas olham pra aquilo, pros dois deuses e dizem “eu não gosto de você, não gosto de você, vou criar o meu”. Elas decidem. Essas crianças que decidem, são as crianças que a gente agradece hoje. E quais são elas — Nina Simone, Elza Soares, Milton Santos [...]; eu agradeço a Lygia Clark, Hélio Oiticica, Daniela Borela, de Uberlândia. Agradeço um monte de crianças que criaram sua própria escola, seu próprio deus...

Janaína

— O que eu falo sobre todos os meus livros, e são cláusulas que eu coloco, tipo – o que é que não pode ter. Eu sei que tô vendendo direito autoral, mas eu não aceito vinculação religiosa, não importa se você acha essa religião fofinha e querida, não. Vamos falar sobre direitos humanos, sobre inclusão...vamos ficar na fantasia?

Wagner

— [risos]. Enquanto você falava eu fiquei pensando sobre seu processo de criação. Sobre algumas falas tuas sobre teu processo. Fiquei pensando: nasce a escritora, ou a escritora nasce em aliança? Eu li que na escrita o livro *A princesa e a costureira* você acionou pessoas, redes, histórias, acionou política públicas (Editais). No Caso do seu segundo livro, *Joana Princesa*, você foi dialogar com pessoas trans e não apenas falou sobre elas... Eu acho essa ideia das alianças muito importante.

Janaína

— [...] é isso, eu vou costurando, acho que nos três primeiros [*A princesa e a costureira*; *Joana princesa*; *A Rainha e os panos mágicos*], é um mapa que a costureira faz que vai alinhavando, o mapa que ela faz e entrega pra bruxa...é a costura do percurso da vida. E no último, que foi recém lançado



[A grande árvore], eu fico muito feliz porque foi um edital que eu ganhei, o ProAC – 2021, que me proporcionou a publicação desse último livro, que é uma espécie de fechamento mesmo, pensando os direitos reprodutivos, não só do ponto de vista biológico mas o direito à reprodução, à história, ao afeto, reprodução de significados, reprodução da vida, enquanto potência para além da vida biológica e dos vínculos biológicos que são importantes em determinados assuntos, mas que a constituição da família e do afeto é o que nos faz família.

— Quanto aos ataques, na época Eu fiz um financiamento coletivo pra poder contratar um ilustrador que eu gostasse bastante, que pudesse tê-lo perto, aí eu e a pessoa conversamos e fizemos esse financiamento, a gente conversou sobre a capa e quando eu coloco no Catarse, aí começaram os ataques, e eu gosto muito de falar isso, porque o primeiro ataque foi racista, porque a princesa era uma mulher negra de Black Power, e depois os ataques homofóbico, e coisas infundadas e bastante pesadas – “vou colocar fogo na escola da minha filha se esse livro aparecer na biblioteca”, coisas desse nível. Também me acusaram de receber dinheiro do governo federal naquela ocasião, naquela época as fake news já tinham chegado na internet, então como se eu fosse contratada por um projeto de dominação de mentes, coisas do mal...Enfim, teve muita coisa pesada e viralizou, eu não sabia lidar com isso também, a notícia de que existia esse conto de fadas viralizou. Eu fiz a postagem em um dia e no outro dia já tinha virado uma outra coisa, jornalistas, ataques, haters, isso assustou muito a minha família de origem.

— E os ataques continuaram depois, com a censura à peça de teatro que é uma adaptação do livro A princesa e a costureira. A Cia de Teatro da Conspiração foi censurada na cidade de Jundiaí/SP. Naquela época, por exemplo, foi parar no Plenário da Câmara para não levarem a peça pra lá, porque a cidade não ia receber, isso gerou um dos maiores públicos da peça, porque as pessoas se mobilizaram para verem a peça, e muitos artistas locais e não locais defendendo. Algumas manchetes sobre o livro da Princesa e a costureira traziam títulos como “polêmica não sei o quê”. E tipo: não é polêmica, é uma história.

Wagner

— É... Novamente a acusação de que nós ameaçamos a infância né?



Janaína

— Pois é. Esses dias uma cunhada minha me mandou que estava rolando no WhatsApp da escola, lá no interior do Paraná, que uma obra praticamente demoníaca estava lá para dominar... e a obra em questão era *A princesa e a costureira*. Aí ela disse “gente eu tenho esse livro em casa, a autora é tia da minha filha”, aí é isso, ninguém responde, porque na verdade as pessoas não conhecem e aí é isso, ela que conhecia e tinha acesso, se oferece pra mostrar o livro, diz que poderia acessar a autora com facilidade caso eles tivessem interesse, porque a ideia é sempre dialogar. Então é isso, tem os desdobramentos que vão pra um lado mais negativo, mas tem também os desdobramentos da obra em outras artes, com outras formas de contar, de mostrar.

— [...] quando tem desdobramentos nas artes ou na sala de aula... gente trabalhando, por exemplo, letramento. Eu soube de gente que trabalha letramento com *A princesa e a costureira*. Eu não sou da educação, não sei como faz isso, mas tem gente trabalhando. Mas é isso, se o tema é sensível, mas se as pessoas acham que é uma ferramenta, aí desdobra né.

Wagner

— As pessoas me questionaram muito sobre a classificação indicativa, isso foi tema-alvo inclusive na CPI dos Maus-tratos, o que você pensa sobre isso?

Janaína

— Eu entendo hoje em dia que literatura é literatura, independentemente da idade. Quando você escreve pensando nas infâncias, esse texto tem que ser bom para todas as idades e esse texto às vezes nem palavras tem. Claro que existem coisas que crianças não deveriam acessar, sei lá, textos de extrema violência, textos de extremo erotismo, enfim, textos que a gente vê e pensa: “esse texto só cabe ao adulto”, por exemplo.

— Vou te dar um exemplo: eu estava com a minha criança, acho que ele estava com 5 ou 6 anos, a gente foi numa dessas instituições que promove cultura na cidade onde a gente morava e aí a gente tinha visto uma peça e ele ficou brincando no parquinho, aí eu tinha visto que ia acontecer uma peça no saguão, que não era indicada pra idade dele. Na saída, era no saguão, aí eu chamei o transporte, só que a criança começou a se entreter com aquilo, porque existia uma roda gigante



de pessoas, ele foi e sentou. Aí eu pensei “só me resta cancelar o transporte”. Eu conto isso no livro *Crônicas em Lorenzes*. Então ele senta ali e o texto era um texto teatral, aí tinha os atores, e tinha cenas mais violentas, e tinha palavras de baixo calão ou agressivas, tinha um conteúdo violento ali. Mas em determinado momento, eu pensei “que bom que a minha criança pode vivenciar isso olhando uma peça de teatro, ela não sai de casa às 7h da manhã para ir à escola e tropeça num corpo, como algumas crianças de algumas comunidades assoladas pela violência policial, do tráfico, da guerra ao tráfico, da guerra aos pobres”. É isso, era violento? Era. Mas a minha criança podia acessar isso de outro lugar. Nesse momento eu me questionei sobre a faixa etária, sobre não ser pra ele, era pra ele sim...

— Acho que, se a coisa é artística, se tem uma delicadeza, você pode conversar com a criança ou adolescente, a depender da perspectiva, isso pensando na classificação indicativa.

Wagner

— Pois é, e as concepções de infância, adolescência, juventude são produzidas em seus tempos históricos né. Por exemplo, [...] os meus sobrinhos crescem com muito diálogo em casa, as amigas e amigos deles também. Minha sobrinha tinha uma amiga trans com 14 anos, então a transgeneridade não é uma questão pra ela ou sei lá, é uma questão, uma boa questão. Aliás podem ser muitas questões né. São muitas questões. O problema antes era não poder perguntar nada. A gente só podia aceitar e não aceitar. Eu não me lembro de ter visto homens e mulheres trans no final da década de 1970. Negro tinha na minha família, porque minha avó era negra. Na escola eu aprendi que eu não era negro, porque eu era diferente dos meus primos, e eu não entendia muito bem essa diferença.

Janaína

— [...] a gente já chegou num lugar lindo, cara...olha a discussão que essa molecada tem feito hoje em dia. “Louvado seja Deus não”...louvado seja eu, você e quem veio antes de nós e nos oportunizou isso tudo.

— E sabe...cada vez mais [...] pessoas de outras artes continuam olhando para as minhas obras e ela continua se desdobrando em outras artes, o que eu acho fantástico. Para além da academia que



eu também acho fantástico, eu não tenho essa disposição e interesse de adentrar na academia como estudiosa, mas eu fico orgulhosa de pensar que estou na academia de algum jeito. Eu fico muito feliz [...].

Wagner

— As pessoas têm me perguntado bastante sobre o conceito de ativismos. É um nome que parece antigo pra mim, muito velho, datado dos anos 70 e 80, mas parece que faz um sentido hoje, porque tá tentando conversar com um mundo que não é o mundo real. Você se vê como alguém que faz isso? Você enxerga isso no seu trabalho?

Janaína

— Sim. Eu entendo que o meu trabalho, a minha escrita é militância. Eu tenho uma dificuldade até, por ser de outra geração, porque o meu ativismo, ele foi muito corpo a corpo, foi muito presencial, muito reunião, diálogo com grupos e pessoas. Aí teve essa transição e eu tenho muita dificuldade de entender o que é o ativismo hoje. Mas eu acho que a minha militância enquanto pessoa é a minha escrita, é potencializar essas histórias felizes, dar essa perspectiva de felicidade pra pessoas que não se viam dentro disso. Uma militância doce, não que eu seja sempre doce, ao contrário, mas minha militância é mais assim, mais doce. Um doce de abóbora do tacho, daquela abóbora dura que é difícil tirar a casca...e um monte de abóbora vira um doce pequenino. É isso, o descascar da abóbora eu vivi no presencial. Agora eu tô na fase de adoçar, por nos potinhos e distribuir...[risos].



A paz não é uma opção

Figura 14 - Pichações feitas no prédio do Supremo Tribunal Federal - STF durante o ataque à Praça dos Três Poderes, ocorrido no dia 08 de janeiro de 2023. Foto: Pedro Ladeia, Folha de São Paulo.



Marretas, pedaços de pau, extintores, água, urina, fogo. Em nome de Deus. Em nome das crianças. Quebrar e estilhaçar vidraças. Queimar. Molhar. Rasgar. Pisotear e depois urinar sobre obras de arte. A arte violada. A democracia convertida em inimiga. Um movimento direto, simbólico e violento que manda seu recado: “seguimos lutando pela manutenção do sistema da diferença sexual” – pela hegemonia do modelo de sujeito moderno-colonial, branco, patriarca, cisgênero, hetero, capitalista e racista. É possível dizer que, ao longo dos últimos anos, acompanhamos o fortalecimento de uma espécie de aliança entre um pensamento neoconservador e as novas tecnologias de vigilância do regime farmacopornográfico¹, como bem coloca Preciado (2018, 2021). No Brasil, o pa-

¹ O autor se refere à invenção de um conjunto de novas tecnologias de gestão da população produzidas durante a Segunda Guerra Mundial e que depois, a partir da década de 1950, farão parte de nossas vidas. São invenções químicas, midiáticas, digitais, técnicas moleculares líquidas, pílulas, que transformam a estrutura dos sujeitos viventes. A técnica farmacopornográfica mais importante, segundo o autor,



triarcado colonial repaginado fortalece suas bases no terreno das novas tecnologias digitais, mas ocupa também as ruas.

Os “[...] modos de sentir produzidos pelo sistema sexo-gênero – o medo, a discriminação, a violência” (Preciado, 2019, n.p), a doutrinação dos corpos, balançam frente às ficções endemoniadas. Por isso é simbólico rasgar, urinar, queimar a arte. Eles sofrem uma interrupção/interrupção. A arte, através da imaginação, tece seu fio de conexão com nossos planos de sensibilidade e nos auxilia a questionar esses modos cotidianos e habituais de sentir. É novamente por meio da fantasia, da imaginação e da sensibilidade que nos mobilizaremos frente aos ataques. Nesse caso, a aparente vulnerabilidade que atravessa cada episódio de violência, em alguma medida nos faz “livres”. Livres porque, enquanto sujeitos vulneráveis, nós podemos fracassar. Nós fracassamos frente às normas. E esse fracasso, como sugere Jack Halberstam (2020, p.15) “[...] remete a uma ética para aqueles que não optaram pelo sucesso ou não conseguem estar no lugar dos bem-sucedidos, no centro poder”.

Memórias de infâncias negadas. Memórias de infâncias que se compõem como amontoados de episódios de violências sofridas. Subjetivações manchadas com sangue, suor, purpurinas. Como poeticamente apontam Alexandro Rodrigues, Megg Rayara de Oliveira, Pablo Rocon e Steferson Roseiro (2019, p. 8): “Experiências-crianças deslizando e saltitantes, quando lembradas, fazem cócegas nos segredos que guardamos a sete chaves e debocham de nossos desconhecimentos”. Diante dos perigos somos obrigadas a mudar o caminho. Até que cansamos. Até que entendemos que não dá mais para sair correndo; optamos, portanto, pela produção teórico-poética de teorias fugidias (flores, 2021). Ficamos e tentamos reinventar nossas relações. Com us outres. Com a gente mesma. Com nossas memórias e esquecimentos. Talvez esse seja o nosso maior desafio. Ficar. E nesse ato de permanecer, construímos *pontes-serpentes-arco-íris* (Anzaldúa, 2021) que nos ajudem a viver e transformar nossos territórios.

Cuirizar a pedagogia, os currículos, as salas de aulas. Fomentar a curiosidade corporal. Despertar e fazer coçar a imaginação até que a fantasia brote e seja capaz de reflorestar nossas práticas pedagógicas. As ficções endemoniadas, os ativismos das dissidências sexu-

é a pílula anticoncepcional – uma técnica bioquímica que faz a separação entre heterossexualidade e reprodução (Preciado, 2018).



ais, raciais e de gêneros, nos mobilizam e inspiram à tessitura de um projeto de educação desajuizado rumo a uma outra política de gênero. Como nos diz Preciado (2018, p.13) “Política-de-gênero é política-da-Terra. Contra a expansão do Estado de Guerra, nós produzimos resistências nas redes comuns de afeto, música, sementes, ecstasy, água, palavras, micróbios, moléculas (Preciado, 2018, p. 13).

As ficções endemoniadas, os ativismos das dissidências sexuais, raciais e de gêneros, convidam a um pensar-fazer-sentir pedagógico produzido com e pelo corpo, voz, saliva. Um corpo-arte-currículo que nos provoca a cuirizarmos as práticas educativas hegemônicas – o desafio cuirfeminista desse movimento por uma educação sem juízo é o de serrar as grades curriculares cisheteropatriarcais e coloniais. Como nos ensina bell hooks (2021, p. 99) “[...] mesmo um sistema estruturado para manter a dominação, não é fechado, ele tem dentro dele subculturas de resistência, em que a educação como prática de liberdade acontece”. Sobre os escombros, as ficções endemoniadas provocam interrupções/interruções na rota da norma, ou ao menos atrasam seu curso. Como essa letrinha **q**, empecilho para o enquadre gramatical correto da palavra, elas importunam, fazem-se fronteiras. Se colocam no meio do caminho do curso. Nas palavras de flores (2013, p. 22):

La interrupción es una práctica mal-educada, mal-avenida. Su acto consiste en insertar un corte en una conversación, un modelo, un acto, un movimiento, una quietud, un tiempo...y abrir la posibilidad a otros devenires u acontecimientos, a otras líneas de pensamiento.

Nós fazemos e desfazemos os gêneros. E o fazemos juntas. É relação e não essência, como nos diz Paul Preciado. Para o autor, “[...] o gênero pode ser usado como uma máquina, com uma diferença: em relação ao gênero, você (corpo e alma) é o usuário e a máquina ao mesmo tempo” (Preciado, 2018, p. 4). É dentro do contexto das mesmas relações que nos impõem as normas de gêneros e sexualidades que devemos tecer redes e alianças de renegociação. Essa renegociação mora nas dissidências. Para o autor, estaríamos vivendo essa renegociação, exatamente agora, no século XXI. Ele chama de revolução. Nas suas palavras:

Transfeminismo é o nome dessa revolução. Se você está cheio de seu gênero, cansado de binários (menino-menina, hetero-homo, branco-não branco, animal-humano, norte-sul), além do modelo “casal romântico”, perdendo as esperanças no capitalismo e vive verdadeiramente a utopia de se tornar outra pessoa,



você é transfeminista. Transfeminismo não é pósfeminismo. Transfeminismo é o feminismo do século XXI *reloaded* (Preciado, 2018, p. 6).

Liberdade é não ter medo, nos disse e cantou Nina Simone - O medo foi categoria presente durante toda essa nossa caminhada. Mas, além do medo, também falamos do poder da fantasia, da criação, da palavra, da educação, da escrita, da dança. Da tentativa de silenciamento, da violência, do medo, ecoaram vozes multiplicadas – Janaína, Bento, Wagner, Renata, Jup, Rosana, Linn, Conceição, Marielle e muitas outras. Como ficções endemoniadas, se transformando em muitas todos os dias.

Enquanto educadoras desajuizadas, somos trabalhadoras corporais, corporificadas. As ficções endemoniadas nos inspiram a imaginar. Nas palavras de flores:

Lxs educadorxs no somos técnicos que desarrollamos una tarea de transmisión aséptica u neutral; como trabajadorxs corporales realizamos un hacer artesanal, erótico, creativo, apasionado, donde tenemos oportunidad de subvertir los órdenes sociales, Morales y políticos dominantes (flores, 2022, n.p).

Enquanto educadoras desajuizadas, adotamos a *CUIRadoria* como método teórico-prático das nossas ações educativas cotidianas. Nossos planos de ensino, as “disciplinas”/encontros de aprendizagens que fazemos, o modo como nos relacionamos com nossos parceiros de trabalho, com nossos estudantes, são pensados com cuidado – o que significa estarmos atentos às capturas das normas acadêmicas de herança colonial. Estamos atentas ao modelo de espaço educativo que estamos defendendo, e esse espaço é espaço sem cancela e vigias para as vivências e pensamentos dissidentes. A *CUIRadoria* nos dá a liberdade de criarmos situações de (des)aprendizagem seguras – entendemos que as experiências dos estudantes, as nossas experiências, são fundamentais nos processos. Sobretudo: reconhecemos a legitimidade teórico-prática-afetiva das produções acadêmicas, das produções artísticas, das produções dos movimentos sociais, das produções ruelas, sem acharmos que elas estão num pódio/*podium*.

O mundo como sala de aula. Esse é um fragmento do título de um dos capítulos do livro *Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança*, de bell hooks (2021). Eu me lembrei dele porque já tinha imaginado conversar com vocês sobre comunidades de (des)aprendizagens. Comunidades como espaços seguros para a criação-invenção de sonhos e projetos



de mundos em comum. A ideia de pensar o mundo como sala de aula me soa como inspiração contracolonial. Nos lembra sobre a importância das experiências e vozes de cada sujeito que compõem o encontro, a vivência de ensino e aprendizagem. Nos lembra que o conhecimento mora também no corpo, no gesto, nas perguntas, nos medos das crianças e dos adultos.

Por mais encontros e menos disciplina. Uma educação sem juízo aposta na potência inventiva que a alegria do encontro proporciona. Foge, portanto, da disciplina e de seus roteiros tradicionais. As “Disciplinas qualificam e desqualificam, legitimam e deslegitimam, recompensam e punem, e o mais importante: elas se reproduzem estaticamente e inibem a dissidência” (Halberstam, 2020, p. 31). A gente celebra as dissidências nos encontros.

Pela multiplicação das dissidências. O procedimento curatorial realizado nesse nosso percurso se fez de maneira indisciplinada, instável, por meio do exercício de montagem e remontagem que colocou em conversa materiais distintos, criações e linguagens diferentes. O teatro encontrou a dança que encontrou a literatura que encontrou a pintura que encontrou a música que encontrou a poesia que se encontraram nas salas de aulas mundos. E seguirão se encontrando.

Arte como tecnologia social contracolonial. Audre Lorde (2020, p.105) nos dizia “O modo como você se sente, o modo como você vive, o modo como você compartilha seus sentimentos, é assim que você ensina”. A arte é nossa aliada.

Em defesa das escolas embucetadas. A educação para o gênero binário acontece todos os dias. Na escola, em casa, na rua, na TV, nos desenhos, nas histórias infantis. Nós todes passamos por ela em algum momento de nossas vidas. A educação sem juízo prevê que aconteça um movimento estratégico de desprogramação do gênero binário. O enfrentamento dos investimentos neoconservadores e coloniais que atuam no processo de apagamento dos corpos e na fundação de um modelo “escola sem pinto e sem buceta”. A educação sem juízo se inspira num corpo-criança-currículo vivo. A educação não pode se fazer sinônimo da norma, porque a norma prescreve aquilo que deveríamos ser, nos enjaula. Buscamos, portanto, a liberdade dessas escolhas.

Pelo uso estratégico da raiva. A educação sem juízo também mobiliza, de forma estratégica, nossa raiva e nossa violência. A raiva pode ser compartilhada, a raiva pode se



transformar em uma forma de arte coletiva. A raiva da violência, da censura, da disciplinadoutrina, pode ser entendida por nós como ação de cuidado.

Pela ativação de uma cosmopercepção de mundo. Uma educação sem juízo desperta e aviva os sentidos para que possamos escutar os silêncios escondidos no fundo e nos cantos ocultos das salas de aulas. Se só olharmos, mas não escutarmos, não sentirmos, poderemos desumanizar as pessoas. Não esqueçamos: aquelis alunes quietes, têm muito a dizer.

Arte entendida como modo fugitivo de fazer pedagogias. Assim como a política, a economia, a educação e a saúde, a arte também se soma como responsável pela tarefa sem fim de cuidar do mundo.

Por climas emocionais alegres (Lorde, 2020). A educação sem juízo trabalha arduamente pela feitura de comunidades de (des)aprendizagens, por espaços com encontros e com climas emocionais seguros para as dissidências. Como nos lembra Renata Carvalho:

“[...] os ouvidos das crianças têm que expulsar os mal-ditos dos adultos” (Corpo sua Autobiografia, 2020). É nosso compromisso auxiliar nesses rituais de expulsões.

Pela celebração da Goz(Ação) da norma. Rimos juntas. Dançamos com nossas corpos viadas, pretas, indígenas, trans, travas, gordas, com deficiências, sapatonas, a-generes etc. Damos gargalhadas juntas. Por salas de aulas como espaço de experimentações e criações de si. Educação, arte e identidades entendidas como rios - fluentes.

A paz não é uma opção.



Inspirações sem juízo



ManiFESTA

por uma educação s.e.m (sempre em movimento) juízo¹

[sugestão: leia em voz alta para ativar o texto]

A mudança está acontecendo
Renata Carvalho

Eu gostaria de convidá-las a imaginar esse nosso momento de despedida como uma festa. Uma celebração. Nesta festa que tem, obviamente, música, bebida e muito *chão chão chão*, estamos nós, us participantes, e estão algumas das pensadoras que nos acompanharam nessa caminhada até aqui.

Gloria Anzaldúa – escritora-teórica-poeta feminista cuir sapatão chicana. *Una chicanita del fin del mundo*. Pensa cuir a partir do lugar de fronteira, de uma consciência *mestiza*. val flores, sapatão desfem argentina, *una chonga, una machorra*. Uma proletária da linguagem, acostumada a produzir teorias fugidias, que correm das normas cis-heteropatriarcais coloniais. Sapatona das antigas. Feminista cuir pró-sexo. Para ela, cuir é fluído, saliva. Ela produz com a língua.

Gloria, em escritos da década de 1990, anunciava um por vir que vivemos exatamente agora– a formação de uma *ponte serpente arco-íris* (Anzaldúa, 2021) composta de novas mestizas, pessoas cuirs, bi, trans, não-binarie, multirraciais etc. - todes misturadas e politizadas. Insubmissas.

Por que sou levada a escrever? [Ela nos perguntava]

[E respondia]

Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome.
Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você (Anzaldúa, 2021).

¹ Subtítulo sugerido por Wagner Schwartz em nossa conversa. Agradeço as provocações.



Jup do Bairro. Vem chegando com seu corpo sem juízo que não quer saber de paraíso, mas que sabe que mudar o destino é seu compromisso. Aliás, ela sabe disso desde mais ou menos 12 ou 13 anos de idade. Ela tem feito seu corre:

Esse foi meu corre
O que não me matou me deixou mais forte
Hoje eu tô no corre
De dois em dois reais faço meu malote

Linn da Quebrada. Insubmissa do sétimo dia. Ela nos pergunta: “E se minha estética não fosse tão estática”? Pensemos nós sobre nós mesmas. Pensemos sobre Epistemologias. Sobre produção de conhecimentos. E se não fossemos tão estáticas?

Estou procurando
Estou procurando
Estou procurando, estou tentando entender
O que é que tem em mim Que tanto incomoda vocês...

Conceição Evaristo – que a nossa escrituragem não seja *canção de ninar* as crias dos colonizadores. Escrivuragem. Conceito. Ferramenta. Caminho metodológico.

Escrever como quem dança. Dançar como quem escreve. Pintar como quem atua. Atuar como quem dança...e assim vai... Não sejamos tão estáticas.

Na fila de compra de bebidas, Gloria encontra val que encontra Jup do Bairro que encontra Linn da Quebrada que encontra Conceição Evaristo. Estamos todes em festa. Temos o privilégio de estarmos nesse encontro. Todes dançamos. Eu bebo cerveja, cada uma pega aquilo que prefere. Peguem vocês também o que lhes apetece.

Nesse nosso bailado, celebro com aquelas que me inspiram a uma contraescrita feminista (Oliveira; Rocha; Oliveira, 2022). Exercitar essa escrita é botar as tripas no papel, dar cheiro, cor, sabor, enterrar a neutralidade, abrir mão da universalidade, das monolínguas, das monoculturas, é lidar com desconfortos, com a nossa própria vulnerabilidade.

Eu não nasci rodeada de livros, eu nasci rodeada de palavras, nos conta Conceição Evaristo.

Isso me faz lembrar de uma prosa que tive com um amigo. Dia desses ele me disse que numa aula de seu doutorado em História o professor ria diante da sala enquanto dizia



que história oral era campo inferior – ele apontava o trabalho e dizia “tem gente que acha que isso é história”.

Pois é. Uma educação sem juízo abraça essa *outridade* e produz teoria com isso. Teorias residuais.

Nomear o outro é uma prática colonial. Nomear a si mesma é uma estratégia de luta, digo isso inspirada de novo em Gloria.

Existe a escrita. Existe quem lê. Tem as autoras. Tem as memórias. Tem os afetos. Tem a autoria. Tem o chão onde os pés de cada uma de nós pisa. Sobre o texto = “escrever é uma atividade colaborativa, comunal, e não feita sob um teto só seu”, dizia Gloria. Escrita é compartilhamento (Anzaldúa, 2021). Ela se faz no habitar de *pontes serpentes arco-íris*.

Nós estamos tentando descobrir termos e formas de ser no mundo para que não sejamos destruídas, para que não sejamos cooptadas ou assimiladas, para que nós possamos fazer sentido de nossas histórias e ensiná-las para nós mesmas e para aquelas que chegam depois de nós (Anzaldúa, 2021, p. 189-190).

Gloria nos lança um último caminho-inspiração: “Nós somos vermes literários cavando buracos no cânone, somos cupim destruindo as fundações canônicas dos currículos” (Anzaldúa, 2021, p.193).

E a mestiza? – “[...] é uma pessoa fronteira, uma pessoa ponte” (Anzaldúa, 2021, p. 200) – uma componente de *pontes serpentes arco-íris*.

val flores nos convida a *romper el corazon del mundo* – nos incita a incomodar as gramáticas normativas, descansar as corpos, descansar as línguas sob os desacordos e desconfortos – é um pensamento cuir feminista vivo e movente.

Uma educação sem juízo invoca teorias que se fazem na academia, mas, sobretudo, fora dela – nas ruas, nas casas, nos quintais, nas cozinhas, nas vivências, nos palcos – modos fugitivos de fazermos teoria.

Estamos aqui, juntas, dançando teorias. Os compassos dessa nossa dança-escrita, nosso jeito de fazer teorias, são modos de relações com e entre as corpos, as palavras, as imagens, os contextos.

Como nos disse a Rainha Jesus (na voz de Renata Carvalho): *eu sou ele, ele é ela, ela é elu, elus todes, somos nós. Amém.*



E, juntas aqui, nós serpentes arco-íris, pontes aliançadas, nos nomeamos a nós mesmas, como quem pensa e sente identidades como rios confluentes – um rio nunca é o mesmo, ele corre correnteza, se lança, encontra novos braços e se agarra, *encruza*, se esparrama caudalosamente...muda, move. Não deixemos que ele seque.

A noite vai caindo. A madrugada vai dando seu tom. Os pés já estão cansados. É chegada a hora da despedida. Mas, bailemos juntas a nossa última música:

Serei A do asfalto
Rainha do luar
Entrega o seu corpo
Somente a quem possa carregar
[...]
Mas não se esqueça
Levante a cabeça
Aconteça o que aconteça
Aconteça
Continue a navegar
Continue a navegar
Continue a TRAVECAR
Continue a atravessar
(Linn da Quebrada, 2017).

Companhias
[das referências]



REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. Estraga-prazeres feministas (e outras sujeitas voluntariosas). **Revista Eco-Pós**, v. 23, n. 2, p. 82-102, 2020. DOI: 10.29146/eco-pos.v23i3.27642. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27642. Acesso em: 20 mar. 2024.

ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017. DOI: 10.1590/18094449201700500001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Cr9ShrVJbcCWsDHMrxTDM3wb>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos**, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.

ALVES, Bruno Oliveira; SILVEIRA, Luciana Martha. Os deslocamentos de sentido na série Bastidores, de Rosana Paulino. In: COLÓQUIO DE FOTOGRAFIA DA BAHIA, 3., 2019, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2019. Disponível em: <http://www.coloquiodefotografia.ufba.br/os-deslocamentos-de-sentido-na-serie-bastidores-de-rosana-paulino/>. Acesso em: 15 out. 2020.

ANZALDÚA, Gloria. **A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios**. Tradução de Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2021.

ANZALDÚA, Gloria. Como domar uma língua selvagem. Tradução de Joana Plaza Pinto, Karla Cristina dos Santos e Viviane Veras (revisão). **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê: Difusão da língua portuguesa, n. 39, p. 297-309, 2009.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para mulheres do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 15 jan. 2021.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005. DOI: 10.1590/S0104-026X2005000300015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/fL7SmwjzjDjQ5WQZbvYzczb>. Acesso em: 5 mar. 2022.

ANZALDÚA, Gloria. **Light in the Dark/Luz en lo Oscuro: rewriting identity, spirituality, reality**. Estados Unidos: Duke University Press, 2015.

ÁRIAS, Patrício Guerrero. Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia (Primera Parte). **Calle 14: Revista de Investigación en el campo del arte**, v. 4, n. 5, p. 80-94, jul.-dic. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=279021514007>. Acesso em: 10 set. 2020.



ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo: Pólen Livros, 2017.

BAIRRO, Jup. Corpo sem juízo. In: BAIRRO, J. Corpo sem juízo. **YouTube**, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6il3RlZSlgM>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BAIRRO, Jup. O corre. In: BAIRRO, J. Corpo sem juízo. **YouTube**, 2019b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QbeKvHI2sVg>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BAIRRO, Jup. Sinfonia do corpo. In: BAIRRO, J. Sinfonia do corpo. **YouTube**, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aTI8iGxaoCo>. Acesso em: 14 ago. 2021.

BALIEIRO, Fernando F. Não se meta com meus filhos: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018. DOI: 10.1590/18094449201800530006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Kttd5GkPYPjH69DZxw6VcL>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BALTHAZAR, Gregory da Silva. **Corpos que ardem: ética e feminismos nas artes visuais**. 2018. 201 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2018.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista de Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011. DOI: 10.1590/S0104-026X2011000200016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhhmpzNbKWgH8zbgQhLQks>. Acesso em: 14 ago. 2021.

BENETTI, Fernando J. **A bicha louca está fervendo: Uma reflexão sobre a emergência da teoria queer no Brasil (1980-2013)**. 2013. 175 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BORBA, Rodrigo. Linguística queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Revista Entrelinhas**, v. 9, n. 1, p. 91-107, 2015. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/view/10378>. Acesso em: 12 nov. 2020.



BORGES, Rosane. Conceição, mulher de seu tempo e de seu país. In: SEMINÁRIO A ESCRIVIVÊNCIA DE CONCEIÇÃO EVARISTO. **Itaú Social e Mina Comunicações e Arte**. 1 vídeo (02h21min), 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gisQomWUvUo>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: abordagens de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

BROWNE, Kath; NASH, Catherine. Queer methods and methodologies: an introduction. In: BROWNE, Kath; NASH, Catherine (org.). **Queer methods and methodologies: intersecting queer theories and social science research**. Surrey: Ashgate, 2010. p. 1-23.

BRUM, Eliane. A invenção da criança sem corpo. **El País Brasil**, 12 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/12/opinion/1520873905_571940.html. Acesso em: 12 set. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renata Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARDOSO, Livia R.; GUARANY, Ann Letícia A.; UNGER, Lynna Gabriela S.; PIRES, Manuella A. Gênero em políticas públicas de educação e currículo: do direito às invenções. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 1458-1479, 2019. Disponível em: <https://revistan.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/44651>. Acesso em: 12 set. 2020.

CARNEIRO, Júlia Dias. “Queermuseu”, a exposição mais debatida e menos vista dos últimos tempos reabre no Rio. **BBC News Brasil**, 16 ago. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45191250>.

CARRASCOSA, Denise. Memória e escrivivência: influências na produção cultural e no ensino. In: SEMINÁRIO A ESCRIVIVÊNCIA DE CONCEIÇÃO EVARISTO. **Itaú Social e Mina Comunicações e Arte**. 1 vídeo (02h21min), 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gisQomWUvUo>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CARVALHO, Renata. **Manifesto transpofágico**. São Paulo: Casa Mostra, 2021.

CASTRO, Lucia Rabello. A infância e seus destinos no contemporâneo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 47-58, jun. 2002.



COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. *In*: COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 401-432.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018. DOI: 10.1590/18094449201800530001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vwdzHh6pHS6ZBVskqfLrqrqg>. Acesso em: 2 mar. 2021.

COSTA, Fábio José Rodrigues. “Você parece uma menininha!”, gritou a professora do 3º ano do ensino fundamental: corpos dissidentes sexuais e de gênero na escola e nas aulas de arte. **Revista Apotheke**, v. 7, n. 3, p. 13-35, 2021.

COUTINHO, Joana A. As ONGs e as políticas neoliberais. **ComCiência** - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2006. Disponível em: <https://www.comciencia.br/comciencia/index.php?section=8&edicao=19&id=203&tipo=1>. Acesso em: 2 mar. 2021.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; POCAHY, Fernando; OSWALD, Maria Luiza M. B. Crianças e infâncias (im)possíveis na escola: dissidências em debate. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 9, p. 55-74, maio/out. 2018. DOI: 10.9771/peri.v1i9.25716. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25716>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CULTURA EM DIRECTO. UNAM. Arte, política y contracultura. El mundo hoy/ Sesión 6: Paul B. Preciado y María Galindo. **YouTube**, 22 abr. 2021. (01:14 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iBvs4Gie8ig>. Acesso em: 2 ago. 2021.

CYFER, Ingrid. A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018. DOI: 10.1590/18094449201800530003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/tBVkkggdh9vqLVHgtmvfzZ7G>. Acesso em: 7 abr. 2022.

DORNELES, Dandara R. Palavras germinantes - entrevista com Nego Bispo. **Identidade!**, São Leopoldo, v. 26, n. 1-2, p. 14-26, jan./dez. 2021. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/Identidade/article/view/1186/1010>. Acesso em: 7 abr. 2022.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. **Revista de Cultura Teológica**, n. 4, p. 68-81, 1993. Disponível em: <https://revistan.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/14105/0>. Acesso em: 10 mar. 2021.



EDELMAN, Lee. O futuro é coisa de criança: teoria queer, desidentificação e pulsão de morte. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 2, n. 14, p. 248-275, nov. 2020/abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v2i14.44273>. Acesso em: 2 maio 2022.

EVARISTO, Conceição. A escrita de nós. In: SEMINÁRIO A ESCREVIVÊNCIA DE CONCEIÇÃO EVARISTO. **Itaú Social e Mina Comunicações e Arte**, 11 nov. 2020. (02h18 min). [Live]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pmGa39h3vpA>. Acesso em: 12 nov. 2020.

EVARISTO, Conceição. Ao lado do corpo um coração caído. In: CRAVEIRO, Beatriz L. et al. (org.). **Livre**. Belo Horizonte: Moinhos, 2018. p. 33-39.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, Constança Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FASSIN, Éric. Campanhas antigênero, populismo e neoliberalismo na Europa e na América Latina. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 7, n. 1, p. 22-32, 2021. DOI: [10.9771/cgd.v7i1.42911](https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/42911). Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/42911>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FERNANDES, Estevão R. Queer caboclo como possibilidade anticolonial: algumas reflexões à guisa de provocação. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 10, n. 1, p. 35-56, 2020.

FIDELIS, Gaudêncio. Queermuseu e o enfrentamento do fascismo e do fundamentalismo no Brasil em defesa da livre produção de conhecimento. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 9, n. 46, p. 417-423, 2018. DOI: [10.22456/1984-1191.85261](https://doi.org/10.22456/1984-1191.85261). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/85261>. Acesso em: 20 mar. 2024.

flores, val. Fantasías de un conocimiento pegajoso: cuirizar la pedagogía, fantasías de un conocimiento pegajoso. In: Seminário Académico de Género y Diversidad Sexual. Facultad de Ciencias Sociales, 15., Montevideu. **Anais [...]**. Montevideu: Universidade de la República, 28 set. 2022. Disponível em: <http://escritoshereticos.blogspot.com/2022/09/fantasias-de-un-conocimiento-pegajoso.html>. Acesso em: 10 nov. 2023.

flores, val. **Deslenguada: desbordes de una proletaria del lenguaje**. Neuquén: El autor, 2010.



flores, val. **Interrupciones. Ensayos de poética activista:** escritura, política, pedagogía. Argentina: La Mondonga Dark, 2013.

flores, val. **Romper el Corazón del Mundo:** modos fugitivos de hacer teoría. Madrid: Continta Me Tienes, 2021.

FONTES FILHO, Osvaldo. “Uma imagem de denúncia, uma arte de reivindicação: Algumas interrogações em torno de Ama de Leite (2005), de Rosana Paulino”. **Viso:** Cadernos de estética aplicada, v. 14, n. 26, p. 343-365, jan.-jun. 2020. Disponível em: <https://revistaviso.com.br/article/341>. Acesso em: 15 out. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Escola “sem” partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017. p.17-34.

GIUST, Iran. Como a criança viada virou militância, motivo de histeria reacionária e um crime. **Medium**, 15 set. 2017. Disponível em: <https://iranjgiusti.medium.com/como-o-crian%C3%A7a-viada-virou-milit%C3%A2ncia-motivo-de-histeria-reacion%C3%A1ria-e-um-crime-e97b50a12f8b>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GOLÇALVES, Juliana; LARA, Bruna. The Intercept Brasil. Marcelo Crivella censura Jesus trans: peça tinha sido aprovada pela prefeitura do Rio de Janeiro. **Intercept_ Brasil**, 5 jun. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/06/05/crivella-censura-jesus-trans/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GONÇALVES, Renata. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. **Unisul**, Tubarão, v. 12, n. 22 p. 350-367, jun.-dez. 2018. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/7358>. Acesso em: 10 nov. 2020.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso.** Tradução: Bhuvli Libanio. Recife: Cepe, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade; tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. 283 p.

hooks, bell. **Ensinando o pensamento crítico:** sabedoria prática; tradução Bhuvli Libanio. São Paulo: Elefante, 2020. 288 p.

IRINEU, Bruna Andrade. A política pública LGBT na agenda dos governos PT no Brasil: tensões entre o “ineditismo” e a política conciliatória. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 24, n. 2, p. 566-583, 2021.



JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da ideologia de gênero: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300004. Acesso em: 17 ago. 2021.

KALIL, Isabela Oliveira. Incursões da “ideologia de gênero” na educação. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 16, n. 29, p. 119-128. 2019. Disponível em: <https://sur.conectas.org/incursoes-da-ideologia-de-genero-na-educacao/>. Acesso: 10 ago. 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios do racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIONÇO, Tatiana; ALVES, Ana Clara O.; MATTIELLO, Felipe; FREIRE, Amanda M. “Ideologia de gênero” estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Psicologia Política**, v. 18, n.43, p. 599-621, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300011. Acesso em: 2 ago. 2020.

LORDE, Audre. A poeta como professora – a humana como poeta – a professora como humana. In: LORDE, Audre. **Sou sua irmã**: escritos reunidos e inéditos de Audre Lorde. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Ubu, 2020, p. 103-105.

LORDE, Audre. O pilão de minha mãe. In: LORDE, Audre. **Sou sua irmã**: escritos reunidos e inéditos de Audre Lorde. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Ubu, 2020, p. 91-102.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria *queer* – uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOVE, Jéssica. **Julián é uma sereia**. Tradução Bruna Beber. São Paulo: Boitatá, 2021.

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidades sexual na Câmara dos Deputados em 2015. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017. DOI: 10.1590/18094449201700500018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/FM5rbRhS5hDXSVmTXNQ73Wt>. Acesso em: 13 set. 2021



MACEDO, Elisabeth F. Fazendo a Base virar realidade: competência e o germe da comparação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, 2019. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/967>. Acesso em: 13 set. 2021.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 507-524, 2017.

MACHADO, Maria das Dores C. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 25-54, 2012. DOI: 10.1590/S0103-33522012000100003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/PTHwmQfBxGnZ6H4LQ7tp8Dc>. Acesso em: 13 set. 2021.

MARTINS, Mirian C. F. D. Arte, só na sala de aula? **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 311-316, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronican.pucrs.br/faced/article/view/9516>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MIGNOLO, Walter. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33191>. Acesso em: 17 jan. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Da doutrinação marxista à ideologia de gênero: Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 2 set. 2021.

MILKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, 2009.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à ideologia de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185302, 2018. DOI: 10.1590/18094449201800530002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/7Yd3hfBsD9rH3NW3YqPpzvD>. Acesso em: 5 ago. 2019.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo horizonte: Autêntica; UFOP, 2012.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017. DOI: 10.1590/s0102-69922017.3203008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL>. Acesso em: 10 set. 2019.



MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobobó, 2021.

MOURA, Fernanda Pereira; SALLES, Diogo da Costa. O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 9, p. 136-160, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25742>. Acesso em: 10 set. 2019.

OLIVEIRA, Alessandra M. A filha de Eva, Rosana Paulino. **Jornal da USP**, São Paulo, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-filha-de-eva-rosana-paulino/>. Acesso em: 2 set. 2020.

OLIVEIRA, Érika C. S. A docência como uma performance feminista. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del Rei, v. 15, n. 3, p. 1-13, 2020. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/4021. Acesso em: 10 ago. 2021.

OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de; ROCHA, Késia dos Anjos; OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. Contraescritas feministas: educação das meninas de pedra. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, e77563, 2022. DOI: 10.1590/1806-9584-2022v30n277563. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/5rqGZj8JNm86swjTKQLvhQw>. Acesso em: 10 ago. 2023.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ́. **La invención de las mujeres**: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Tradução de Alejandro González. Bogotá: Editora En La Frontera, 2017.

PARAÍSO, Marlucy. A ciranda do currículo, com gênero, poder e resistência. **Currículo sem fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, 2016. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articlen.paraiso.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

PAULINO, Rosana. Entrevista de Rosana Paulino. In: COCCHIARALE, Fernando. (org.). **Catálogo Panorama de arte atual brasileira/97**. Texto crítico de Tadeu Chiarelli; comentário de Rejane Cintrão; apresentação de Milú Villela. São Paulo: MAM, 1997.

PELUCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre o pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporâneo**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/89>. Acesso em: 17 jan. 2021.

PELUCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 395-418. 2012.



Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/89>. Acesso em: 10 ago. 2021

PENNA, Fernando A. Escola sem partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017. p. 35-49.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Judith Butler e a pomba-gira. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, 2018. DOI: 10.1590/18094449201800530004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/4RhKhRwqYStrCWGQcP5z9Zx>. Acesso em: 10 ago. 2022.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer decolonial: quando as teorias viajam. **Contemporânea**, São Carlos, v. 5, n. 2, jul.-dez., p. 411-437, 2015. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/340>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PINACOTECA DE SÃO PAULO. **Rosana Paulino**: a costura da memória. Curadoria de Valéria Piccoli, Pedro Nery; textos de Juliana Ribeiro da Silva Bevilacqua, Fabiana Lopes, Adriana Dolci Palma. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2018. (Catálogo de Exposição).

POCAHY, Fernando. (Micro)políticas Queer. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M. G.; MOUTINHO, L. (org.). **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 223-233.

PORTO CÊNICO. Renata Carvalho. **YouTube**, 8 set. 2021. (34 min e 04 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oaOBYCcacP4>. Acesso em: 10 ago. 2022.

PRECIADO, Paul B. Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas. **Revista A Palavra Solta**, 2 nov. 2020. Disponível em: <https://www.revistaapalavrasolta.com/post/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala>. Acesso em: 7 jan. 2021.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUINTIÁ, Xerardo; QUARELO, Maurizio A. C. (ilustração). **Titiritesa**. [S.l.]: OQQ Editora, 2007.



RANNIERY, Thiago. No balanço da teoria queer em educação: silêncios, tensões e desafios. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 19-48, 2017. DOI: 10.1590/1984-6487.sess.2017.25.02.a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/k4mXdTsPX888g4DFrPRykYq>. Acesso em: 7 jan. 2021.

RAPOSO, Paulo. “Artivismos”: articulando dissidência, criando insurgências. **Caderno de Arte e Antropologia**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 3-12, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/909#text>. Acesso em: 10 ago. 2020

REA, Caterina A. Pensamento lésbico e formação da crítica Queer of Color. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, p. 117-133, 2018. DOI: 10.9771/cgd.v4i2.26201. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/26201>. Acesso em: 21 mar. 2022.

REINA, Andrei. Sutura da arte no tecido social. **Revista Bravo!**, 7 dez. 2018. Disponível em: <https://medium.com/revista-bravo/rosana-paulino-e-a-sutura-da-arte-no-tecido-social-brasileiro-9bdb7f744b4e>. Acesso em: 15 out. 2020.

ROCHA, Késia dos Anjos; BRITO, Ariel Matos; DIAS, Alfrancio Ferreira. “Vai que a universidade se Trans*Forma”: experiências e epistemologias trans*. **Educação**, Santa Maria, v. 47, n. 1, p. e29/ 1–27, 2022. DOI: 10.5902/1984644453288. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/53288>. Acesso em: 21 mar. 2025.

ROCHA, Késia dos Anjos. **Da política educacional à política da escola**: os silêncios e sussurros da diversidade sexual na escola pública. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2012.

ROCHA, Késia dos Anjos; OLIVEIRA, Érika Cecília Soares Oliveira. Análise de discursos neoconservadores provocados a partir do lançamento da obra “A princesa e a costureira”. In: MATTIOLI, Olga C.; ARAÚJO, Maria de Fátima (org.). **Gênero, violência e psicologia**: um percurso pelas políticas públicas. Curitiba: CRV, 2017.

ROSADO-NUNES, Maria José F. A ideologia de gênero na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, 2015. Disponível em: <http://periodicon.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n39p1237>. Acesso em: 2 ago. 2020.

SAMAIN, Etienne. As imagens não são bolas de sinuca. Como pensam as imagens. In: SAMAIN, Etienne. **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. p. 21-36.



SANATÓRIO. #05 Travesti com Renata Carvalho. **YouTube**, 13 de julho de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=szTU_NxhJro. Acesso em: 10 ago. 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SEFFNER, Fernando. Tem nexó não falar de sexo na escola? **Revista Textual**, Porto Alegre, p. 22-29. 2017.

SILVA, Caio S. F.; BTANCALEONI, Ana Paula L.; OLIVEIRA, Rosemary R. Base Nacional Curricular Comum e Diversidade Sexual e de Gênero: (des)caracterizações. RIAEE – **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp.2, p. 1538–1555, 2019. DOI: 10.21723/riace.v14iesp.2.12051. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12051>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SILVA, Sara Raquel de Andrade. Reação e rejeição: O grande público e a recepção da arte contemporânea. **PROA – Revista de Antropologia e Arte**, v. 1, n. 9, p. 242-252, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/proa/article/view/16540>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luis. **Encantamento (sobre política de vida)**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

SIMIONI, Ana Paula. Bordado e transgressão: questões de gênero na arte de Rosana Paulino e Rosana Palazyan. **Revista Proa**, Campinas, v. 1, n. 2, 2010.

SIQUEIRA, Elton Bruno Soares. O evangelho segundo Jesus, rainha do céu: uma recepção ruidosa. **Anais IV DESFAZENDO GÊNERO**. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/64174>. Acesso em 12 out. 2021.

ST. PIERRE, Elizabeth Adams. Uma história breve e pessoal da pesquisa pós-qualitativa: em direção à “pós-investigação”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 1044-1064, 2018. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/12475>. Acesso em: 10 set. 2021.

THE FRANK MUSEUM. Rosana Paulino. **Youtube**, 9 fev, 2019. (19min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mKu9_a3sznk. Acesso em: 10 set. 2021.



TV SENADO. CPI DOS MAUS-TRATOS. Audiência Pública. **YouTube**, 4 out. 2017. (01:01 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BuC2gMVg-HU>. Acesso em: 10 set. 2021.

TV SENADO. CPI DOS MAUS-TRATOS. **Queermuseu** – Parte 2. **YouTube**, 23 nov. 2017a. (02:14 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BuC2gMVg-HU>. Acesso em: 10 set. 2021.

VERGARA, Luiz Guilherme. Curadoria Educativa: percepção imaginativa/consciência do olhar. In: CERVETTO, Renata; LÓPEZ, Miguel. **Agite antes de usar: deslocamentos educativos, sociais e artísticos na América Latina**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2018. p. 39-45.

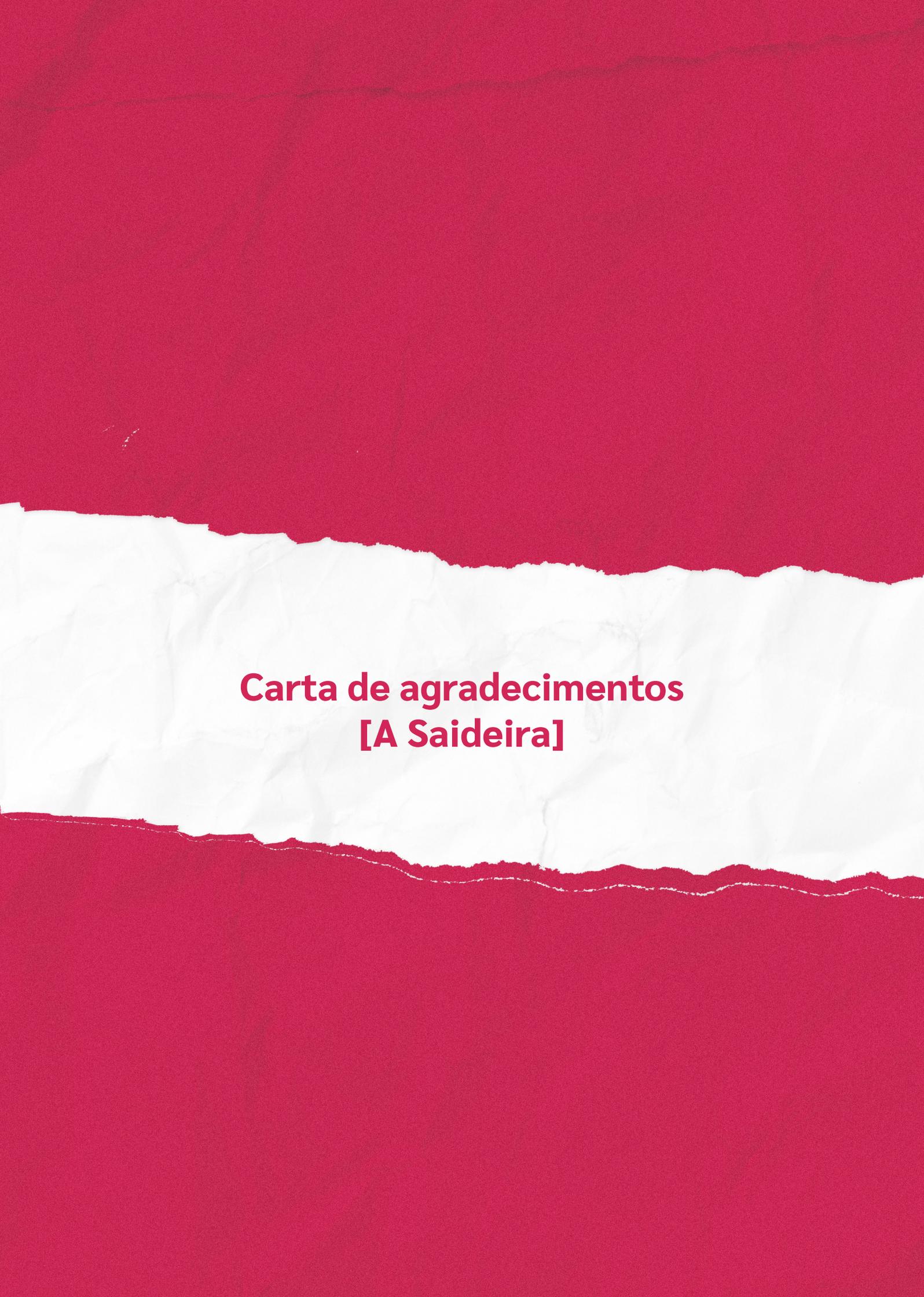
VERGUEIRO, Viviane. **Por Inflexões Decoloniais de Corpos e Identidades de Gênero Inconformes: Uma Análise Autoetnográfica da Cisgeneridade como Normatividade**. 2015. Dissertação (de Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIANNA, Claudia; BORTOLINI, Alexandre. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, 2020.

WALSH, Catherine. **Entretejiendo lo pedagógico y lo decolonial: luchas, caminos y siembras de reflexión-acción para resistir (re) existir y (re) vivir**. Colômbia: Alternativas, 2017.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria. **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2009.

WERNECK, Jurema. A sociedade e o lugar das vozes e escritas das mulheres negras. In: SEMINÁRIO A ESCRIVIVÊNCIA DE CONCEIÇÃO EVARISTO. **Itaú Social e Mídia Comunicações e Arte**, 12 nov. 2020. (02h21 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gisQomWUvUo>. Acesso em: 12 nov. 2020.



**Carta de agradecimentos
[A Saideira]**



Carta de agradecimentos

[A Saideira]

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2023

Queridas pessoas amigas,

Espero que esta carta us encontrem em paz.

Decidi fazer esta carta de agradecimentos aqui, nessa despedida de escrita, nesse fim de festa, porque vira e mexe, em ocasiões de boteco-socialização, já fui chamada de “inimiga do fim”. Inimiga do fim, aquela que demora a ir embora, aquela que vê us garçons levantando as cadeiras, que pede mais de três saideiras... Acho que hoje em dia, aos quase 40, é mais fama que realidade, mas a gente faz o possível pra tentar honrar. Assim, essa carta-agradecimento, vem como essa saideira que a gente vivencia com as amigas, rindo e sem vontade de se despedir. Ela vem como um brinde às amizades e aos afetos que me acompanham e me cuidam ao longo das caminhadas.

A feitura dessa tese se deu num movimento de costura de linhas nômade, viajantes. Como uma espécie de verso de bordado bem colorido. Começou a ser desejada em Santos/SP, virou projeto de tese em Maceió, nas Alagoas. Chegou em São Cristóvão e Aracaju/SE, e lá fez morada por um tempo. Encerrou seu percurso no Rio de Janeiro, onde vivo hoje em dia.

Em 2021, eu escrevi um texto-carta em homenagem a minha avó paterna, Maria Francisca, o texto foi publicado junto com vários outros no livro *Cartas à Esperança* pela editora Malê. Nele eu partilhei a história da vaca que minha avó vendeu pra auxiliar nos meus futuros estudos. É uma história bonita e engraçada, mas ela levanta questões importantes que dizem de meu lugar, de minha raça, de minha classe, de minha história de origem. Maria Francisca, minha avó, uma mulher negra e nordestina, de pouquíssimo estudo, me enviava cartas periódicas com notas de cruzeiros dentro e me dizia, incansavelmente, que eu precisava estudar. Então, eu não poderia deixar de agradecer esse apoio



ancestral que fecha um ciclo bastante simbólico hoje em dia – Tô virando doutora vó! A senhora era sabida.

Nessa rota ancestral, agradeço à minha mãe, que me cuidou pedalando e limpando “casas de família” por tantos anos e que sempre acolheu e fez base para minha jornada. Agradeço ao meu pai que, em meio às contradições e conflitos decorrentes de uma masculinidade patriarcal, fruto de seu tempo (e das atualizações do sistema), dores e história, sempre mantralizou pela casa: “você vai estudar e fazer faculdade”.

Agradeço ao “Peninha”, escola pública na qual estudei durante o ensino fundamental todo. Foi lá, nas bandas da Barra Funda, bairro da periferia de Paraguaçu Paulista, que tudo isso começou. Agradeço às amigas que, desde esses tempos, ainda se fazem presentes em memórias, risadas e encontros – Sôzinha, Camila, Mônica, Carol, Fernanda e também Talitha. Ainda desses tempos de Paraguaçu, agradeço à Jiliane Mório, amiga que chegou no ensino médio e sempre me ensinou muito, inclusive presenciou meu primeiro porre.

Às amigas que chegaram na universidade, nos tempos de Assis/SP.: Ban (Vanessa Marino), pela amizade, pelas conversas-áudios longos e pela presença afetuosa. Márcia Cunha, pela amizade e pela presença, mesmo longe, e pelas reflexões e trocas provocativas, afetuosas e poéticas.

Às amigas que chegaram nos tempos de Sesc Santos/SP.: Marita e Fernanda (Lobinha). Marita – pela amizade e por sempre abrir as portas de sua casa, oferecendo cuidado com cheiro de comida boa e com cervejinhas geladas. Lobinha, por ser uma amiga delicada, generosa e cuidadosa. À Jussara, que também chegou nessa fase e se mantém afetivamente conectada e presente.

Aus amigas e educadoras que trabalharam comigo no Sesc Santos e com quem aprendi muito – Felipe, Renata, Carol, Tânia e Maurício (minha equipe).

Às amigas que Assis meu deu ao longo de anos: Marina, que se faz afetuosamente presente desde então; Bruno Garcia; Amelinha (*Mercedita* querida) e Sandro – para quem a generosidade é gigante.

À Lil Araújo, pela amizade sapatão que sempre me oferta possibilidades de encantamentos e aprendizados novos. Obrigada por me apresentar val flores e por estar aqui.



À Aninha e Jonatan – sobrinhas crescidinhos que Érika me deu.

Ao Prof. Marcos Lopes que, em 2018, no *I ConQueer*, me apresentou a Alf e ajudou essa jornada começar.

À Rosemary Oliveira, que em 2018, mesmo em meio a uma rotina cheia de trabalho, me ofertou uma leitura generosa do meu projeto de doutorado. Eu agradeço a amizade.

Nas Alagoas

Aus queridas *amigues que não escolhi* (isso é piada interna) – Simone, Marquinhos, Emerson, Marília – por terem feito parte dessa trajetória, partilhando risadas, botecos raízes, festa surpresa de casamento e muitas cervejas.

Às amigas que o Baque Alagoano me ofertou: Karla Waleska, Nadine, Nidiane, Danica.

Ao Maracatu Baque Alagoano, que fez dos meus dias nas Alagoas algo *corazonado* no ritmo das batidas do tambor.

Às águas azuis dos mares alagoanos, que me abraçaram.

Em Aju,

À Lili Drapala, que abriu não só as portas de sua casa com toda a generosidade do mundo, sem me conhecer, mas me ofertou acolhida, gentileza, cuscuz, escuta e amizade.

À Neiza e Rô, que me deram as chaves de sua casa sem nunca terem me encontrado pessoalmente até hoje. Neiza se fez parte desse meu caminho como uma amiga generosa que parece que conheço desde muito muito tempo.

À Tássia Alexandre, amizade-presente que o Doc me deu. Estivemos juntas desde o dia da entrevista e seguimos assim, tecendo afetos bonitos e amando café – “o que o café uniu ninguém separa”.

À Roseane, que chegou junto comigo na caminhada trazendo todo seu axé. Agradecida por abrir as portas de sua casa e me apresentar suas mais velhas. Obrigada.

Ao Rhamon, que me ofertou sua amizade com leveza.

Aus companheiros do Grupo ConQueer – Helma, Fabíola, Belijane, André, Ariel.

À Jerlane, que me acolheu em sua casa com um dos mais saborosos *cuscuz com salsicha* da minha vida. Agradecida pelo carinho.



Ao Danillo Silva, pelos cafezinhos partilhados debaixo de árvores, pelas partilhas teóricas e pela amizade.

À Ann Letícia, Andréia Teixeira, Lindiane Santana, Fernanda Bispo, Lucas Wendel, pelas trocas, cafés e cervejinhas.

À Cris Dias, por me acolher em sua casinha.

À Lynna Gabriella, pelos risos com devassinhas. À Leyla, pela oferta sempre generosa de acolhida e companhia.

Ao Thomas, Dayanna e Juliano que chegaram mais recentemente, mas já anunciam muitas bonitezas por vir.

Um cheiro e beijas em vocês.

Anexos



ANEXOS

Antirroteiros

Conversa – Janaína Leslão

Apresentação da pesquisadora, das intenções da pesquisa e informações acerca do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e demais termos.

Verificar se a participante concorda em ter seu nome/identidade divulgado no trabalho e produções advindas dele.

Biografia

Intenção: conhecer um pouco mais o perfil da participante para que possamos contextualizar de que lugar ela parte, em qual cenário social atua, qual a formação e atuação profissional, como se insere no contexto das artes, bem como sua relação com a educação.

A princesa e a costureira

Livros infantis pensados como tecnologias que possibilitam a circulação de códigos semióticos e técnicos que constroem o feminino e o masculino (binários) desde a infância.

Escrito em 2009. Fez muita travessia até conseguir que uma porta se abrisse para ele entrar. Publicado em 2015. Se converteu em muitas contações de histórias. Virou Peça de teatro em 2016. A peça inclusive está de volta em 2022. A Drag Helena Black tem feito contações da história. Conversar sobre o processo de criação. Sobre o livro e sobre as ressonâncias e reverberações - desdobramentos do trabalho. Falar sobre os retornos de leitores.

Na conversa com Bento Leite ele disse que o boicote e a censura fizeram a obra dele circular mais em espaços educativos – escolas, provas, produções científicas, trabalhos de mestrado etc. Vc sentiu/viu isso?



Censura

As vozes que se ergueram nas redes à época, se apresentaram como pais, mães ou futuros pais e mães, além de educadoras.

Resumo de alguns discursos:

Ameaça a inocência das crianças/ “pureza de pensamento” – essa inocência essencializada estaria ameaçada por esses conteúdos. A preservação de uma inocência natural.

Crianças expostas à erotização precoce.

Vinculação da autora a uma prática política específica – comunista/PT.

LGBT+ como sinônimo de sexo – e somente sexo – sexo apresentado como algo ruim/impuro.

Argumentação de que a escola e o MEC difundiriam tais ideias - “mandariam isso pra escola”

Educação domiciliar como solução

Desqualificação da escritora e do país como lugar que só produz coisas ruins (baixa estima colonial) - A relação das personagens convertida em crime – pedofilia – recurso usado em todos os episódios que analiso – criminalizar para desmobilizar, apagar.

Livro como um projeto do demônio – valores da família são retomados aqui.

Censura político-religiosa-moral

O que vc diria que aconteceu contigo, com o movimento de censura? Como você entende o que ocorreu com vc? Ocorreu uma judicialização da censura?

Medo

Qual o lugar do medo nessa experiência?

Sexualização da arte. Acusação de pedofilia. Sexualidade como arma de desumanização.

Acusação de pedofilia – direcionada a obra e sua publicação e difusão



As artes – a literatura - levanta debates na política, na educação, no judiciário, na religião.

Eu não costumo de dizer que há lados – bons/ruins. Acho que a censura sempre imprime marcas de violência em quem sofre diretamente e em quem se importa. O que você pensa sobre isso?

Ataque às artes

Porque vc acha que a arte tem sido tão atacada? E isso não é novo, claro.

Escola sem pinto/sem buceta – livros didáticos sem órgãos sexuais

O ataque é parte do conjunto de ataques às artes, às ciências, à Educação. MBL + ataque as artes + ataques às discussões de gêneros na educação – o movimento, ao atacar as artes, ganha mais visibilidade como retornos políticos – eleição de membros do movimento.

Com esses últimos movimentos de censura - Queermuseu, La Bête, O evangelho segundo Jesus, HQ Os vingadores, A princesa e a costureira - os debates sobre gêneros e sexualidades saem mais do campo acadêmico, tomam conta da sociedade, se popularizam. O que vc pensa sobre? E sobre Educação domiciliar.

Infância

Tem uma fala do Paul Preciado sobre o uso da “defesa da criança” pelos discursos patriarcais coloniais – Ele diz assim: “quando o Estado nos defende, ele nos violenta”; “no lugar de ser meus pais que me defendiam, queria eu defender meus pais contra o patriarcado colonial, porque esse discurso me privou dos meus pais e privou meus pais da possibilidade de me amar, transformando nossa relação em uma relação de violência”.

Temos aumento do conservadorismo, censura, desinvestimentos na cultura e educação, aumento de violências, fome etc. Controle sobre o corpo infantil

Pode a criança ter direito ao seu corpo? E as infâncias LGBTI+?

Classificação indicativa Conversar sobre.

Pureza infantil

Predomina uma noção hegemônica/universal de criança. Ela é inocente. Ela está ali na posição de quem não sabe, de aprendiz, se torna uma fase bastante reduzida à preparação para um depois –



o futuro. Algumas infâncias são bastante vigiadas enquanto outra são destituídas desse lugar. Faz a gente pensar em quais infâncias são protegidas, porque nem todas são.

Defender a criança é justificativa para a censura e para retrocessos nas políticas públicas – ex. Projeto escola sem homofobia (2011); planos de educação, censura nas práticas escolares, etc.

Ideia de infância sem corpo e sem voz – apagamento do corpo da criança

A Jana criança, se deparava com questões que envolviam gênero e sexualidades? Havia algum diálogo seja em contexto institucional como a escola ou noutro espaço? Comenta por favor. **Religião**

Conversar sobre

Arte e política

Relação Arte/política – O que vc pensa?

Arte e ativismo – Artivismos – faz algum sentido pra vc, na sua prática.

Sobre os outros livros

É possível dizermos que essa primeira série de livros que você escreveu fazem parte de um conjunto de obras que abordam questões de gêneros, sexualidades e raça de maneira interseccional, além dos direitos sexuais e reprodutivos.

Fale um pouco sobre Joana Princesa e os demais livros. E os novos projetos?

Educação sem juízo – arte+educação

CURADORIA PESSOAL – meu processo de pesquisa

A arte como produtora/possibilitadora da conversação, de conhecimento, de pensamento, de experiência, de sentipensar – também sobre gêneros, sexualidades, corpos, educação.

Arte – Experimentação – Possibilidades

Uma educação que acolha e permita as existências e movências dos nossos corpos.



Para mim seria a escola de “**Julian, uma sereia**”. Seria também uma escola que soubesse trabalhar a partir das incertezas.

Paul Preciado fala de uma rede de escolas de fuga...

Falar um pouco sobre essa “educação sem juízo”.

Agradecimentos e despedidas

Conversa – Bento Leite

Apresentação da pesquisadora, dos objetivos da pesquisa e informações acerca do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e demais termos.

Verificar se o participante concorda em ter seu nome/identidade divulgado no trabalho e produções advindas dele.

Biografia

Intenção: conhecer o perfil do participante para que possamos contextualizar de que lugar ele parte, em qual cenário social atua, qual a formação profissional, como se insere no contexto das artes, bem como sua relação com a educação.

Bento Leite. Nasceu em Fortaleza, 1990. Bacharel em Artes plásticas pela UNB...

Me conta um pouco de vc, seu percurso escolar/infância e adolescência, percurso familiar, afetivo...

A série “Born to Ahazar”

O trabalho é uma leitura/inspiração feita a partir do Tumblr de Iran Giust – “Criança Viada”. A série foi concebida na disciplina de Pintura 2, na UNB.

Obras que compõem a série:

Travesti da lambada e deusa das águas (2013) – Queermuseu; Adriano bafônica e Luiz França Sheha (2013) – Queermuseu; Jaspion e a caminhoneira; Eduardo Ahazani; Mauro e gui; @badmonge @mandaprohell.



Comenta um pouquinho sobre essa série, sobre as inspirações, sobre seu processo de criação. Sobre como vc costuma conceber suas obras.

Eu queria saber um pouco também sobre o percurso/trajetória, do momento da criação até chegar na Queermuseu, como acontece esse percurso? E onde elas estão agora?

Censura político-religiosa e judicial

Comenta um pouco como vc sentiu e viveu o movimento de censura. Como vc entende tudo isso hoje.

Medo

Qual o lugar do medo nessa experiência.

Arte, educação – gênero e sexualidades

Eu li algumas entrevistas suas, uma especificamente, e vc menciona que:

“Meus trabalhos tinham como proposta dialogar sobre homofobia e transfobia na infância”

“Foi uma forma que encontrei de trabalhar a questão do bullying, esse tópico era parte do programa educativo da exposição do Santander Cultural” Falar sobre o programa educativo da exposição.

Sexualização da arte. Acusação de pedofilia. Sexualidade como arma de desumanização

Acusação de pedofilia – direcionada a obra “criança viada”.

As artes visuais - a obra de arte – levanta debate na política, na educação, no judiciário, na religião...

Eu não costumo de dizer que há lados – bons/ruins. Acho que a censura sempre imprime marcas de violência em quem sofre diretamente e em quem se importa.

O que vc pensa sobre isso. E sobre o acesso da população às artes visuais.

Sobre o percebimento de gênero (Neon Cunha)

Você pode falar um pouco sobre seu percebimento de gênero. Essa vivência se dá também em meio a esse processo todo?



Ataque às artes

Porque vc acha que a arte tem sido tão atacada? E isso não é novo, claro.

Escola sem pinto/sem buceta – livros didáticos sem órgãos sexuais

O ataque é parte do conjunto de ataques às artes, às ciências, à Educação. MBL + ataque as artes + ataques a gênero na educação – o movimento, ao atacar as artes, ganha mais visibilidade com retornos políticos – eleição de membro do movimento.

A partir da censura a Queermuseu, os debates sobre gênero e sexualidades saem do campo acadêmico, tomam conta da sociedade, das artes...

Esses movimentos de censuras levantam inclusive o debate sobre Educação domiciliar. Comenta um pouquinho.

Infância

Tem uma fala do Paul Preciado sobre o uso da “defesa da criança” pelos discursos patriarcais coloniais – Ele diz assim: “quando o Estado nos defende, ele nos violenta”; “no lugar de ser meus pais que me defendiam, queria eu defender meus pais contra o patriarcado colonial, porque esse discurso me privou dos meus pais e privou meus pais da possibilidade de me amar, transformando nossa relação em uma relação de violência”.

Temos aumento do conservadorismo, censura, desinvestimentos, aumento de violências, fome. Controle sobre o corpo infantil. Pode a criança ter direito ao seu corpo? E as infâncias LGBTI+?

Classificação indicativa

Comenta um pouco.

Pureza infantil

Predomina uma noção hegemônica/universal de criança. Ela é inocente. Ela está ali na posição de quem não sabe, de aprendiz, se torna uma fase bastante reduzida à preparação para um depois – o futuro. Algumas infâncias são bastante vigiadas enquanto outra são destituídas desse lugar. Faz a gente pensar em quais infâncias são protegidas, porque nem todas são.

Defender a criança é justificativa para a censura e para retrocessos nas políticas públicas – ex. Projeto escola sem homofobia (2011); planos de educação, censura nas práticas escolares, etc.



Ideia de infância sem corpo e sem voz – apagamento do corpo da criança.

O Ben criança, se deparava com questões que envolviam gênero e sexualidades? Havia algum diálogo seja em contexto institucional como a escola ou noutro espaço?

Religião

Comenta um pouquinho.

Política – Ideologia de Gênero

O caso foi uma utilização política da performance para fins políticos. A arte vira um objeto de campanha. *Consequências:* desinvestimento na cultura e educação Relação Arte/política – O que vc pensa?

Arte e ativismo – Artivismos – você se identifica com esse conceito.

Educação sem juízo – arte+educação

CURADORIA PESSOAL – meu processo de pesquisa

A arte como produtora/possibilitadora da conversação, de conhecimento, de pensamento, de experiência, de sentipensar – também sobre gêneros, sexualidades, corpos, educação...

Arte – Experimentação – Possibilidades

Uma educação que acolha e permita a existências e movências dos nossos corpos. Corpo como não pornográfico a priori.

Para mim seria a escola de “**Julian, uma sereia**”. Seria também uma escola que soubesse trabalhar a partir das incertezas.

Paul Preciado fala de uma rede de escolas de fuga Comenta um pouquinho.

Agradecimentos e despedida.



Conversa – Wagner Schwartz

Apresentação da pesquisadora, dos objetivos da pesquisa e informações acerca do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e demais termos.

Verificar se o participante concorda em ter seu nome/identidade divulgado no trabalho e produções advindas dele.

Biografia

Intenção: conhecer o perfil do participante para que possamos contextualizar de que lugar ele parte, em qual cenário social atua, qual a formação profissional, como se insere no contexto das artes, bem como sua possível relação com a educação.

Chegou nesse mundo em 02 de dezembro de 1972, na cidade de Volta Redonda, Rio de Janeiro.

Frequentou Igreja Cristã. Foi criança. É Filho. Foi aluno de várias pessoas. Amigo de outras mais. Deve ter experienciado muita coisa, pois bastante coisa acontece nesses muitos anos letivos em que habitamos instituições de ensino. Talvez goste de cozinhar, de algum esporte, deve ter seu doce e bebida prediletos. Artista. Performer, coreógrafo, escritor, fazedor de muitas coisas. A arte permite fazer e desfazer as coisas, mundos, e até nós mesmas. Seria um multiartista? “Não sei, diria vc, esse lance de multi parece muito com produto de limpeza – algo meio multiuso, sabe?”. Talvez só artista mesmo. Talvez algo mais próximo do próprio “Bicho” de Lygia Clark – algo/alguém que vive nas dobras - que dobra e desdobra na e com a vida. Como quem dança.

Fala um pouquinho mais sobre você.

La Bête

O artista se prepara, pesquisa, imagina, cria. O artista se converte em bicho. Interage com o público. 26 de setembro de 2017. Uma criança, junto de sua mãe, toca o corpo do artista. A criança toca a mão, o pé do artista. Vai embora sorrindo. Linchamento virtual, notícias falsas, criação de histórias. Invenção do crime. Invenção da própria ideia de criança. A criança, outrora alegre e sorrindo, outrora segura, é retirada de lá e posta em circulação, aí sim em perigo. 30 segundos de uma performance retirados de contexto e lançados aos olhos ajuizados do mundo. O artista liberta o Bicho. Sai da caixa. Sair da Caixa no Brasil é perigoso.

“Me senti aprisionado como o bicho de Clark” - 150 ameaças de morte - Anúncios da morte do artista.



A partir das notícias falsas. A invenção do crime. Um **laboratório de justicamento** (Ivana Bentes) – chamam Ministério Público; polícia, bispo, prefeito, advogados, psiquiatra, psicólogo.

Se vc puder comentar o que desejar a respeito desse episódio que já foi bastante abordado, eu agradeço.

O artista

(Artigo de Márcia Tiburi/Cult) - Quem dá conta da **injustiça** que sofreu o artista? **Ela pode ser reparada?**

Houve um processo de desumanização do artista, da pessoa. Você viveu uma experiência de “morte” e de “luto”. Você fala que mexeu com coisas muito básicas: devo sair de casa, onde devo dormir, o que devo fazer?

Como ressignificar essa morte simbólica?

Medo

Qual o lugar do medo hoje (inspirada no diálogo com *Eliane Brum*).

Na entrevista a Brum você comentou que naquela semana, apesar do medo, vc saiu, assistiu peça, show, visitou exposições. Colocou seu corpo na rua. Foi/É uma forma de reação?

A obra de arte e a arte/cultura

“A arte transformada em perigo”. A arte tem uma função pedagógica? Ela oferece uma experiência...o que vc acha?

“As coisas que eu mostro têm uma abertura para que o outro possa ser eu” – não tem necessariamente começo, meio e fim – fale um pouco disso, do seu processo.

Como ficou pra vc a questão do trabalho, da sobrevivência, da saúde.

As crianças

Tem uma fala do Paul Preciado sobre o uso da “defesa da criança” pelos discursos patriarcais coloniais – Ele diz assim: “quando o Estado nos defende, ele nos violenta”; “no lugar de ser meus pais que me defendiam, queria eu defender meus pais contra o patriarcado colonial, porque esse discurso me privou dos meus pais e privou meus pais da possibilidade de me amar, transformando nossa relação em uma relação de violência”.



Há alguma justiça para as crianças que foram usadas nas campanhas de difamação? A criança como moeda de troca no discurso conservador.

Classificação indicativa. O que vc pensa sobre.

Pureza Infantil

Predomina uma noção hegemônica/universal de criança. Ela é inocente. Ela está ali na posição de quem não sabe, de aprendiz, se torna uma fase bastante reduzida à preparação para um depois – o futuro. Algumas infâncias são bastante vigiadas enquanto outra são destituídas desse lugar. Faz a gente pensar em quais infâncias são protegidas, porque nem todas são.

Defender a criança é justificativa para a censura e para retrocessos nas políticas públicas – ex. Projeto escola sem homofobia (2011); planos de educação, censura nas práticas escolares, etc.

O corpo nu só pode ser sexual? A nudez por si só é predadora? O que estão protegendo quando mencionam a criança?

Ideia de infância sem corpo e sem voz – apagamento do corpo da criança

O Wagner criança, se deparava com questões que envolviam gênero e sexualidades? Havia algum diálogo seja em contexto institucional como a escola ou noutro espaço?

Política – Ideologia de Gênero

O caso foi uma utilização política da performance para fins políticos. A arte vira um objeto de campanha.

Consequências: desinvestimento na cultura e educação Relação Arte/política – O que vc pensa?

Arte e ativismo – Artivismos – você se identifica com esse termo.

Corpo – CORPO CANCELADO

Demonização da presença do corpo. Demonização do corpo. Nudez masculina. Corpo masculino proibido. Corpo feminino liberado. Corpo segredo. Corpo-masculino-segredo. Corpo-ameaça. “Ali na performance eu mostrei para as pessoas que um pau podia ser inútil. Mostrei um pau. Mostrei um pau mole”. “É difícil olhar uma coisa que deve ser potente e não é” – (Canal Filosofia em Movimento “barraco filosófico”).



Igreja demoniza o corpo – corpo e nudez se tornam sinônimos de sexualidade. Corpo e corpo erótico = sinônimos.

O corpo pode ser lúdico? Dá para brincar com o corpo?

Religião e Família

Religião – Corpo - Educação

“Eu fabriquei minha aparência e minha linguagem, meus pais apoiaram essa fabricação”
(Ref. *Conversa com Nicole Aun – Mov. Atreva-se*)

“Eu construí uma vida para mim, sem fuga”

Traumas sobre o que aprendeu na Igreja – “Já abriram inquéritos sobre o que se aprende nas Igrejas?”.

(*FORUM QUEERMUSEU – Parque Lage*).

Comenta por favor.

Arte – produtora do pensamento crítico

Há o ataque. Há os impactos talvez até permanentes do ataque, daquilo que as experiências de violências imprimem na nossa memória, no nosso corpo. Mas há uma movência – nascem outros assuntos, potências, dobras...

Alguns dos seus trabalhos:

Nunca juntos, mas ao mesmo tempo (2018)

Domínio Público (2018)

O novo livro (2022) - (Ref. Canal Movimento Atreva-se - Nicole Aun)

A escrita do livro. Como se articulam: Escrita – Narrativa – Performance.

Nessa conversa com a Nicole você falou um pouco sobre o livro, sobre como foi escrever em primeira pessoa. Sobre a relação corpo-coletivo, corpo individual...

Fala um pouco sobre o livro, sobre como foi mobilizar esses sentimentos, memórias etc.



Documentários – “Quem tem medo?”; *A fábrica de Golpes* (lançado na Primeira semana da Fake News em Cambridge).

Como foi voltar a apresentar La Bête no Brasil?

Educação

O ataque é parte do conjunto de ataques às artes, às ciências, à Educação. MBL + ataque as artes + ataques a gênero na educação – o movimento, ao atacar as artes, ganha mais visibilidade com retornos políticos – eleição de membro do movimento.

Educação domiciliar - Escola sem pinto, sem buceta – apagar esses vestígios dos livros didáticos.

Educação sem juízo

CURADORIA PESSOAL – meu processo de pesquisa

A arte como produtora/possibilitadora da conversação, de conhecimento, de pensamento, de experiência, de sentipensar – também sobre gêneros, sexualidades, corpos, educação...

Arte – Experimentação – Possibilidades

Uma educação que acolha e permita a existências e movências dos nossos corpos. Corpo como não pornográfico a priori.

A aliança arte e educação, o que você acha?

Para mim seria a escola de “**Julian, uma sereia**”. Seria também uma escola que soubesse trabalhar a partir das incertezas.

Paul Preciado fala de uma rede de escolas de fuga.

Comenta um pouquinho.

Religião

Numa roda de conversa você disse que após a entrevista com Eliane Brum você recebeu algumas cartas de leitoras, dentre elas a carta de uma jovem artista cristã que te agradecia. Eu achei bonito isso. Fala sobre isso por favor.

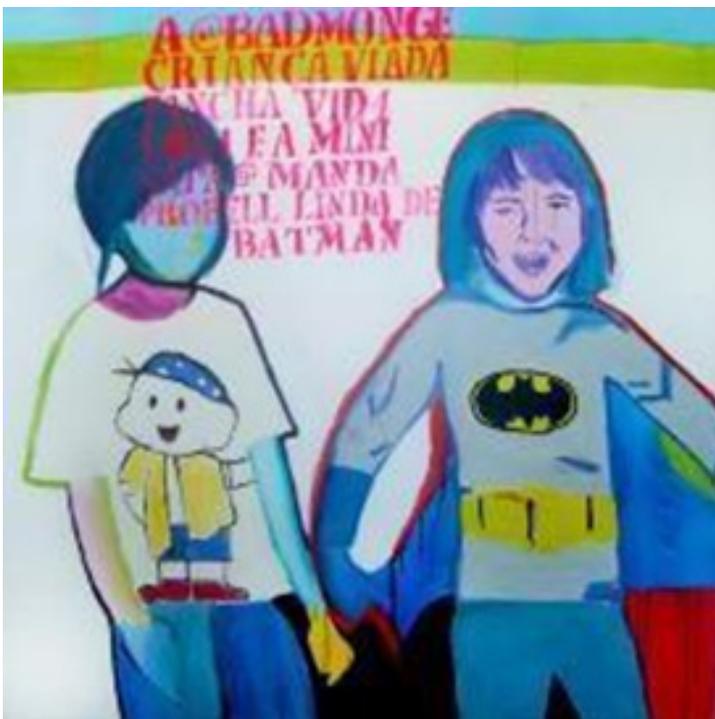
Agradecimentos e despedida.



Série born to ahazar¹



adriano bafônica e luiz França she-há. Bento Leite, 2013.



@badmonge e @mandaprohell. Bento Leite, 2013.

¹ Fonte: <https://cargocollective.com/bialeite/born-to-ahazar>



jaspion e a caminhoneira. Bento Leite, 2013.



travesti da lambada e deusa das águas. Bento Leite, 2013.



mauro e gui. Bento Leite, 2013.



eduardo Ahazani. Bento Leite, 2013.

Textos proibidos

NARRATIVA

de retratos

mal alinhados

ser minoria é fatal

afetos

pulsão

ninguém acredita

na mocinha

ISBN: 978-65-86839-46-3

TBL



9 786586 839463